



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

Carlos Nicolau Garcia de Freitas

**Violência de Estado, violência policial e indignação: uma análise das
violências de Estado e das resistências no Rio de Janeiro**

Seropédica

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F862v Freitas, Carlos Nicolau Garcia, 1967-
Violência de Estado, violência policial e
indignação: uma análise das violências de Estado e das
resistências no Rio de Janeiro / Carlos Nicolau
Garcia Freitas. - Seropédica, 2025.
95 f.

Orientador: Francisco Josué Medeiros de Freitas.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, 2025.

1. Violência policial. 2. Indignação. 3.
Resistência. 4. Estado. I. Freitas, Francisco Josué
Medeiros de, 1981-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CARLOS NICOLAU GARCIA FREITAS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/06/2025

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO JOSUÉ MEDEIROS DE FREITAS
Data: 07/08/2025 18:17:54-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros (PPGCS/UFRRJ) (orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO LUIZ DA SILVA DO REGO LIMA
Data: 07/08/2025 15:12:24-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Rolo Benetti (UERJ)

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO ROLO BENETTI
Data: 04/08/2025 12:11:06-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, aos professores e colegas de turma do PPGCS e aos amigos que acompanharam essa trajetória.

Agradeço ao CAPES, que financiou a bolsa de estudos e permitiu que eu pudesse me dedicar integralmente para essa pesquisa. Afinal, temos um compromisso social com as pesquisas científicas.

Agradeço a minha banca de qualificação, Pedro Benetti e Pedro Lima, que fizeram ótimos apontamentos para o aperfeiçoamento desse trabalho.

Agradeço ao Josué, meu orientador, por toda a paciência com os prazos e principalmente pelas indicações certeiras de leitura.

Por fim, agradeço a UFRRJ, a Rural, que sempre será minha casa.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A violência de Estado e a violência policial são fenômenos históricos no Brasil, sustentado pelas elites que se empenham em produzir uma resignação coletiva diante deste fenômeno. E, também historicamente, a sociedade civil que sofre essa violência, apresenta dinâmicas variadas de resistência, produzindo uma indignação que rompe com a resignação. O objetivo desta dissertação é analisar esse processo no tempo histórico recente, mais especificamente no século XXI, e em um espaço selecionado, que é o Estado do Rio de Janeiro. A escolha dos últimos 25 anos como marco temporal se justifica pela recorrência da violência de Estado e a violência policial mesmo com o regime democrático já vigente desde 1988. E a escolha do Rio de Janeiro é explicada por ser um dos estados da federação com manifestações de violência de Estado e a violência policial mais cotidianas e intensas nesse período e, no mesmo sentido, com muitas dinâmicas de resistência que emergem da sociedade fluminense.

Palavras-chave: Violência, Indignação, Resistência, Estado

ABSTRACT

State violence and police violence are historical phenomena in Brazil, sustained by elites who strive to produce collective resignation in the face of this phenomenon. And, also historically, civil society that suffers from this violence presents varied dynamics of resistance, producing an indignation that breaks with resignation. The objective of this dissertation is to analyze this process in recent historical time, more specifically in the 21st century, and in a selected space, which is the State of Rio de Janeiro. The choice of the last 25 years as a time frame is justified by the recurrence of state violence and police violence even with the democratic regime in force since 1988. And the choice of Rio de Janeiro is explained by it being one of the states of the federation with the most daily and intense manifestations of state violence and police violence in this period and, in the same sense, with many dynamics of resistance emerging from the society of Rio de Janeiro.

Keywords: Violence, Indignation, Resistance, State

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Crescimento de vítimas de “bala perdida”.....	1
Gráfico 2. Mortes decorrentes de intervenções policiais civis e militares entre 2013 e 2023.....	2
Gráfico 3. Porcentagem de chacinas policiais do total de chacinas.....	3
Gráfico 4. Mortos em chacinas policiais do total de mortos em chacinas.....	3
Gráfico 5. Participação da letalidade policial na letalidade violenta e quantidade de chacinas policiais.....	5
Gráfico 6. Crescimentos da população carcerária no Brasil entre 2000 – 2023.....	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Chacinas policiais e mortos em chacinas policiais por município.....	4
---	----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. ESTADO E VIOLENCIA	11
1.1 A Genealogia da violência legal no Brasil.....	14
1.2 Breve genealogia do código penal brasileiro.....	17
1.3 Violência perene e as afetações.....	20
1.4 Violências, nuances e contemporaneidade.....	23
2. VIOLENCIA DE ESTADO E AS OPERAÇÕES POLICIAIS.....	29
2.1 O que é Violência de Estado.....	29
2.2 Um balanço recente das operações policiais no Rio de Janeiro.....	35
2.3 As chacinas no Estado do Rio de Janeiro.....	43
3. MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E LUTA.....	55
3.1 Resistências e os caso emblemáticos de Amarildo e João Pedro.....	55
3.2 Resistência à violência do Estado em geral.....	60
3.3 Nomeando às vítimas: um exercício necessário de resistência.....	66
3.4 Resistência às chacinas: Desafios e lutas que familiares enfrentam após o assassinato dos seus filhos e parentes. Direito ao luto, direito a memória.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	81

Introdução:

Há no Brasil um processo de seguidas violências de Estado, especialmente a violência policial, a qual é recebida com indignação e resistência por setores das classes populares e com uma operação de não indignação e resignação por parte das elites interessadas na manutenção desse padrão. A presente pesquisa pretende investigar essa dinâmica, analisando os tipos de violência de Estado e também os processos de indignação como possíveis geradores de resistências e produtores de mudanças.

Para isso, investigaremos a repercussão das ações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como recorte temporal a segunda década do século XXI. A pesquisa vai privilegiar um mapeamento recente das violências de Estado operadas pelas formas de repressão e em seguida abordando as resistências.

O período da pesquisa cobre os mandatos dos governadores Wilson Witzel e Cláudio Castro de janeiro de 2019 até o ano de 2025. Ambos foram eleitos sob o manto da segurança pública e a promessa de recrudescimento no combate a violência. Nesta introdução faremos uma breve análise do quadro da violência no Brasil e da relação destes dois governadores com a violência de estado e com a violência policial.

Começamos com um gráfico baseado no relatório pelo Instituto Fogo Cruzado publicado pela Agência Brasil em 12/02/2025, apontando o crescimento de vítimas de “bala perdida” na região metropolitana do Rio de Janeiro:

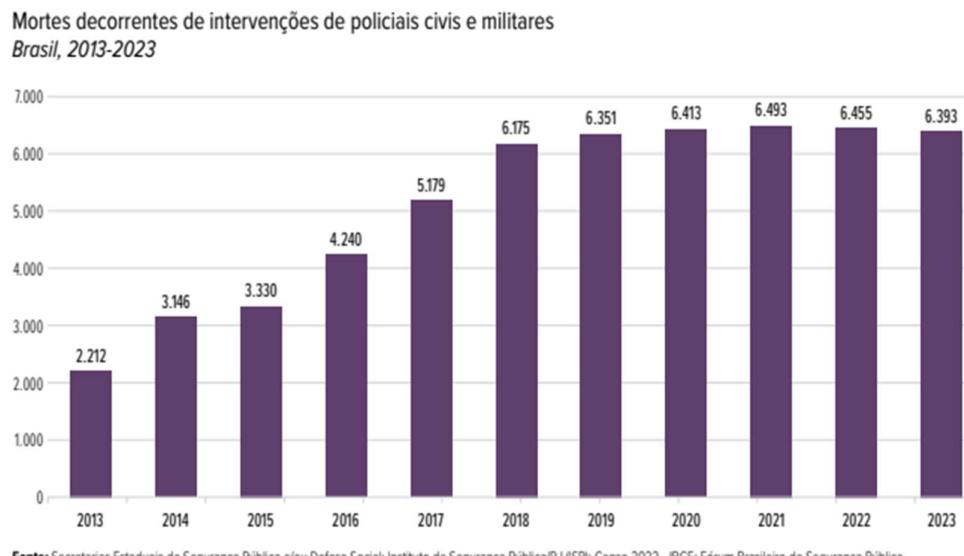
Gráfico 1: crescimento de vítimas de “bala perdida”



¹[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/relatorio-indica-que-rj-vive-escalada-da-violencia-neste-inicio-de-ano#:~:text=Foram%2042%25%20no%20m%C3%AAs%20passado,%2C7%25%20do%20total\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/relatorio-indica-que-rj-vive-escalada-da-violencia-neste-inicio-de-ano#:~:text=Foram%2042%25%20no%20m%C3%AAs%20passado,%2C7%25%20do%20total).)

Em seguida, um gráfico com as Mortes decorrentes de intervenções policiais civis e militares entre 2013 e 2023.

Gráfico 2: Mortes decorrentes de intervenções policiais civis e militares entre 2013 e 2023.



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O estado que registrou o maior número de vítimas foi a Bahia, com 1.699 mortos em intervenções das duas polícias. Na segunda posição aparece o Rio de Janeiro, com 871 vítimas em intervenções policiais e em terceiro lugar o Pará, com 525 mortes. No que diz respeito à taxa, método mais adequado para a comparação entre os entes federados, a maior taxa de mortalidade é o Amapá, com 23,6 mortos por 100 mil, taxa 661% superior à média nacional, que foi de 3,1 mortes por 100 mil habitantes. A segunda maior está na Bahia, com 12 mortes por grupo de 100 mil habitantes, e depois Sergipe, com 10,4 mortes por grupo de 100 mil. Goiás é o quarta com 7,3 mortes por 100 mil e o Pará na quinta com 6,5 mortes por 100 mil. O Rio de Janeiro teve redução de 34,5% nas mortes entre 2022 e 2023, mas segue em sétimo lugar entre maiores taxas de letalidade policial.²

O gráfico e tabelas abaixo pertencem ao relatório de pesquisa “Chacinas policiais no Rio de Janeiro: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade”³ produzido pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos, GENI, em 2023.

²

file:///C:/Users/cngfr/Downloads/Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%202024.pdf

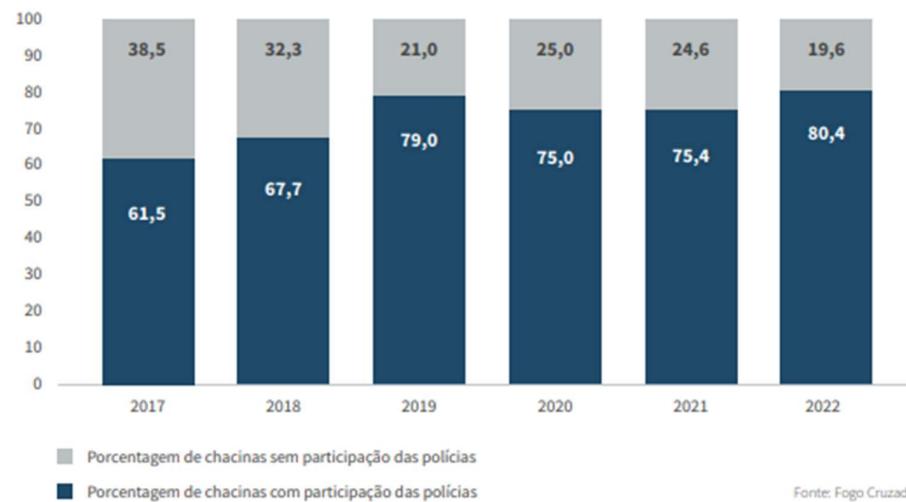
³[https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_policiais_no_Rio_de_Janeiro_-_Estatiza%C3%A7%C3%A3o_das_mortes,_mega_chacinas_policiais_e_impunidade_\(relat%C3%B3rio\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_policiais_no_Rio_de_Janeiro_-_Estatiza%C3%A7%C3%A3o_das_mortes,_mega_chacinas_policiais_e_impunidade_(relat%C3%B3rio))

O gráfico 3 representa a maior participação das polícias na letalidade das chacinas ocorridas na região metropolitana do Rio de Janeiro. O gráfico 4 representa as chacinas com e sem a participação das polícias.

Gráfico 3: Porcentagem de chacinas policiais do total de chacinas.

PORCENTAGEM DE CHACINAS POLICIAIS DO TOTAL DE CHACINAS

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2017-2022)

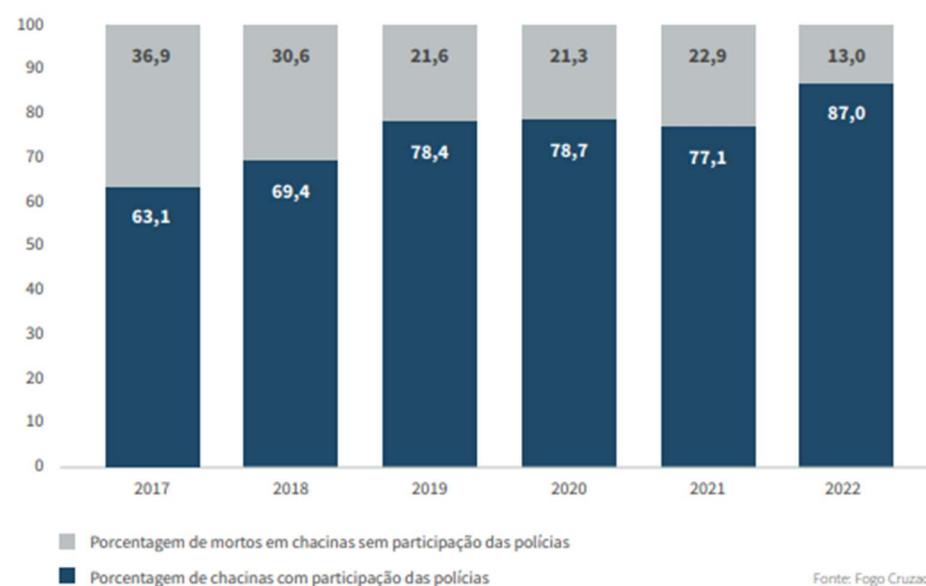


Fonte: Fogo Cruzado

Gráfico 4: Mortos em chacinas policiais do total de mortos em chacinas.

PORCENTAGEM DE MORTOS EM CHACINAS POLICIAIS DO TOTAL DE MORTOS EM CHACINAS

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2017-2022)



Fonte: Fogo Cruzado

Na tabela abaixo está demonstrado, por cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, os números de chacinas e mortes, Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos, GENI.

Tabela 1: Chacinas policiais e mortos em chacinas policiais por município.

CHACINAS POLICIAIS E MORTOS EM CHACINAS POLICIAIS POR MUNICÍPIO

(Números absolutos e porcentagens, 2007-2022, Região Metropolitana do Rio de Janeiro)

Município	Chacinas (Números absolutos)	Chacinas (Porcentagem)	Mortos em Chacinas (Números absolutos)	Mortos em Chacinas (Porcentagem)
1. Rio de Janeiro	399	63,4%	1706	66,8%
2. São Gonçalo	47	7,5%	165	6,5%
3. Belford Roxo	41	6,5%	159	6,2%
4. Niterói	39	6,2%	139	5,4%
5. Duque de Caxias	34	5,4%	131	5,1%
6. Nova Iguaçu	22	3,5%	79	3,1%
7. Japeri	18	2,9%	62	2,4%
8. Mesquita	6	1,0%	19	0,7%
9. São João do Meriti	6	1,0%	19	0,7%
10. Itaboraí	4	0,6%	18	0,7%

Fonte: GENI/UFF

O relatório produzido pelo GENI em 2023 destaca que

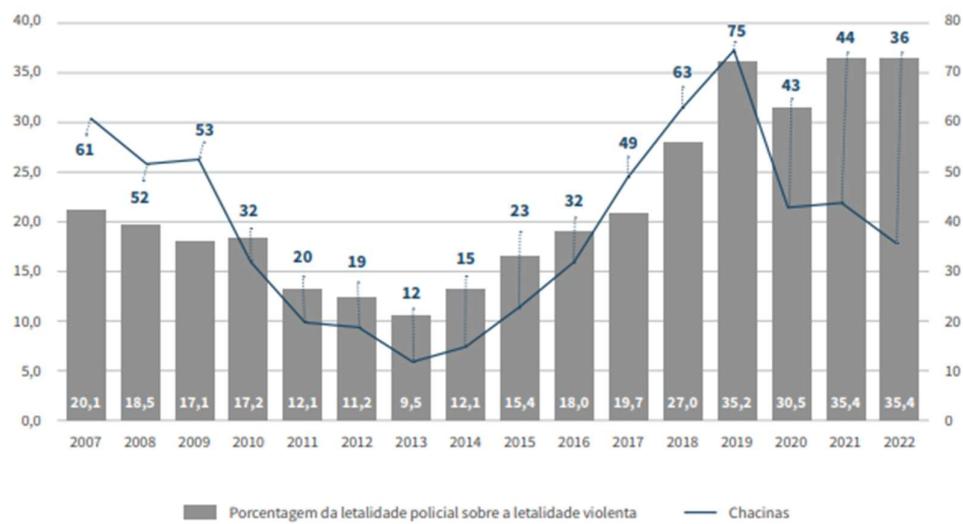
“O parâmetro mais claro de entendimento do fenômeno de estatização das mortes é a participação da letalidade policial no conjunto da letalidade violenta. As polícias foram responsáveis por 35,4% da letalidade violenta na RMRJ em 2019, 2021 e 2022, ao passo que eram responsáveis por 9,5% da letalidade violenta em 2013, ano menos letal da série. A frequência de chacinas policiais varia de maneira bastante próxima à participação da letalidade policial na letalidade violenta total”⁴

Abaixo segue o gráfico 6, que representa a Participação da letalidade policial na letalidade violenta e quantidade de chacinas policiais.

⁴[https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_policiais_no_Rio_de_Janeiro_-_Estatiza%C3%A7%C3%A3o_das_mortes,_mega_chacinas_policiais_e_impunidade_\(relat%C3%B3rio\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_policiais_no_Rio_de_Janeiro_-_Estatiza%C3%A7%C3%A3o_das_mortes,_mega_chacinas_policiais_e_impunidade_(relat%C3%B3rio))

Gráfico 5: Participação da letalidade policial na letalidade violenta e quantidade de chacinas policiais.

PARTICIPAÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL NA LETALIDADE VIOLENTA E QUANTIDADE DE CHACINAS POLICIAIS
(Porcentagem e números absolutos, 2007-2022, Região Metropolitana do Rio de Janeiro)



Fonte: GENI/UFF

Alternando os tempos e observando os números da violência no início da década de 1970, período da ditadura militar, utilizando os dados retirados do artigo “A violência disseminada”⁵ da professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, Márcia Regina da Costa, em que está descrito:

“Além da violência política do governo ditatorial, essa foi também a época do auge do “esquadrão da morte”. No decorrer dos anos 70, assaltos brutais, tráfico de drogas e de armas, exterminios, homicídios e chacinas, praticados por policiais, bandidos ou pessoas comuns, multiplicaram-se em uma proporção assustadora. A década de 80, mesmo com o fim do governo militar e a restauração do processo democrático, apenas aprofundou essa tendência.”⁶

A partir destes dados podemos nos deter sobre a questão da violência e seu tempo, a violência e sua relação com os regimes totalitários e democráticos direcionadas as classes “subalternas” de nossa sociedade.

⁵<https://www.scielo.br/j/spp/a/9qbsP3C64CX4f4kkXZPTmqQ/#:~:text=No%20decorrer%20dos%20anos%2070,se%20em%20uma%20propor%C3%A7%C3%A3o%20assustadora.>

⁶<https://www.scielo.br/j/spp/a/9qbsP3C64CX4f4kkXZPTmqQ/#:~:text=No%20decorrer%20dos%20anos%2070,se%20em%20uma%20propor%C3%A7%C3%A3o%20assustadora.>

O aparecimento e crescimento de organizações como o “Esquadrão da Morte”, ou o “Mão Branca” tão noticiados nos jornais da época como “Higienizadores” da sociedade carioca, aqui considerando toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, visto que tais grupo de extermínio, formados prioritariamente por policiais, atuavam nas periferias e favelas do grande Rio estabelecendo o terror e o medo nas populações das comunidades carentes e favelas. Os números da violência neste período, equivalente, a década de 1970, são subnotificados, não havia um sistemático controle sobre estes acontecimentos seja por estratégia, seja por (des)interesse das autoridades públicas.

Ainda assim podemos, em dados comparados, perceber que pouco mudou em termos de intensidade a violência dirigida aos populares marginalizados da sociedade da região metropolitana do Rio de Janeiro em termos percentuais. Há, na verdade, uma mudança nos “modos operandi” dos extermínios dos pobres periféricos. Vivemos neste momento a institucionalização clara e direta do crime de Estado contra essas pessoas com as chamadas operações policiais contra o tráfico e pela “segurança” da população, executadas pelo aparato de segurança militar a serviço dos governos de extrema direita representado no Estado do Rio de Janeiro, no momento, pelo governador Cláudio Castro, e como descrito na abertura desse texto, uma operação pela não indignação frente as violências praticadas pelo Estado Brasileiro.

As publicações das imprensas oficiais, os grandes jornais apresentados aqui demonstram algumas destas estratégias... desumanização, interesse público, combate ao tráfico de drogas, operações policiais com declarada intensão de legitimar as violências utilizadas contra as comunidades que “escondem” os criminosos, colocando em risco a segurança dos cidadãos do Rio de Janeiro

Com relação aos governadores, já em sua campanha a governador do Estado do Rio de Janeiro (2018), o então candidato Wilson Witzel, prometeu “Extinguir a Secretaria de Segurança Pública, dando status de secretarias à Polícia Civil e à Polícia Militar, que responderão diretamente ao governador;” Autorizar que a polícia abata criminosos que portem armas de uso exclusivo das Forças Armadas;”⁷ A este último em entrevista ao jornal Estadão de São Paulo o governador eleito declarou "O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo!"⁸.

A declaração proferida por Witzel provocou debates nos campos político, jurídico e social, com críticas de diversos especialistas. Ao mesmo tempo, apontou diretamente

⁷<https://oglobo.globo.com/politica/para-cobrar-relembre-as-promessas-que-witzel-fez-na-campanha-23194642>

⁸ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/politica/1540850503_916264.html

para a adoção de uma retórica institucional pautada na violência. Este pronunciamento, não constituiu um fato isolado, mas sim expressão de um paradigma autoritário proposto para política de segurança pública do Estado. A fala de Witzel revela a instrumentalização da segurança pública como plataforma de capitalização eleitoral. Inserida em um contexto de crescente insegurança e desconfiança das instituições, a retórica do enfrentamento — centrada na promessa de eliminação física de suspeitos atua como um dispositivo punitivista, opressor e, de alguma maneira, higienizador de nossa sociedade.

A declaração reproduz e reforça uma lógica de criminalização da pobreza e do racismo. Witzel, ao declarar “mirar na cabecinha”, remete a uma prática de eliminação física direta e eficiente, desprovida de qualquer mediação institucional. Estudos demonstram que a letalidade policial no Brasil, em especial no estado do Rio de Janeiro, afeta desproporcionalmente jovens negros moradores das periferias.⁹ Assim, o discurso de Witzel atua como legitimação simbólica de uma política de extermínio, promovendo a desumanização de determinados segmentos sociais considerados marginais.

A declaração configura ainda uma ruptura com os princípios que norteiam uma política de direitos humanos na garantia da vida e, além disso, aponta para uma sumária condenação a morte daqueles desumanizados pelo discurso como indesejáveis ao habitat social. Ademais, ao declarar que a “A polícia vai mirar na cabecinha e fogo!” soa como incitação à violência letal. Um discurso que parece aprofundar a lógica do conflito e da barbárie, minando os fundamentos do convívio social. Por conta disso, a declaração foi rechaçada inclusive por políticos de direita: “o próprio ministro da Segurança Pública, Raul Jugmann, que durante um evento na Firjan alertou que a proposta do governador de formar grupos de atiradores de elite para “abater” traficantes é ilegal.”¹⁰

Além disso, a fala nos parece a espetacularização da violência. Ao emitir tal declaração, o então governador transformou a política pública de segurança em um espetáculo de força, buscando construir uma imagem de autoridade implacável. Haja visto que com a extinção da Secretaria de Segurança Pública, dando status de secretarias à Polícia Civil e à Polícia Militar, estas instituições responderiam diretamente ao governador, todas essas ações seriam coordenadas diretamente pelo próprio governante.

Ao legitimar a violência como modo preferencial de atuação policial, a declaração compromete, sobremaneira, as mediações possíveis e legais nas tratativas diretas com a população a que se destinam, populações periféricas e favelas. Afinal, a frase “a polícia

⁹ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

¹⁰<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/08/propostas-de-wilson-witzel-para-a-seguranca-publica-sao-inconstitucionais/>

vai mirar na cabecinha e... fogo!”, revela-se como síntese discursiva de uma política de segurança baseada no autoritarismo, na exclusão social e na banalização da morte.

Em outro episódio que tem a marca da violência letal e a espetacularização como modo de operação, o já empossado governador do Estado do Rio de Janeiro comemorou a morte do sequestrador do ônibus que estava sobre a ponte Rio Niterói. Fez dancinha e exaltou a operação policial que culminou com a morte do sequestrador. Assim repercutiu o comportamento do governador na página eletrônica do jornal Diálogos do Sul em 21/ de agosto de 2019, “Sequestro da Ponte Rio Niterói: que tipo de gente comemora a tragédia e a morte? O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, celebrou a ação policial que resultou na morte do sequestrador. “Essa é a polícia que queremos”¹¹

Seu sucessor, Cláudio Castro, tomou posse em 1 de maio de 2021, após o processo de impeachment no qual Witzel perdeu o mandato e foi condenado por dez votos a zero.

Cinco dias após Cláudio Castro assumir a cadeira de governador do Estado do Rio de Janeiro as polícias civil e militar do Estado executaram uma operação policial de alta letalidade. No dia 06 de maio de 2021 “as polícias civil e militar protagonizaram uma das operações mais letais na história do Rio de Janeiro. A ação, que ocorreu em desrespeito a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), deixou 28 mortos no Jacarezinho, na Zona Norte do Rio”.¹² Apontando a direção que seria tomada nas tratativas da segurança pública. Cláudio Castro, disse que “lamenta as vidas perdidas na operação”, e garantiu que houve longo e detalhado trabalho de inteligência por dez meses. O vice-presidente, Hamilton Mourão, aliado de Castro, disse que os mortos eram “tudo bandido”¹³.

No O Globo de 09 de maio de 2021, Bernardo Mello Franco comentou a declaração do vice-presidente:

“O general está afinado com a tropa no poder. O governador Cláudio Castro, aliado do Planalto, classificou a matança como fruto de um ‘detalhado trabalho de inteligência’. O vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente, fez piada com o relato de uma viúva. Há poucos dias, seu pai ergueu um cartaz com a inscrição “CPF cancelado”. O capitão é um velho defensor de milícias e grupos de extermínio. Além de ignorar regras e protocolos, a matança pisoteou a decisão do Supremo Tribunal Federal que proíbe operações em favelas durante a pandemia, salvo em casos excepcionais. Numa clara provocação, a polícia batizou a ação no Jacarezinho de “Exceptis”. Os responsáveis pela barbárie também não fariam isso sozinhos. Eles sabem que têm cobertura para desafiar o Judiciário e as leis”.¹⁴

¹¹<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/sequestro-da-ponte-rio-niteroi-que-tipo-de-gente-comemora-a-tragedia-e-a-morte/>

¹²<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/11/entenda-por-que-claudio-castro-e-a-continuacao-de-wilson-witzel-no-governo-do-rj/>

¹³<https://oglobo.globo.com/rio/tudo-bandido-diz-mourao-sobre-mortos-em-operacao-no-jacarezinho-25007550>

¹⁴ bernardomf@oglobo.com.br em 09/05/2021

Nos dias subsequentes a chacina, o governador Claudio Castro em seu twiter “Cláudio Castro@claudiocastroRJ May 10, 2021. Bom dia! O trabalho da @PCERJ não para e as ações estão intensificadas. Hoje, a Civil realiza operações contra a milícia na região da Muzema. As ações visam combater a lavagem de dinheiro e exploração de imóveis”.¹⁵ Aludindo ao trabalho da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Em defesa da memória dos mortos na chacina da favela do Jacarezinho, um ano após o ocorrido, a comunidade local ergueu um memorial em 06 de maio de 2022 com o nome dos mortos na operação policial, porém uma semana após sua inauguração o memorial foi derrubado por agentes da polícia do Estado do Rio de Janeiro. Assim justificado pelo governador Claudio Castro: “Cada policial que eu perco, eu perco duas vezes. Por isso que aquele memorial lá, nós tombamos ele. O nome do André [o policial] não merece estar no meio de **27 vagabundos** (grifo nosso). O único herói que merecia um memorial é o André com seu filho, da idade do meu, que chora até hoje”.¹⁶

A derrubada do memorial se deu com a utilização do “caveirão”, onde foi amarrada uma corda que puxou o memorial até sua queda, sob o olhar da população e câmeras de filmagem, demonstrando total desrespeito as lembranças das vítimas da chacina em mais uma tentativa de apagamento das memórias produzidas a partir da operação policial mais letal das polícias do Estado do Rio de Janeiro.

Em maio de 2022 mais uma chacina, com 23 mortos na comunidade da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, um sendo por “bala perdida”. Claudio Castro afirmou que “Não houve chacina alguma, houve uma operação em que a polícia entra às 4 e pouco da manhã e tem um bonde fortemente armado saindo. Eles tentaram fazer chacina com a polícia. Foi o inverso. Não há chacina nenhuma ali. A polícia cumpriu o papel dela”.¹⁷

O governador fez uma clara defesa nos modos de operação das polícias do Estado. Desumanização e desvalorização do direito a vida destas populações que socialmente atravessam o caminho das forças de segurança do Estado. Abaixo seguem mais algumas declarações do governador Cláudio Castro sobre as ações policiais.

Governador do Rio debocha de mortos na chacina do Salgueiro: ‘Coisa boa não estavam fazendo’¹⁸ Carta Capital em 26 de novembro de 2021; “As operações cumpriram

¹⁵ https://x.com/search?q=from%3AclaudiocastroRJ%20jun%202021&src=typeahead_click&f=top

¹⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governador-do-rio-chama-vitimas-de-chacina-do-jacarezinho-de-vagabundos/>

¹⁷ <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/06/castro-sobre-mortes-na-vila-cruzeiro-quem-faz-chacina-e-quem-apontaarma-para-a-policia.ghtml>

¹⁸ <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/governador-do-rio-debocha-de-mortos-na-chacina-do-salgueiro-coisa-boa-nao-estavam-fazendo/>

exatamente os preceitos', diz Castro sobre Jacarezinho e Vila Cruzeiro". Carta Capital, 01 de junho de 2022.¹⁹ "Não enchem o meu saco", diz Castro a defensores dos Direitos Humanos. Metrópoles 16 de fevereiro de 2025.²⁰ "O nome do André não merece estar no meio de 27 vagabundos", afirmou o governador em pronunciamento".²¹ Carta Capital em 30 de maio de 2022. Em justificativa a derrubada do memorial em homenagem aos mortos na chacina do Jacarezinho. O vagabundo resistiu à prisão', diz governador do RJ sobre traficante morto pelo Bope na Maré.²² Portal UOL em 14 de maio de 2025.

A pesquisa terá dois tipos de fonte. Por um lado, a da mídia empresarial, a partir dos veículos de grande circulação, pelos quais a posição oficial do Estado se expressa. Por outro lado, usaremos as mídias alternativas ligadas aos movimentos de favelas como representação das vozes de resistência a esse processo.

A dissertação se divide em três capítulos: no primeiro, analisaremos o Estado e o poder, suas formas de dominação, violência e legitimação, a partir dos autores Max Weber, Pierre Bourdieu e Jacques Rancière.

O segundo capítulo versará sobre as várias formas de violência do Estado e, especificamente, sobre as operações policiais e chacinas. Neste caso, utilizaremos o critério de maior número de mortes por ação policial, noticiadas pela imprensa²³. O marco temporal desses eventos serão as chacinas acontecidas entre 2019 e 2022 durante os governos Wilson Witzel e Cláudio Castro levando-se em consideração a maior letalidade dos eventos. Serão analisadas as seguintes operações policiais conforme o período: 08/02/2019 em Santa Tereza com treze mortes; 06/05/2019 Favela da Maré com oito mortes; 15/05/2020 complexo do Alemão com 12 mortes; 12/01/2021 Parque Roseiral com oito mortes; 06-05-2021 Jacarezinho com 28 mortes; 24/05/22 Penha com vinte três mortes e por último em 21/07/22 Complexo do Alemão com dezessete mortes.

Já no terceiro capítulo vamos analisar os movimentos de resistência à tentativa de normalizar e legitimar essas chacinas, com base em mídias como o site *wikifavelas* e outras produções oriundas dos movimentos de favelas.

¹⁹<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/as-operacoes-cumpiram-exatamente-os-preceitos-diz-castro-sobre-jacarezinho-e-vila-cruzeiro/>

²⁰<https://www.metropoles.com/brasil/nao-enchem-o-meu-saco-diz-castro-a-defensores-dos-direitos-humanos>

²¹ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/castro-chama-de-vagabundos-os-mortos-na-chacina-do-jacarezinho/>

²²<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/05/14/o-vagabundo-resistiu-a-prisao-diz-governador-do-rj-sobre-traficante-morto-pelo-bope-na-mare.htm>

²³ https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_no_Rio_de_Janeiro_entre_2019_e_2022

Capítulo 1 – Estado e Violência

O Estado moderno, contemporâneo, é resultado de um processo histórico que envolve a consolidação da estratificação da sociedade, suas classes, posições na acumulação e concentração de capital e que em essência exerce seu poder não somente através da violência física, bruta, mas também dos simbolismos e categorias de pensamento impostas para que sejam internalizadas pelos indivíduos. O Estado organiza e regula as relações sociais, culturais e econômicas atuando como instância legítima de unificação do campo social. Oportunizando “a todos” uma legislação coerente e “justa”, uma série de programas, instituições, equipamentos de modulação das relações sociais. Conceitualmente se apresenta em diferentes modos de domínios na gestão dos contratos sociais nele envolvidos, suas camadas vão além da política pura para os campos da cultura, educação, saúde, “segurança” e mais.

Entendemos o Estado como meta-instituição multifacetada, que varia de tamanho conforme necessidade, com muitos tentáculos e braços auxiliares para os alcances exigidos. Oligarquicamente administrado diretamente, ou quando necessário indiretamente por suas instâncias de garantia, mantenedoras do estamento invisível.

A organização estatal se impõe na execução das tarefas de manutenção do domínio e por extensão na atuação para que estas operações pareçam razoáveis a todos os envolvidos, inclusive os subjugados. Tornando, fazendo parecer, justas a posições que cada um ocupa no mundo social.

O poder de estado está representado na força e na violência legítima, Weber (2011), simbólica, Bourdieu (2014) e neuronal Byung-Chul Han (2015) opressora e cuidadosa em seus aparatos de coerção diretos e indiretos.

Um importante signo utilizado na operação simbólica de manutenção do poder e violência estatal, hoje, é a palavra “democracia”, posto que por ela devemos nos comportar, mesmo não sabendo o que ela significa ou o que ela pode nos trazer de vantajoso. Palavra tão poderosa que vem sendo ressignificada de tempos em tempos conforme a necessidade.

Jacques Ranciére, filósofo francês, recentemente escreveu em seu livro “Ódio a Democracia” sobre os vários aspectos e possibilidades que viriam a ser as democracias, através de uma série de elucubrações para desvendar o significado desta palavra hoje, no tempo e na história. Para tanto e a partir da discussão proposta por Ranciére nos parece que democracia é o que dela se fizer necessário, mantenedora do Estado, meta-instituição

reguladora das relações sociais, culturais e principalmente econômicas de nossas sociedades.

Quem defende a democracia? De quem é a democracia, ou democracia para quem?

A democracia como regime de Estado dita e falada e que representa um não lugar, ou no máximo um lugar clandestino aos periféricos do poder, vem sendo ofertada na abstração do objetivo e subjetivo, do tempo e do espaço ao indivíduo não servindo pragmaticamente aos que dela precisam para serem ouvidos ou, no mínimo reconhecidos como viventes desta sociedade e necessitados de direitos, essa democracia que nos arranha é por tanto deletéria.

Clama-se ao periférico a defesa da democracia, mas o que ela lhe traz de vantajoso? Algumas perguntas podem nos ajudar a refletir sobre o assunto e, por extensão, apontar algumas possibilidades de compreensão do crescimento da extrema direita na política nacional, não desconsiderando o fenômeno global que este movimento vem representando.

O que será essa democracia? A quem ela serve? Qual a diferença na vida das pessoas essa democracia pode trazer? No mais, Jacques Rancière (2014) afirma que essas democracias são muitas e caso, a caso são implementadas em conformidade com as necessidades das oligarquias que dela se apropriam. Ademais servindo-se nesse tabuleiro onde poucos tem acesso.

Pretendemos chamar atenção para essas operações que afastam os atores periféricos do debate político, alimentam a descrença na democracia, no estado e nas instituições que "nada" fizeram ou garantiram a essa camada mais carente de nossa sociedade. Outrossim essas camadas populares, habitantes das comunidades periféricas, observam o poder coercitivo do estado se manifestar de diversas maneiras simbólicas, físicas, psíquicas e outras, aprofundando seus afetos de angustia e ressentimento. Assim se resignando diante do poder e da força bruta do Estado.

Uma das consequências destas violências é a angústia. Angustia resultante da desconexão da preservação natural da vida, como na cria dos filhos e seus exemplos, e a imprevisibilidade do inimigo, Luiz Soares (2000), que descontroem sobremaneira as identidades primárias familiares de proteção da prole. Se o movimento e as ações do "predador", (ator público de segurança, oficial ou não) são, sempre, imprevisíveis como orientar para o cuidado? Olhe, não olhe. Corra, não se mexa. Grite, silencie. Levante às mãos, deite-se no chão... Todas as orientações podem incitar uma reação ruim por parte do poder de segurança do Estado. Então desvie do caminho e evite tal horário, entretanto mesmo essas orientações se fazem ineficazes diante da imprevisibilidade do monstro

violador físico e simbólico, porém legítimo do Estado garantidor da ordem democrática. O Estado que regula e controla as narrativas sobre esses indivíduos capturados pela conveniência do poder, pela positividade tóxica na celeridade das expectativas geradas no controle de resultados do indivíduo apartados da circunstância e da realidade conjuntural e material a que ele está submetido.

As estratégias de notícias da imprensa, concessionárias do estado, expropriam a humanidade dos cidadãos de segunda classe, mulheres, negros e jovens carentes transformados em indesejáveis figuras.

Para estas operações o Estado dispõe de instituições delimitadas conforme suas necessidades e intenções, que se manifestam em dominações weberianas tais como a dominação tradicional, a dominação carismática e a dominação legal-racional.

Max Weber pré-define o Estado em uma organização que detém o monopólio do uso legítimo da força em um determinado espaço geográfico, aqui delimitado por divisas territoriais e culturais. O Estado estabelece a relação de dominação humana por meio da violência legítima (Weber, 1994). Este é e será o mote garantidor da ordem e “bem viver”, guardião das vidas e das mortes que se fizerem necessárias.

O Estado é, além de, seu aparato institucional e administrativo um conjunto relacional de afetos fundados na obediência voluntária, imposta aos governados pelas forças regulamentadoras do próprio poder.

Adiante observamos esse mesmo estado mascarado nas violências simbólicas, Bourdieu (2014), na dominação sutil, não menos violenta em suas consequências, de alta potência na desregulação das capacidades reativas do cidadão de segunda classe. De outro modo, podemos dizer que, a imposição de categorias de pensamento pelo Estado sobre as classes sociais menos favorecidas, procuram normalizar e naturalizar diferenças sociais como justas e naturais, e mais acrescenta-se a essa dominação a dominação cordial aplicada e amplificada pelos templos evangélicos em suas pregações e organizações divinas. A resiliência na resignação. A constância na condição de aceitação do que não tem outra forma ou possibilidade no lugar deste mundo que Deus nos designou.

Acreditamos haver no Brasil uma operação pela não indignação frente as violências praticadas pelo Estado, de modo a garantir sua perpetuação como modo gestão estatal dos conflitos sociais, estimulando ao limite as afetações de resignação aos subjugados sociais.

Para avalizar o êxito nessas operações de violência de Estado, com todas as vênias, emprestamos o conceito de reproduibilidade técnica (BEJAMIN, 2021), que na reprodução pode se perder a essência, mas um tanto se ganha na massificação. Fazer-se

conhecer a violência a todos os indigentes sociais, para que desta entendam não podem escapar e assim resignados reconheçam seu lugar na estratificação de nossa sociedade. Seu não lugar.

1.1. A Genealogia da violência legal no Brasil

A história das violências impostas as minorias no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro é de extrema complexidade e encontra suas raízes já no período colonial, na escravização de indígenas e negros, na manutenção da unidade territorial e na centralidade política da colônia e se transmuta e se mantém ao longo dos anos, se especializando no método ou na forma, na intensidade e na distribuição.

A guerra declarada aos povos originários dessa terra no período de colonização do Brasil ainda está em curso contra os inimigos de sempre e aos novos inimigos sociais reconhecidos pelo Estado ao longo de nossas existências. O Estado brasileiro se prepara, se organiza e se estrutura para pacificar essas populações desajustadas. Gentes marginais que tentam ocupar algum lugar à sombra das instituições e sem a devida autorização do poder do Estado.

As práticas de extermínio, escravização, desterramento, abandono, sucederam-se nas administrações estatais brasileiras. O projeto de desumanização que se iniciou com os índios, depois com os negros, adiante com os marginais dos arranjos sociais, desempregados, subempregados, precarizados em todas as formas, sem tetos, sem terras, sem educação, sem saúde e, portanto, sem dignidade.

Em uma breve linha do tempo podemos apontar uma pequena, porém relevante, série de violências infligidas aos desumanizados da história: Período colonial até 1822: extermínio, despojo e escravização dos indígenas, povos originários da terra. Um sistema escravagista que submeteu milhões de africanos a escravidão, açoites e as mais brutais violências de ordens físicas e psíquicas.

No império e reinado 1822 a 1889: a contínua violência contra os negros, a manutenção do vergonhoso regime de escravidão até o ano de 1888, a Revolta dos Malês e suas consequências aos amotinados pela liberdade:

“Os malês receberam diversos tipos de sentença. Foram elas: prisão simples, prisão com trabalho, açoite, morte e deportação para a África. Esta última pena foi atribuída a muitos libertos presos como suspeitos mas contra os quais nenhuma prova definitiva foi encontrada. Mesmo assim, apesar de absolvidos, foram expulsos do país. A pena de açoites variava de 300 até 1.200 chicotadas, que foram distribuídas ao longo de vários dias. O idoso Pacifico Licutan foi sentenciado a 1.200

chibatadas. Sabe-se de pelo menos um condenado que morreu em decorrência desta pena de tortura, o escravo nagô Narciso. (Reis, João José. P, 10. 2015)".²⁴

Continuando no período que compreende o Império e o Reinado, a Balaiaada na província do Maranhão foi outro levante, contra as mazelas do poder como o recrutamento forçado dos homens despojados de bens, livres, o flagelo inescrupuloso das gentes pobres, populares, qualificados como homens de cor. Os sem direitos. Os revoltados contra a concentração das terras nas mãos de poucos latifundiários do Império. Aqui desenvolvido mais um dos aspectos das violências em terras brasileiras, suas camadas e estratégias como: a campanha militar liderada por quem viria a ser o Duque de Caxias impingindo fome, opressão e desgaste dos sublevados populares. Levando os insurgentes a aniquilação.

A Balaiaada foi combatida no front, com suas violências de guerra, e na memória com a construção de narrativas ou apagamento dos reais motivos da revolta. A Balaiaada foi mais um episódio das violências praticadas contra os homens de segunda categoria que compõem nossos extratos sociais:

“Balaiaada: luta por cidadania no Maranhão Imperial. Revolta que chegou a envolver 12 mil homens e mais de uma província no Brasil Império levantou bandeiras pautadas em direitos fundamentais. Temida pelas elites, ela foi violentamente reprimida pelo governo e combatida até mesmo no plano da memória e da história.(ABRANTES,2023) “²⁵

Em nosso período republicano, República Velha, (1889 a 1930), apesar das mudanças políticas a violência se conservou, mantendo como vítimas preferenciais os pobres, despossuídos e negros de pele. A violência estatal legítima se organiza na legalidade dos açoites aos marinheiros, que culminou na Revolta da Chibata: “A Revolta da Chibata foi um movimento social importante, pois expôs a gênese violenta da República brasileira, que já naquele momento demonstrava ignorar as questões sociais”²⁶

O massacre de Canudos: Uma comunidade religiosa se estabeleceu no sertão da Bahia na tentativa de sobrevivência diante das agruras da seca e da fome. Essa comunidade de camponeses se organizou entorno de um religioso, Antônio Conselheiro. Parte da mão de obra rural local migrou para o Arraial de Canudos na expectativa de possível vida melhor amparada na religiosidade e preceitos cristãos. Além de outros

²⁴ <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>

²⁵ ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. A Balaiaada: luta por cidadania no Maranhão Imperial (Artigo). In: *Café História*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-balaiaada-luta-por-cidadania-no-maranhao-imperial/>. Publicado em 28 set. de 2023. ISSN: 2674-5917.

²⁶<https://jornal.usp.br/actualidades/a-revolta-da-chibata-e-sua-importancia-na-historia-do-brasil/> 13/12/2016 -Atualizado: 24/04/2017 as 13:14

motivos, o deslocamento dessa mão de obra rural para o assentamento de Canudos desestabilizou as elites locais em suas sanhas de lucro e poder, tencionando a relação entre fazendeiros e camponeses explorados. Conselheiro e Canudos apareciam como oposto aos poderes constituídos. Várias foram as formas de violência utilizadas contra Canudos e seus moradores, ou Antônio Conselheiro e seus seguidores, essa gente pobre sem Rei e sem réis, amotinadas nessa terra de outrem. Assim se fez o combate na retórica e na força. Uma força militar capaz de aniquilar o inimigo pobre sertanejo, sem voz e sem direitos.

“A quarta expedição, com mais de quatro mil soldados e contando com armas pesadas, atacou Canudos entre junho e outubro de 1897, culminando na destruição total do Arraial, com a destruição de 5 mil casebres e a morte estimada de 20 mil pessoas. (JORNAL USP, 2016) ”²⁷

Já no final, em 1924 era criado Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Criado para garantir a ordem pública, coibir manifestações e proteger o Estado de ataques em suas ações administrativas. Este seria aperfeiçoado no Estado Novo.

A era Vargas se inicia em 1930 e com ela as violências de Estado vão se sustentando e se modificando, a desigualdade, a perseguição aos inimigos do Estado, repressão aos opositores do regime no período do Estado Novo. O crescimento do número de favelas, o aumento da desigualdade social, o consequente aumento da criminalidade na falta de oportunidades, estes são reprimidos com ferro e com força. Este período foi responsável pela criação de alguns equipamentos públicos de repressão, tais como: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, que exercia a censura prévia e procurava formar uma imagem positiva do governo Vargas. Catalogando jornais e jornalistas exibindo os olhos do estado sobre a produção jornalística.

Ainda a criação da LEI Nº 38, DE 4 DE ABRIL DE 1935, Lei de Segurança Nacional, que ao longo do tempo veio sofrendo alterações e aperfeiçoamentos de forma atender o Estado contra seus inimigos. Pela lei, pela ordem e pelo bem-estar de todos e o suposto controle criminal.

Sartre no prefácio do livro “Os Condenados da Terra” de Frantz Fanon:

“Encaremos primeiramente este inesperado: o strip-tease de nosso humanismo. Ei-lo inteiramente nu e não é nada belo: não era senão uma ideologia mentirosa, a requintada justificação da pilhagem; sua ternura e seu preciosismo caucionavam nossas agressões. Têm boa aparência os não violentos: nem vítimas nem verdugos! Vamos!” (FANON, 1968)

²⁷ Publicado em: <https://www.fflch.usp.br/127134>

A partir de 1964, com o golpe Civil-Militar já em andamento, a violência policial, a violência de estado se aprofundam na prática através da opressão física aos disfuncionais do sistema, a propaganda contra qualquer tipo de resistência, o poder e a força do Estado demonstrado nas praças e ruas da cidade do Rio de Janeiro. O Estado beligerante e opressor. A militarização das polícias se consolida nesse período e a guerra aos pobres se acentua e alastrá em direção as periferias. “Me recordo de nos idos dos anos setenta, em Jacarepaguá, em frente a padaria soldados do exército recolhiam a um ônibus os homens que não portavam a carteira de trabalho”.

No capítulo de apresentação do livro “O que resta da ditadura” (2010), chama atenção para uma investigação que, de acordo com alguns estudos as práticas de tortura em prisões brasileiras aumentaram em relação aos casos de tortura na ditadura militar²⁸. Isto por si demonstra a perenidade, constância e alteração na intensidade das violências de estado no Brasil sem ligação com regimes democráticos ou de exceção. Conectadas diretamente as suas estratégias de coerção, disciplinamento e manutenção do poder, variando conforme os atores que dela dispõem.

Hoje temos o Atlas da Violência²⁹ publicado pelo IPEA, alguns laboratórios e institutos ligados aos Direitos Humanos e Universidades tais como o instituto Fogo Cruzado/GENI/UFF Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos e o LAV/UERJ, Laboratório de Análise da Violência que se dedicam a investigação sobre os números da violência, O LAV e o GENI especialmente no Rio de Janeiro.

1.2 - Breve genealogia do código penal brasileiro

O DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 estabelece o código penal brasileiro e desde sua implantação, com raras exceções, vem subindo o tom, ou seja, ampliando-se em direção a criminalização da pobreza.

Já no início de seus artigos prevê a “Art. 9º, inciso I ...- obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984). Aqui observamos que se a pessoa for pobre, sem condições para reparar o dano terá sua pena agravada por essa condição. O abatimento da pena está diretamente ligado ao reparo do dano efetuado.

²⁸ Cf. artigo de Kathryn Sikkink e Carrie Booth Walling, “The Impact of Human Rights Trials in Latin America”, Journal of Peace Research, Los Angeles, Sage Publications, v. 44, n. 4, 2007, p. 427-45.

²⁹ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.

A criminalização da pobreza é efetiva quando observamos quem está sendo preso e quais crimes levam a prisão. O Código penal é de 1940 e a reforma de 1984 não foram em decorrência da democratização, o que temos é um populismo penal que tenta vender a solução que se resolveria os problemas sociais como o crime e a violência com a criação de novos crimes e aumento de penas, que foi o que ocorreu ao longo do tempo.

A revogação dos tipos penais como a vadiagem ocorreram muito mais por desuso e não aplicação do que por um processo de constitucionalização. Considerando de 1940 até hoje, em que passamos por regimes de governos ditatoriais e democráticos, é perceptível que a criminalização da pobreza vem num processo ascendente, bastando acompanhar o endurecimento da legislação penal e o aumento da população carcerária em substratos específicos da população para confirmarmos esta sentença.

Em 14/02/2020 a Carta Capital estampava em uma de suas matérias “Número de encarcerados triplicou entre 2000 e 2019 no país, diz Depen”.³⁰ Ainda na mesma matéria o periódico aponta que quase 40% dos presos em nosso sistema prisional em 2020 estava relacionado ao porte e consumo de drogas, crimes diretamente relacionados a juventude negra e pobre de nossas periferias, seguidos em segundo lugar por crimes contra o patrimônio 36,74%. Vejamos que está próximo a 80% o número de encarcerados por crimes ligados a população jovem, pobre, negra e periférica de nossas cidades.

Outro dado interessante e que corrobora com a avaliação de que o cerco as populações marginais mantem-se crescendo a revelia do sistema ou regime político vigente em seu momento histórico é que de acordo com a publicação do site da justiça do Paraná: “Crescimento da população carcerária nos últimos 23 anos (1990- 2012) foi de 508%, enquanto a população, neste mesmo período cresceu 31%”.³¹

Inversamente proporcional está a taxa de crescimento da população brasileira que de acordo com a publicação no site G1 em 28/06/2023: “Censo do IBGE: taxa de crescimento anual da população brasileira atinge menor nível da história”³². Ainda que reduzida a taxa de crescimento populacional do Brasil, o número de encarcerados no Brasil continua subindo de forma vertiginosa. No jornal da USP em 07/08/2023: “Pesquisa mostra que o Brasil tem terceira maior população carcerária feminina do

³⁰ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/numero-de-encarcerados-triplicou-entre-2000-e-2019-no-pais-diz-depen/>

³¹https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/centraldevagas/LEVANTAMENTO_SISTEMA_PENITENCIARIO_2012.pdf

³²<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-taxa-de-crescimento-anual-da-populacao-brasileira-atinge-menor-nivel-da-historia.ghtml>

mundo. Especialistas relacionam a prisão de mulheres com questões de raça, condição socioeconômica e posição geográfica específicas.³³

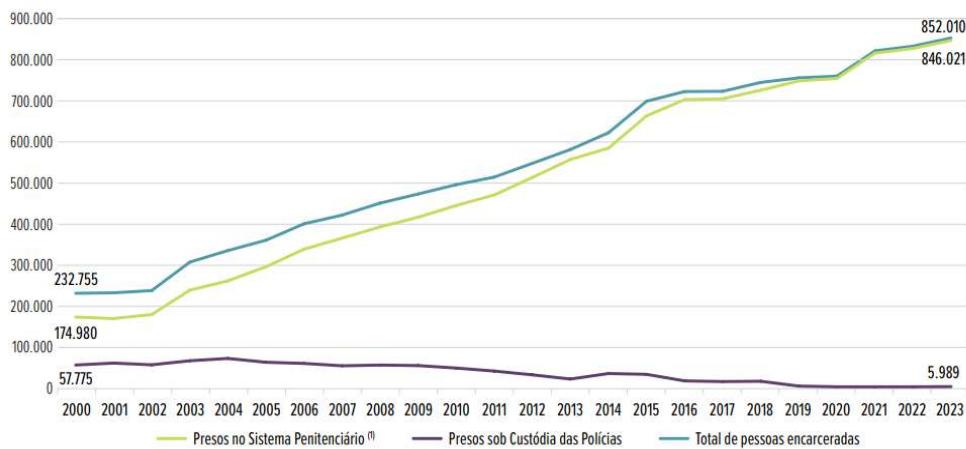
Não são poucas as fontes que nos permitem observar o crescimento da população carcerária do Brasil e por quais pessoas ela se constitui. Aqui procuramos demonstrar que diretamente e institucionalmente o Estado, através de seus mecanismos de coerção e disciplinamento, impinge sistematicamente violências contra a população socioecononomicamente marginal, aprisionando-a.

Podemos elencar, aqui, alguns motivos que alimentam de forma estrutural o crescimento da população carcerária no Brasil: a política antidrogas e sua legislação, o racismo e as desigualdades sociais perduram como motores propulsores desta realidade. Pessoas retiradas do convívio social e sem ter sua existência reconhecida, apagados, renegados, denegados, renunciados de seus direitos. Abjurados de seu reconhecimento como parte do todo social. Ainda que não se faça só pelo encarceramento o apagamento destes sujeitos, mas isso será assunto tratado mais adiante no decorrer desta dissertação.

Abaixo um gráfico³⁴ extraído do “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024” representando o crescimento da população carcerária no Brasil entre os anos de 2000 a 2023 com um crescimento aproximado de 366%.

Gráfico 6. Crescimentos da população carcerária no Brasil entre 2000 – 2023

Evolução da população prisional
Brasil, 2000-2023



Ainda que desse total de encarcerados, 852.010 seres humanos, possamos identificar sua estratificação social sendo eles: “A população prisional segue sendo

³³<https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-mostra-que-o-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceral-feminina-do-mundo/>

³⁴<https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>

majoritariamente negra. Em 2023, 69,1% dos encarcerados são negros, seguidos por 29,7% de brancos. Para amarelos e indígenas os percentuais foram, respectivamente, de 1% e 0,2%”

“Em nenhum momento da série histórica, que cobre o período entre 2005 e 2023, a representação racial se deu de modo diferente. Estamos lidando, portanto, com um processo criminal que tem cor. (FBSP, p. 360, 2024) ”.

E mais, para além da estratificação por raça, cor, temos o recorte socioeconômico à que pertencem esses encarcerados. A política de encarceramento é debitária, principalmente, da escravidão e logo em seguida dos preconceitos sociais constituídos ao longo dos anos intencionalmente estimulados por quem se apropriou do poder, Estado, e regulamenta as relações socioinstitucionais. A negritude em larga maneira e depois o estrato social definem o criminoso.

Para essa população desassistida a existência do encarcerado é, por muitas vezes, negada, vista como vexatória e necessária de ser evitada, obscurecendo rápida ou lentamente a figura do encarcerado. O silêncio e o escuro das histórias dos desumanizados pelo noticiário dos jornais, agora redes sociais, e meios afins de comunicação.

De outra ordem: Quem se salva?

Na complexa conjuntura contemporânea pouca, ou nenhuma margem de mobilização estão ofertadas a essas pessoas. Os afetos de resignação ou “obsequium”, que em nada tem a ver com desistência, mas sim uma espécie de resistência se multiplicam, dando a impressão de que os vencedores de sempre vencerão novamente, mas isso por hora está descartado, a vida está fluindo e as mobilizações se construindo e outros afetos poderão ser mobilizados a partir de novas estratégias e saberes.

1.3. Violência perene e as afetações.

Apontamos aqui que desde o período colonial e passando por diversos regimes e sistemas políticos os direitos e as vozes marginais de nossas cidades, estados, nunca foram ouvidos, ou se ouvidos não foram levados em consideração, respeitados e debatidos com as devidas atenções e complexidades, em seu oposto, estes foram invizibilizados, silenciados e deixados de lado ao longo de nossa história pela falta de sensibilidade, ou mesmo pelas estratégias de continuidades dos poderes institucionais coevos/contemporâneos de suas conjunturas.

As angustias advindas desse processo de produção acelerada e inalcançável, produzem variados afetos e mais imperiosamente o afeto da resignação diante da

impossibilidade em de êxito por culpa própria. Por fraqueza, por não ter seguido os “dez passos para o sucesso”, ou coisa semelhante o indivíduo subtrai de si mesmo as possibilidades de resistência e indignação despojando-se de toda e qualquer reação positiva as mazelas, que cordialmente, lhes foram infligidas.

Outra das mazelas produzidas pela violência estatal são as afetações de resignação, ou *obsequium* SPINOZA (2009). Resignação, verbete, aceitação de todos os sofrimentos, sem se revoltar; submissão à vontade de alguém; sujeição. Submissão ao destino. Em seu Tratado Teológico Político, Spinoza define o *obsequium* como a experiência na obediência por reconhecimento da força do opressor divino ou não, e estratégia para sobrevivência diante de desta força.

“O *obsequium* de Espinosa, formula da produção afetiva de obediência, nos indica ao mesmo tempo os meios de reprodução da obediência, e o jeito de evitar proibir, na livre república do Tratado teológico-político, o desenvolvimento da razão, ou seja, a liberdade humana. Uma atualização do *obsequium* nos permite, então, de repensar o enigma da obediência alegre, assim como o paradoxo duma dominação suave, própria às democracias liberais. O *obsequium* é o instrumento que dispõe os homens à obedecer, sendo governados pelo amor da liberdade, e que reproduz, desse mesmo jeito, as relações de dominação.”³⁵

“Com efeito, como também acontece muitas vezes, escolher um rei por causa da guerra, ou seja, porque a guerra é feita com muito mais sucesso pelos reis, é sem dúvida uma insanidade, pois é querer, para fazer a guerra com mais sucesso, ser escravo na paz.” (SPINOZA, 67. 2009).

Soren Kierkegaard, filósofo dinamarquês do século IXX, pensador do existencialismo cristão na dimensão conceitual de como somos reconhecidos em nossa existência, traz a luz a possibilidade do causal da angústia ser escolher o que fazer na falta total opções preexistentes, estar autorizado a escolher sem escolhas.

“[...] tudo quanto o nosso eu intimamente deve de obediência a Deus em todos os seus desejos e pensamentos mais secretos, na agudeza dos seus ouvidos para fixar e na sua docilidade em seguir os menores sinais de Deus nos seus desígnios sobre nós. (KIERKEGAARD, 1979, 388)

Encontrar uma verdade que se possa defender até as últimas instâncias, uma verdade absoluta. Uma verdade que não se encontra na materialidade. A verdade cristã, que não está no campo do tangível, mas está no campo da fé, seus sacrifícios e “recompensas”. Assim se a existência se dá pela fé. Pelo reconhecimento dos que praticam a fé, o *obsequium* e a obediência e como resignados se apresentam diante de Deus e seus desígnios.

³⁵ https://basefilosofica.com.br/p/400013109_a-obediencia-feliz-atualizacao-lobresequium-espinosista.

Umas das práticas sociais produzidas por estes fenômenos seria a submissão a dominação cordial dos templos evangélicos neopentecostais e outras denominações da seara cristã.

No adiantado de nosso tempo e buscando entendimento de quais seriam as formas de controle social utilizadas pelo Estado em nossos dias temos ainda, além das violências descritas até aqui, a violência neuronal de Byung-Chul Han (2015), aplicada e misturada com destreza as violências operadas pelo Estado sobre nossa “subsociedade”, ou sociedade invisível nas conveniências do poder que só é percebida quando dominada, ou na necessidade de dominação.

“A positivação do mundo faz surgir novas formas de violência. Essas não partem do outro imunológico. Ao contrário, elas são imanentes ao sistema. Precisamente em virtude de sua imanência, não evocam a defesa imunológica. Aquela violência neuronal que leva ao infarto psíquico é um terror da imanência. Esse se distingue radicalmente daquele horror que procede do estranho no sentido imunológico. A Medusa é quiçá o outro imunológico em sua forma extrema. Constitui uma alteridade radical, que nem sequer se pode olhar, sem sucumbir. Assim, a violência neuronal, ao contrário, escapa a toda ótica imunológica, pois não tem negatividade. A violência da positividade não é privativa, mas saturante; não excludente, mas exaustiva. Por isso é inacessível a uma percepção direta. (Byung-Chul Han, em Sociedade do Cansaço (2015)

Nas leituras que utilizamos para formação deste texto a armadilha da liberdade proposta por Byung Chul Han se mostra atual e eficaz em nossa sociedade de Coach's, teólogos da prosperidade e afins e suas mirabolantes soluções de sucesso, que imputam aos indivíduos toda e qualquer responsabilidade por seus fracassos, não levando em consideração as condições subjetivas e objetivas a que esses sujeitos estão expostos em suas materialidades, nos termos em que a liberdade está para tomarmos decisões e assim as pessoas são livres para escolhas, livres para escolhas dirigidas.

A sociedade do desempenho estabelece que a alta produtividade, performance, faz das pessoas cidadãos de primeira categoria, condenando ao fracasso aqueles que a questionarem em algum momento, ou melhor aqueles que não são suficientemente produtivos. Transformados em agressores e vítimas de si mesmo ao mesmo tempo, na auto avaliação de desempenho engendrada pelos dominadores da sociedade. Faz-se acreditar que não há outro caminho. O “sujeito do desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho” Explorador e explorado, agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. (HAN, 2019, p. 29-30).

Diretamente ligados a essas afetações está a necessidade pelo reconhecimento, ou luta pelo reconhecimento (HONNET, 2009). Existir no reconhecimento do outro. Ainda que para isso tenha que se submeter as mais variadas renúncias de múltiplas ordens e dimensões.

"[...] só o sentimento de ser reconhecido e aprovado fundamentalmente em sua natureza instintiva particular faz surgir num sujeito de modo geral a medida da autoconfiança que capacita para a participação igual na formação política da vontade" (HONNETH, 2009, 79).

1.4. Violências, nuances e contemporaneidade

Nossa democracia permitiu e ampliou a guerra às drogas, suas distorções e a criminalização da pobreza. O crescimento das operações de combate ao tráfico de drogas, principalmente nas grandes cidades, foi e vem sendo utilizado como justificativa para as incursões nas comunidades carentes e por extensão nos lares e seus moradores em uma plena violação de direitos legal e humanos. Humilhação e coerção, pânico e medo elevados à sua mais alta potência diante dos olhos arregalados das comunidades sitiadas, que mesmo na democracia estados de exceção são deflagrados durante as operações policiais, sem leis e direitos reconhecidos. Essas agressivas operações policiais têm sido de alta letalidade, causando um número significativo de mortes. Sabendo que toda morte é significativa. Essas operações têm por consequência afetado desproporcionalmente um maior número de jovens negros.

Traremos no corpo deste texto alguns números que corroboram a intensidade e a letalidade das polícias no Estado do Rio de Janeiro. Operações nas favelas do Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, no Jacarezinho e outras comunidades também da Baixada Fluminense que colocam em riscos as vidas humanas diretamente envolvidas nos conflitos e outras indiretamente envolvidas na recepção das balas perdidas, encontradas em corpos inocentes dos cidadãos de segunda categoria e seus corpos de menor valor.

A impunidade e/ou a falta de controle das autoridades sobre as operações policiais, demonstram a força estatal disposta ao controle social dos mais pobres.

A violência de Estado segue como um elemento central da sociedade brasileira mesmo com a institucionalidade democrática de 1988, cuja Constituição afirma que o Estado brasileiro deve ser inclusivo de todas e todos e que legitima o aparelho estatal como um agente violador de direitos da população e que existe uma insensibilidade histórica e estrutural para as violências de Estado, simbólicas e institucionais, perpetradas as camadas mais vulneráveis de nossa sociedade.

Essa insensibilidade naturaliza a violência e amplifica as formas de silenciamento e apagamento de sujeitos e suas experiências, cancelando suas existências. O atual fenômeno político e social de protagonismo da extrema direita nos parece a expressão máxima da força dessa insensibilidade histórica e estrutural.

As percepções destas violências são variadas, porém moduladas a partir de um arcabouço de estratégias a inferir afetos destinados a conter a insatisfação, ou indignação popular. Estratégias de dominação que transferem para a sociedade a pauta analítica das situações de desigualdade e conflitos sociais e seu julgamento, de veredito controlado, a partir das estruturas e noticiamentos harmônicos em objetivos. Deste modo se entrega ao juiz a causa julgada e legitimada em seu veredito.

A sociedade condena de acordo com as informações que obtém involuntariamente dos noticiários e comentários por eles produzidos em suas redes de comunicação, esquinas, transportes, trabalho e comércios variados, pontos de encontro de pessoas comuns. Observe-se que se produz, quase, uma unanimidade para os assuntos pertinentes às violências, mortes e tais envolvendo as populações mais carentes, na busca da aquiescência popular. Na falta desta aponta-se para o rebaixamento em que consiste em fazer de si mesmo, por tristeza, uma estimativa abaixo da justa (SPINOZA, 2009), na operação dos humildes. Ainda que por determinismos divinos deveríamos aceitar tais violências que nos juntariam em um propósito comum de salvação.

Gostaríamos de chamar atenção em relação ao propósito religioso, como eficaz estratégia de dominação cordial e aceitação das condições objetivas da população periférica em detrimento de suas subjetividades, ou de outro modo alimentando os afetos de resignação na apreensão das fatalidades sociais executadas ou permitidas pelo Estado. Vejamos que imperioso é determinar os afetos produzidos pelos efeitos da desigualdade, suas violências e afins e controlar os desejos na propulsão da realidade material sobre a subjetividade e desejos indesejáveis.

Ademais demonstrar as conexões, incontornáveis, entre violência de Estado, violência simbólica e dominação. Sobretudo porque estas são as principais estratégias de dominação nos termos sociopolíticos de nossa vida social.

De algum modo, determinismos estruturais estruturados culturalmente como estratégia de dominação nos variados métodos, veículos e tais alcançam com profunda eficácia seus objetivos, dentre eles o de produzir o instrumental necessário à dominação e manutenção da ordem das coisas, manutenção do Estado e seus mandantes.

As liberdades concedidas de sermos agressores e vítimas de si mesmos, individualistas, solitários, nunca associativos; religiosos cristãos, nunca de matriz africana demonstram parte dos instrumentais utilizados na manutenção desta dominação.

O estímulo à individualidade oposto a natureza associativa humana nos faz refletir, pensar sobre o pensamento, sobre as intencionalidades desta operação. Vejamos que nosso aprendizado se dá pela troca de experiências, não são os instintos que nos levam a linguagem ou a cultura. Cabe o apontamento do indivíduo como alvo, significativo, das operações de dominação que permitem e perpetuam as violências do Estado nas diversas matizes e graduações.

O indivíduo em sua solidão deve refletir sozinho sobre as agruras sociais que lhe esbarram ou arranham, empoderado no “eu que determino meus pensamentos”, em detrimento do reconhecimento das estruturas que provocam e anulam desejos conforme necessário. Ainda a compreensão do monstro da imprevisibilidade de Luiz Eduardo Soares como produtor de angústias e desejos negativos. A resignação a partir da impossibilidade de manutenção e defesa dos seus por total desconhecimento do comportamento do monstro da violência que não tem hora, não tem lugar e não tem um modo de operação padrão para que se possa se defender.

Observemos que é primaz dos mamíferos e da espécie humana em particular a defesa da sobrevivência da espécie através das crias, dos filhos. Ao se reconhecer como incapaz deste inato comportamento, o que devemos reconhecer como produto? Angústia, tormento, resignação, resistência, indignação...?

Adiante, no último capítulo desta dissertação pretendemos demonstrar as muitas resistências e possíveis graus de eficácia, além de propor novas abordagens ao assunto em evidência nesta pesquisa. Outrossim utilizar a “Luta pelo Reconhecimento” de Axel Honneth como um dos articuladores de resistências ao modo de dominação e violências aqui descritos.

Nossa hipótese é de que estes afetos se apresentam como parâmetros moduladores da manutenção da ordem. A operacionalidade destas informações sobre violência, quase em sua totalidade apontam marginais como sujeitos do evento, desconstruindo a humanidade dos mesmos.

Como consequência, o afeto produzido a partir destas violências no noticiário é o da resignação diante da justeza dos atos e da aceitação da violência como alternativa única no trato com esses (não) sujeitos e suas subjetividades. Acreditamos que em oposição ao descrito acima e através de uma noticiação aproximada da realidade poderíamos produzir o afeto da indignação, este sim possível gerador de mudanças na gestão das forças

policiais do estado. A indignação e mais ainda a indignação coletiva mostrar-se como força mobilizadora de classes.

A reprodutibilidade técnica nas artes da noticiação perdem em essência, porém ganham em números de improvidentes atingidos e consequentemente tendo seus corpos e mentes sob controle, vigiados e punidos interna e externamente entre Foucault e Han.

Posto como uma analítica do que seria o estado, em sua função, este se apresenta de forma multifacetada com teias ou tramas de diferentes tamanhos e alcances e também braços auxiliares na confecção do que seria necessário para manutenção da ordem, por exemplo a permissividade estatal no que diz respeito a existência da milícia no Rio de Janeiro, ou melhor onde o estado não alcança ele autoriza a utilização de violência por terceiros de seu interesse.

Na apresentação da violência de Estado no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro, corroborando com essas operações históricas, a existência da Prisão Calabouço no Rio de Janeiro colonial que era destinada aos escravizados a serem açoitados longe de seus proprietários, onde o estado cobrava aos proprietários dos escravizados uma pecúnia em troca deste serviço.

“Calabouço é um tipo de prisão escura, úmida, subterrânea, uma masmorra. O Calabouço no Rio de Janeiro era uma prisão exclusivamente para escravizados detidos para punição disciplinar ou para escravizados fugidos apreendidos” (Publicado em 04/06/2024 17h11. Atualizado em 04/06/2024 17h12.)³⁶

O Estado disciplinar e coercivo levado a cabo na forma mais crua e legal do açoite aos escravizados disfuncionais, merecedores de castigos físicos.

O Estado socialmente articulado entre suas classes, depositário de toda autoridade, distribuidor de tarefas, reconhecido e legitimado pelos processos democráticos, pelo reconhecimento geral de sua incontornável operacionalidade de controle social dos corpos e mentes subjugados. Sua essência e existência como violador dos direitos civis e humanos a partir de instituições conectadas aos interesses próprios do Estado e seus participes. Deixando pouca, ou quase nenhuma margem de articulação popular em suas instâncias internas, mas que garantem, se preciso for, alguma esperança a quem dele precisa e não é atendido.

³⁶ https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-otocentista/documentos/prisao-de-escravizados#:~:text=Calabou%C3%A7o%20um%20tipo%20de,ou%20para%20escravizados%20fugidos%20apreendidos

É também intenção deste texto apontar a desconfiança dos desatendidos nas instituições do nosso Estado e alguns aspectos que contribuem para estas desconfianças. O discurso propalado pela democracia, pelo direito a voz, a vez, pelo direito a educação, saúde, moradia e tais... esses direitos não se aplicam a nossa marginalia, termo aqui emprestado de Hélio Oiticica. Quais valores são ou estão para esses indivíduos violados e invisibilizados? Quando visíveis tratados como não humanos. Em qual existência esses indesejáveis se reconhecem com algum valor? Aqui uma possível resposta é encontrada na fé, crença em algo definidor existente ou não na materialidade da vida, mas que encontra amparo nas afetações mais internas de acolhida e compreensão, cravada no sentimento de resignação na impossibilidade de outros. “Se não posso resistir que me faças aguentar em súplica as destemperanças e desarranjos que a vida nos traz”.

As experiências de violência, limitação e impotência trazem em seu bojo uma distorção, inteligível, nas percepções destes indivíduos, principalmente na atribuição de valores sócio relacionais. Ainda que existentes mutáveis em essência, potência e velocidade, de acordo com as realidades rápidas que se encontram, todos contra todos, ou nas alterações ditadas pelas instituições locais, novos poderes nas comunidades permitidos pelo Estado, em alguns casos estimulado por ele. Sobretudo controlando, subjugando ações e reações indesejáveis.

Refletir sobre essas violências, limitações e impotências na chave do ressentimento nos parece assertivo. De acordo com Kehl (2020) no ressentimento não nos responsabilizamos por nossas derrotas, essas são entregues aos nossos inimigos, que muito fortes, não podemos resistir. Se ressentir é de alguma maneira se resignar diante do inevitável, encontrar algum conforto na dor, ou alguma vitória na derrota, pôs o ressentimento é uma escolha do ressentido, visto que impedido de combater a superioridade do outro por sua força e poder, escolhe se resignar. Aqui o valor que se atribui da vitória se encontra na escolha da estratégia.

Outra ponta dessa linha está no reconhecimento que se busca a existência. Não o ser do verbo, mas o ser de existência que precisa reconhecimento. Uma espécie de existencialismo religioso se estabelece na unidade da crença, visto como único por Deus, pelos outros do rebanho, pela liderança religiosa assim garantindo seu existir, a partir de outros que lhes enxergam.

Outrossim podemos refletir sobre as organizações de dominação cordial, como operam, como constroem seus discursos, quais perspectivas filosóficas ou psicológicas se adequam a esse estudo. O sucesso destas instituições religiosas, permitidas e

estimuladas pelo Estado, auxiliam sobremaneira as operações de dominação engendradas em nossa sociedade.

No vale das resistências as memórias revividas a partir das experiências de cada indivíduo podemos tentar desvelar possibilidades estruturantes as personas de segunda categoria de resistências sociais coletivas e individuais.

Os passados não nos orientam somente em conteúdo, mas também em afetos, positivos e negativos, com os quais podemos reorganizar expectativas. Destarte, apreender suas durações, mudanças, rupturas e permanências mobiliza melhores condições de desenvolvimento e amadurecimentos afetivos ligados às temporalidades de passados e futuros.

As memórias sobre violências institucionais contemporâneas são constantemente adormecidas pelas objetividades cotidianas e seus instrumentais. Apesar de não haver simetria entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa o obscurecimento dessas experiências influí e impede, de alguma forma, possibilidades de futuros, ou seja, uma dificuldade coletiva e singular de projetar futuros.

Assim as experiências precisam ser reveladas, cogitadas como possibilidades para novas jornadas e posições. Os espaços para quebra da insensibilidade histórica para as violências contemporâneas, perpetradas as camadas mais vulneráveis de nossa sociedade, precisam ser apontados, demarcados e tornados público. Deste modo a articulação pelo reconhecimento destas experiências vividas perpassa pela conquista dos espaços, ocupando, para além dos espaços escolares e acadêmicos, os habitats possíveis as divulgações de histórias obscurecidas, assombradas e denegadas de nossas populações em maior vulnerabilidade socioeconômica.

Levando-se em conta a capacidade da indignação coletiva em organizar e mobilizar indivíduos com a mesma afetação desejamos demonstrar que estas mobilizações tencionam posições da gestão da violência causando, em variados graus de atuação, alterações das condutas de coerção do Estado.

No próximo capítulo serão apresentados dados estatísticos da violência, localizando no tempo/espaço os eventos aqui utilizados para construção desta dissertação. Abriremos o capítulo com dados sobre chacinas em comunidades do Rio de Janeiro. Os eventos apresentados deverão ser extraídos de sites eletrônicos e corroborados pelas mídias de notícias. Na segunda parte as operações policiais e consequentes violências. Na terceira parte apresentaremos os alguns institutos/laboratórios de estudos de violência e suas abordagens, tais como o instituto Fogo Cruzado e o LAV/UERJ, Laboratório de Análise da Violência.

Capítulo 2 – Violência de Estado e As Operações Policiais

A violência de Estado é uma forma de dominação exercida pelos ocupantes do poder do Estado e suas instituições. Nesta dominação, ou operação de dominação, se pretendem manter as ordens pública, jurídica e social, o controle sobre os corpos e ações dos sujeitos de interesse e na legitimação de seu próprio poder e lugar.

Este capítulo pretende analisar as formas de violência do Estado que tem mais incidência no Rio de Janeiro, a saber, operações policiais e chacinas. Para isso, primeiro vamos fazer um debate geral sobre violência de estado; em seguida vamos tratar das operações policiais; e, por fim, vamos abordar as chacinas.

2. 1 – O que é violência de Estado

O Estado em suas operações de violência pode se apresentar de diversas maneiras e formas. De forma declarada através das violências físicas executadas pelo seu corpo de segurança e ordem, de formas simbólicas através de seus aparatos de controle social mais subjetivos. Além disso, existem as possíveis omissões que dão continuidade e por vezes intensificam as desigualdades e violam direitos fundamentais de uma população periférica composta por homens, mulheres, crianças e idosos majoritariamente de negros, além de homossexuais, indígenas e outras populações vulneráveis. De acordo com Bourdieu:

“o Estado tem o monopólio da violência legítima, quem tem o monopólio desse monopólio? Se é verdade que o processo de estatização é um processo de universalização, a concentração vai a par com uma monopolização por determinada categoria, por aqueles a quem chamo de nobreza de Estado. Os que estão em posição de se apropriarem de maneira privilegiada dos monopólios associados à existência do Estado têm, senão o monopólio, ao menos um poder de preempção sobre o monopólio estatal”. (Bourdieu 2014).

O sociólogo francês explica que a violência de Estado tem uma classe que opera seus aparatos e uma outra a que seus aparatos vão dominar. Desta maneira, há uma legitimação e manutenção das coisas como são, buscando restringir as possibilidades de reação das classes subalternizadas nos processos de poder e cooptação do Estado. E essas violências de Estado permeiam as relações sociais em seus diversos níveis como pretendemos descrever nessa seção.

Os mecanismos de aplicação da violência de Estado, os quais alguns deles tentaremos exemplificar, atuam de forma constante causando os mais diversos impactos

nas vidas das pessoas. Essas violências podem ser divididas em algumas categorias tais como a violência política, a violência arquitetônica, a violência urbana, a violência cultural, violência policial promovida pelo aparato de segurança do Estado, judiciária e outras possíveis.

A violência política que pode ser operada de maneira direta nas tentativas de restrição, contenção, ou proibição de manifestações públicas dos agentes interessados em mudanças significativas em nossa sociedade. Imposição de restrições de mobilidade, restrições econômicas de acessos a alimentos, bens ou possibilidades de emprego e outras. A criminalização ou tentativa de criminalização de movimentos tais quais o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) ou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A violência arquitetônica ou urbanística consiste, entre outros, da urbanização excludente que transfere para as periferias as populações mais carentes. Remoções indiscriminadas de famílias em ocupação de centros urbanos ou de interesse do mercado imobiliário, construção de elementos arquitetônicos que possam restringir ou tornar desconfortáveis determinados espaços a ocupações por sujeitos considerados indesejáveis, tais como as pessoas em situação de rua por exemplo.

A violência urbana é caracterizada pelos altos índices de criminalidade, sensações de insegurança que se operam indiretamente pelo Estado, ou na ausência intencional do Estado nas mediações necessárias à sua diminuição. Nesse caso, as elites conseguem construir bolhas de segurança, deixando os efeitos objetivos e subjetivos dessa violência para as classes trabalhadoras de todo tipo.

A violência cultural incensada na censura direta ou através da censura pela tentativa de silenciamento das manifestações culturais de caráter incômodo, tais como as os bailes funk e outros festejos populares e periféricos e na restrição ao acesso e participação nas mais variadas manifestações culturais. Historicamente, essa é uma prática consagrada no Brasil contra as manifestações culturais dos escravos e, depois da abolição formal, da população negra brasileira. O Samba e Capoeira foram vítimas desse tipo de violência, assim como as religiões de matriz africana.

No processo de reflexão desta seção, entendemos que as violências acima descritas pareceram limitadas ao conjunto de violências que o Estado pratica. Assim, optamos por acrescentar uma rápida pesquisa ao Google sobre Violência de Estado, de onde saiu o seguinte resultado: “A violência de Estado refere-se ao uso da força ou coerção por parte do governo ou suas instituições contra seus cidadãos ou grupos dentro de seu território. Essa violência pode se manifestar de diversas formas, incluindo ações

policiais, militares, ou mesmo através de políticas públicas que geram consequências negativas para determinados grupos”.³⁷

Seguem então os tipos de violência de Estado que emergem dessa ampliação da pesquisa: Primeiro, a violência física, que vem a ser o uso direto da força, como em casos de repressão policial, tortura ou execuções extrajudiciais e também da mobilização de forças policiais e/ou militares para reprimir manifestações legítimas de uma população com direitos.

Em seguida, a violência institucional, que consiste no abuso de poder dentro de instituições estatais, como sistemas de justiça ou órgãos de segurança, que pode envolver procedimentos desnecessários e repetitivos que (re)vitimizam as pessoas e exigências burocráticas para dificultar ou inviabilizar o acesso aos direitos e garantias previstos na Constituição

Na sequência, a violência simbólica, marcada pelo uso de símbolos e discursos que reforçam a dominação e marginalização de certos grupos sociais e ao mesmo tempo reafirmam o poder de outros grupos.

Finalmente, mas não menos importante, a violência estrutural, que é o processo em que as múltiplas desigualdades e injustiças sociais históricas seguem sendo perpetuadas por políticas públicas e sistemas econômicos, afetando desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis.

Destas, desenvolvem-se outras violências, tais como a violência contra mulheres, que se caracteriza como a violência política e de gênero que visa impedir ou restringir o acesso de mulheres a cargos públicos; e a violência racista, no caso brasileiro, contra pessoas negras e contra os povos originários.

A hipótese que as democracias liberais representativas apresentam é que tais tipos de violência de Estado são a marca dos chamados regimes autoritários, quando ditaduras militares e civis utilizam da violência como método de mediação de conflitos com o fim de reprimir a oposição.

Porém, as democracias existentes no mundo, especialmente no chamado Sul Global, também praticam tais violências e, mais que isso, se estruturam com base em várias dessas violências.

³⁷Disponível em https://www.google.com/search?q=o+que+%C3%A9+viol%C3%A1ncia+de+Estado&oq=o+que+%C3%A9+viol%C3%A1ncia+de+Estado&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIJCAEQABgNGIAEMgoIAAGKIEGikFMgoIAxAAGIAEGKIEmgcIBBAAGO8F0gEIOTg5OGowajeoAgCwAgA&sourceid=chrome&e=UTF-8

Em resumo, a violência de Estado não é exclusiva de regimes autoritários e pode ocorrer em democracias, embora de forma mais sutil e institucionalizada. É importante reconhecer e combater todas as formas de violência de Estado, seja ela física, simbólica ou estrutural, para garantir o respeito aos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa.

No caso brasileiro, a democracia se estruturou com base nas desigualdades sociais, configurando a seguinte contradição: embora o nosso ordenamento jurídico seja pleno de direitos, a realidade de boa parte da população é marcada pela falta de acesso a esses direitos básicos como saúde, educação e saneamento básico, que afeta desproporcionalmente populações vulneráveis. Não resta dúvida de que isso pode ser considerada uma forma de violência estrutural do Estado.

Outra violência que estrutura nossa democracia é a violência policial que se manifesta diretamente na violação física dos corpos e sujeitos subalternos, submetidos as mais variadas violações de direito pelas forças policiais, principalmente o direito a vida. A violência policial ocorre principalmente em áreas periféricas, favelas e comunidades, muitas vezes com consequências fatais, e é um dos principais exemplos, se não for o principal, de violência de Estado direcionada a determinados grupos sociais.

Neste capítulo nos ocuparemos preferencialmente pela violência policial, das ações do aparato de coerção e segurança pública do Estado, visto que nela se encontra a produção de afetos que nos interessa, que são os afetos de indignação manifestos nas ações dos sobreviventes destas ações. Neste caso específico Bourdieu exemplifica que “A violência física só pode ser aplicada por um agrupamento especializado, especialmente mandatado para esse fim, claramente identificado no seio da sociedade pelo uniforme, portanto um agrupamento simbólico, centralizado e disciplinado”. (Bourdieu 2014).

A violência policial é uma realidade nas vidas das pessoas que habitam as periferias das cidades, frutos de uma sociedade desigual e do racismo estrutural existentes em nossa sociedade.

Como veremos adiante através de dados estatísticos obtidos no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as ações policiais em comunidades pobres e periféricas de nossas cidades e, em nosso caso de investigação, na região metropolitana do Rio de Janeiro, resultam, com demasiada frequência, em mortes em sua maioria de jovens negros que habitam essas comunidades..

A violência policial do Estado não se apresenta somente como uma questão de segurança pública, mas também como um reflexo da seletividade com que agem os

agentes do aparato de coerção e controles social do Estado, na criminalização de determinados sujeitos seja por localização habitacional ou cor de pele, ou pela sua própria organização militar.

A militarização das polícias, criticada pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares em diversos artigos entrevistas, ocupa lugar de destaque na operacionalização destas ações de alta letalidade.

“Uma polícia só deveria imitar essa estrutura do exército se a finalidade fosse a mesma. Mas não é essa a finalidade. A polícia tem como finalidade a garantia de direitos, prover meios para que se pratique a garantia de direitos. E se é assim, como vai se organizar como se fosse um exército? Claro que há confrontos que são bélicos, mas esses momentos correspondem a um número muito reduzido diante da complexidade e da magnitude das tarefas que se impõem às polícias militares do Brasil. Você não vai organizar uma instituição inteira para atender 1% da necessidade. Poderia ter unidades formadas especificamente para essa finalidade”.³⁸

Para explicitar as dimensões de afeto e violência direta e simbólicas das quais nos ocuparemos utilizaremos o noticiário pertinente as ações de violência nas comunidades carentes. Usaremos como fonte tanto o noticiário oficial quanto o noticiário local que se espera representem as realidades mais imediatas das reações diante das forças do estado.

Desvela-se uma política de violência do estado para estas comunidades, onde as leis se mantém em suspensão e a força do estado se faz violenta, negando a humanidade aos sujeitos degredados da empatia social.

“Após ponderar os méritos e os clichês inerentes às definições canônicas do Estado — o monopólio da violência legítima (Weber), o fundamento da integração lógica e moral do mundo social (Durkheim), o aparelho de coerção a serviço da classe dominante (Marx) —, ele intenta explorar os domínios do simbólico, cerne desse ensinamento. Mostra a ingenuidade das teorias liberais sobre o governo como bem do povo; explicita os limites da vulgata marxista ao insistir sobre as funções em detrimento das estruturas sobre as quais se as senta o Estado. Retém de Weber a centelha sobre o sequestro da autoridade, de Marx a ênfase na apropriação dos ganhos pelos grupos dominantes, e de Durkheim a ideia de que os conflitos fazem avançar o Estado do bem-estar.”³⁹

Para definição de violência policial, no mesmo Google:

³⁸ <https://www.luizeduardosoares.com/a-brutalidade-policial-nao-existiria-sem-autorizacao-social/>

³⁹ Sergio Miceli in Pierre Bourdieu “Sobre o Estado”

Violência policial ou a brutalidade policial é o uso excessivo e injustificado da força pela aplicação da lei contra um indivíduo ou um grupo. É uma forma extrema de má conduta policial e é uma violação dos direitos civis. A brutalidade policial inclui, mas não se limita a, asfixia, espancamentos, tiroteios, quedas impróprias, violência racialmente motivada e uso injustificado de tasers.

No site da Sociedade Brasileira de Psicologia: “Brutalidade policial: uma análise psicossocial.

No dia 24/05/2022, uma ação da Polícia Militar, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal – teoricamente planejada, durante meses - terminou com 25 pessoas mortas, a segunda operação mais letal registrada no estado do Rio de Janeiro. No dia seguinte, 25/05, agentes da Polícia Rodoviária Federal foram filmados em uma ação de extrema barbaridade que ocasionou a morte de Genivaldo de Jesus Santos. Os desfechos trágicos advindos de ações policiais têm chegado cada vez mais ao conhecimento da população, em virtude da crescente facilidade com que esses eventos podem ser registrados. Contudo, se para alguns pode parecer que a brutalidade policial consiste em um fenômeno recente, para as pessoas que vivem nas periferias essas violências são há muito conhecidas; fazem parte do seu dia a dia.

Além da brutalidade policial, caracterizada pelo uso da força excessiva (violência), esses recentes eventos compartilham outros elementos em comum: todas as vítimas eram negras e pobres. As polícias são a representação do Estado na vida cotidiana das pessoas e o impacto de suas ações ajudam a construir (ou destruir) a confiança nas instituições legais, o respeito à lei e a disposição de cooperar com as autoridades. Além disso, as ações policiais refletem e perpetuam crenças e valores que se difundem na sociedade, e o resultado desses processos ajudam a construir a cidadania e a coesão social, o que deve ser do interesse de todos os brasileiros.

A desproporcionalidade com que as violências atingem negros e pobres mostram que esses eventos não se constituem em incidentes, mas refletem um modus operandi institucionalizado nas polícias, descrito na literatura como policiamento e violência racial. Embora parte das violências policiais possam ser explicadas por falhas individuais dos agentes envolvidos, os achados no campo da Psicologia Social mostram que as características pessoais (disposições, personalidade, caráter, preconceitos) explicam apenas uma pequena fração dos casos das violências racial e de classe. Mas, muitas vezes, os casos de violência policial são referidos como casos individuais isolados ou como o resultado de algumas "maçãs podres". Cabe, portanto, o questionamento de se há algo na cesta que está estragando essas "maçãs". Ou seja, é importante nos perguntarmos se existe

algo no nível institucional (e social) que esteja facilitando uma atuação que extrapola no uso da força e que tende a dirigir essa ação a um grupo social específico – os negros e/ou pobres.”⁴⁰

Para Luiz Eduardo Soares: DOSSIÊ BRASIL: O PAÍS NO FUTURO⁴¹ “As polícias brasileiras, de um modo geral, são ineficientes na prevenção e na repressão qualificada, na investigação e na conquista da indispensável confiança da população.

Problemas ligados à corrupção e à brutalidade ultrapassam qualquer patamar aceitável. São refratárias à gestão racional, não avaliam a própria performance, nem se abrem a controle e monitoramento externos. Não se organizam com base em diagnósticos sobre os problemas a enfrentar, o modo de fazê-lo, as prioridades a definir e as metas a identificar. Não planejam sua prática, a partir de diagnósticos, fundados em dados consistentes, nem corrigem seus erros, analisando os resultados de suas iniciativas os quais, simplesmente, ignoram. São máquinas reativas, iniciais e fragmentárias, inscritas num ambiente institucional desarticulado e inorgânico, regido por marcos legais rígidos e inadequados.

Os profissionais não são apropriadamente qualificados e valorizados e as informações não são ordenadas de acordo com orientação uniforme, que viabilize a cooperação. Há ainda o dramático sucateamento da perícia e o conjunto de dificuldades que derivam da dicotomia: polícia civil-PM. Uma questão especialmente relevante é a segurança privada ilegal (não aquela legalmente constituída), que tem privatizado a segurança pública, envolvendo os policiais no segundo emprego, do qual o Estado acaba refém, porque dele depende a viabilização do insuficiente orçamento público.

Utilizamos como base de referência o site *wikifavela*, para nos orientar nas datas e eventos de interesse e o jornal *O Globo* como fonte oficial de repercussão de notícias relativas aos nossos pontos. Outras mídias e/ou sites foram utilizados e estão referenciados no corpo do texto apresentado.

2.2 – Um balanço recente das operações policiais no Rio de Janeiro

Em 2025, sete grandes operações conjuntas realizadas pelas polícias Civil e Militar no estado do Rio de Janeiro resultaram em bloqueios prolongados em vias expressas da cidade, como a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. Além disso, esse tipo de mobilização do aparato policial contra o chamado crime organizado resulta mo

⁴⁰ <https://www.sbponline.org.br/2022/06/brutalidade-policial-uma-analise-psicossocial>

⁴¹ <https://www.scielo.br/j/ea/a/9SRD5P9K7FvFYsv6vmg3Ykn/#>

fechamento temporário de escolas e unidades de saúde. Essas ações, concentradas em áreas sob domínio de facções criminosas, visaram combater grupos envolvidos em roubo de cargas, tráfico de armas e veículos, bem como líderes de organizações criminosas. Os resultados incluíram mortes, feridos e prisões, afetando tanto civis não envolvidos quanto agentes do Estado.

Segue abaixo uma breve Cronologia dos Principais Eventos de 2025:

31 de Janeiro – Operação no Complexo de Israel e Baixada Fluminense

Duas operações simultâneas interditaram a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, obrigando motoristas e passageiros a se protegerem durante tiroteios. A Polícia Militar atuou em comunidades como Cidade Alta e Parada de Lucas, além de áreas em Duque de Caxias, resultando na apreensão de armamentos e drogas. O Tenente Marcos José Oliveira de Amorim, de 33 anos, foi morto em confronto na comunidade Furquim Mendes. Paralelamente, a Polícia Civil recuperou oito veículos roubados no Parque das Missões.

12 de Fevereiro – Nova Incursão no Complexo de Israel

Uma ação policial visando a captura de Álvaro Malaquias Santa Rosa, conhecido como "Peixão", líder do Terceiro Comando Puro (TCP), resultou em confrontos intensos, barricadas incendiadas e o fechamento das principais vias da cidade. Um helicóptero da PM foi atingido, obrigando um pouso de emergência. Quatro pessoas ficaram feridas, três escolas foram fechadas e o sistema de transporte público foi afetado.

10 de Abril – Megaoperação na Maré

A Polícia Militar conduziu uma operação em sete comunidades da Maré, visando quadrilhas especializadas em tráfico de drogas e roubo de veículos. Os confrontos levaram ao fechamento de 42 escolas e seis unidades de saúde. Apesar do reforço no patrulhamento, não houve divulgação de prisões ou apreensões significativas.

15 de Abril – Operação na Ladeira dos Tabajaras

A Polícia Civil atuou na Zona Sul do Rio com o objetivo de prender os responsáveis pelo assassinato do policial João Pedro Marquini, morto durante um assalto. Cinco indivíduos foram mortos, incluindo um líder local do tráfico. O incidente afetou o tráfego em Botafogo e Copacabana, com interdições viárias e desvios de rota.

12 de Maio – Morte de Líder do TCP e Interdições Viárias

Thiago da Silva Folly, conhecido como "TH", uma das principais lideranças do Terceiro Comando Puro, foi morto em operação no Complexo da Maré. A ação resultou no fechamento recorrente da Linha Amarela, além de bloqueios na Linha Vermelha e Avenida Brasil. Moradores relataram tiroteios intensos e barricadas em chamas.

3 de Junho – Retorno ao Complexo de Israel

A Polícia Militar realizou nova operação no Complexo de Israel para conter disputas territoriais do TCP. A ação levou ao fechamento de 17 escolas e três unidades de saúde, além de interdições na Avenida Brasil. De acordo com o comando das polícias, entre os materiais apreendidos, destacaram-se um fuzil anti-drone, acessórios para drones e equipamentos de comunicação.

10 de Junho – Megaoperação da Polícia Civil no Complexo de Israel

Uma semana depois, a Polícia Civil retornou ao local para cumprir mandados contra 44 integrantes do TCP. Quatro civis foram baleados e 14 suspeitos presos. Os confrontos causaram o fechamento da Avenida Brasil e da Linha Vermelha por quase uma hora, além de ferimentos em um motorista e três passageiros de ônibus atingidos por tiros.

As operações policiais no Rio de Janeiro em 2025 evidenciaram que embora o governo produza um discurso de resultados positivos resultantes dessas ações, uma análise pormenorizada destas intervenções, demonstra a complexidade destes eventos onde escolas, unidades de saúde, vias e comunidades inteiras são fechados, vidas de toda comunidade são expostas as violentas ações das forças policiais envolvidas. Como resultado consequente dessas operações que, no limite, negligenciam os direitos e dignidades humanas das pessoas que habitam e/ou trabalham nas comunidades escolhidas para estas operações mortos, feridos e um tanto de horror, medo, dor e indignação são

produzidos pela suspensão dos direitos e desrespeito as dignidades aos sujeitos periféricos de nossa sociedade.

A realização de operações policiais com vistas a “combater o crime organizado” e que terminam em consequências desastrosas para a população, com perdas de vidas e paralisia das atividades cotidianas, não é uma exclusividade das polícias estaduais.

Em 07/04/2019 em uma operação de segurança, militares do exército brasileiro dispararam 80 tiros em direção ao carro do músico Evaldo Santos Rosa, de 51 anos. O músico morreu e ficaram feridas outras pessoas que estavam no carro sogro, mulher, filha e afilhada. Abaixo a repercussão da operação policial no jornal O Globo do dia 08 de abril de 2019.

“Um homem morreu e seu sogro ficou ferido após nove militares do Exército atirem no carro em que estavam, na Estrada do Camboatá, em Guadalupe (na Zona Norte), por volta das 14h30m de ontem. Segundo a Polícia Civil, foram feitos mais de 80 disparos. Parentes e amigos alegam que as vítimas foram confundidas com bandidos. Em nota, o Exército afirma que os dois abriram fogo contra a guarnição, “que revidou a injusta agressão”. Um pedestre que passava pela via também ficou ferido. O caso é investigado pela Delegacia de Homicídios da Capital. O homem que morreu foi identificado como Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, que trabalhava como músico e segurança. Seu sogro, de acordo com parentes, se chama Sérgio. Também estavam no carro a mulher e o filho de Evaldo, de 7 anos, além de uma afilhada do casal, de 13. A família estava a caminho de um chá de bebê. —Quando eles (os militares) começaram a atirar, minha tia pegou meu primo no colo e mostrou que era um carro de família, mas não pararam —relatou um sobrinho de Evaldo. Não foram divulgadas informações sobre o estado de saúde de Sérgio e do pedestre ferido. Segundo um amigo da família dos ocupantes do carro, que preferiu não se identificar, Evaldo e o sogro estavam nos bancos da frente; a mulher, o filho e a afilhada do motorista viajavam no traseiro. —O menino saiu sem ferimentos, mas a mulher de Evaldo está dopada. Ficou muito abalada com a morte dele —disse o amigo da família, acrescentando que não houve troca de tiros. Nas redes sociais, dezenas de pessoas que vivem na região fizeram postagens de festejando os dois homens que estavam no veículo. Um vídeo compartilhado pela internet mostra o desespero da mulher de Evaldo e a revolta de um grupo de moradores. “Teve uma troca de tiros mais cedo, não naquela hora. Eles confundiram tudo e metralharam o carro”, escreveu um internauta. Perto dali, na manhã de ontem, uma guarnição do Exército se envolveu num tiroteio com traficantes da comunidade do Muquiço. Ninguém ficou ferido no confronto.

Na madrugada da última sexta-feira, Christian Felipe Santana de Almeida Alves, de 19 anos, foi morto por militares do Exército durante uma blitz na Estrada Pedro de Alcântara, em Realengo. Ele estava na garupa da motocicleta de um amigo, de 17 anos. O Comando Militar do Leste alega que os jovens não obedeceram a uma ordem de parada e furaram o bloqueio”⁴²

Ainda sobre a repercussão do caso e as reações de indignação da família o mesmo jornal em sua edição de 09 de abril de 2019:

“No primeiro tiro, Evaldo, mesmo baleado, parecia não acreditar. “Por que o quartel fez isso?”, perguntou, atordoado. A expressão de incredulidade foi a última que Luciana viu no rosto do marido. A partir daí tudo se desenrolou numa trágica velocidade. Com as mãos na cabeça, Luciana pedia socorro, e moradores da área, desarvorados, tentavam ajudar, mesmo correndo risco. Um catador de papel, que, numa atitude heroica, se aproximou mais que o razoável do carro em meio a uma sequência de disparos, foi baleado no peito. Foram pelo menos 80 tiros de fuzil disparados contra o Ford Ka de Evaldo na Estrada do Camboatá, em Guadalupe. Era início da tarde de domingo, e a família seguia para um chá de bebê.

Pai, mãe, filho de 7 anos, sogro e uma amiga ficaram, durante alguns segundos, confinados dentro do carro, sob a artilharia pesada de parte da tropa da Vila Militar de Deodoro.

A gritaria, somada ao desespero de quem assistia à cena, não foi suficiente para fazer com que os militares parassem de abrir fogo contra a traseira do veículo. —Os vizinhos começaram a nos socorrer. Mas eles (os militares) continuaram atirando e vieram com armas em punho. Fui botando a mão na cabeça e gritando “moço, ajude meu marido”. Mas eles ficaram de deboche —contou Luciana dos Santos Nogueira, que esteve ontem no Instituto Médico-Legal (IML), no Centro. —Perdi meu marido, meu melhor amigo, meu companheiro por 27 anos. ‘ERA GENTE DE BEM’ Luciana afirmou, indignada, que viu os atiradores rindo. Baleado três vezes, Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, segurança de uma creche e músico, não resistiu. Segundo a viúva, os disparos foram feitos sem qualquer justificativa, quando Evaldo reduzia a velocidade para acessar a Avenida Brasil. O padrasto de Luciana, Sérgio Araújo, de 59 anos, que estava no banco do carona, foi atingido nas costas e nádegas.

Pela manhã, a delegacia da região divulgou, por rádio, informações sobre o roubo de um carro branco. A Polícia Civil, que chegou a fazer uma perícia no local, acredita que

⁴² https://oglobo.globo.com/acervo_page/08042019.

a guarnição do Exército confundiu o veículo. Foram diversos disparos de arma de fogo, e tudo indica que os militares realmente confundiram o carro com um veículo de bandidos. Mas, naquele carro, estava uma família, não foi encontrada nenhuma arma ali.

Era uma família normal, gente de bem, que acabou sendo vítima dos militares — disse o delegado Leonardo Salgado, da Delegacia de Homicídios, à Rede Globo. No entanto, esse cenário demorou a ser reconhecido pelo Exército. Em sua primeira nota sobre o caso, ainda na tarde domingo, o Comando Militar do Leste afirmou que a guarnição havia reagido a uma “injusta agressão” de “dois criminosos que estavam a bordo de um veículo”, do qual teriam atirado contra os soldados. Num segundo comunicado, foi acrescentado ao texto inicial que os fatos ainda eram apurados. Num terceiro, o CML afirma que estavam sendo colhidos depoimentos (que se estenderam ao longo de toda a madrugada de segunda-feira), e, somente às 11h30m de ontem, o Exército reconheceu uma “inconsistência de relatos” e determinou a prisão em flagrante de dez militares.

Por força da Lei federal 13.491, assinada em 2017 pelo então presidente Michel Temer, crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas contra civis passam a ser investigados e julgados pela Justiça Militar. O texto cria um amplo espectro de possibilidades, abrangendo de óbitos ocorridos em operações em apoio à polícia até mortes provocadas durante ações de proteção a instalações como bases e quartéis.

Apesar de a Delegacia de Homicídios ter começado a investigar o caso, o inquérito, por conta da lei federal, passou para a Justiça Militar. Mas a Comissão de Direitos Humanos da seção Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB RJ), pedirá que o processo corra na Justiça estadual. —Não é um crime militar. É uma agressão à inteligência de qualquer um que o caso não seja tratado como uma execução — alegou Álvaro Quintão, presidente da comissão. —A ação, no nosso entendimento, mostra que o Exército não tem preparo para o patrulhamento nas cidades. É treinado para matar.

Em 11 de abril de 2019 O Globo noticiava sobre o sepultamento do músico e a indignação dos presentes:

Dezenas de bandeiras do Brasil com manchas vermelhas, como se fossem de sangue, foram estendidas. E praticamente todos os presentes — eram aproximadamente 200 — gritaram “justiça” e “assassinos” quando o caixão de Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, começou a ser levado para uma sepultura do Cemitério de Ricardo de Albuquerque, ontem pela manhã. O enterro do músico, que levou três dos cerca de 80 tiros disparados por militares do Exército contra seu carro, na tarde de domingo, em

Guadalupe, foi marcado por protestos. Não faltaram também momentos de intenso sofrimento. A viúva, Lucia na dos Santos Nogueira, passou mal duas vezes e saiu do cemitério carregada por parentes.

—A gente ia morrer junto! O que eu vou falar para o teu filho? Eu te amo —falava Luciana junto ao caixão. Evaldo estava com Luciana, o filho de 7 anos, o sogro e uma amiga da família iam para um chá de bebê, quando os militares fuzilaram seu carro. A suspeita é que a guarnição do Exército, que fazia a segurança da região da Vila Militar de Deodoro, tenha confundido o grupo com bandidos que haviam roubado um veículo semelhante.

O músico morreu na frente do menino, que ainda viu o avô, Sérgio Gonçalves, levar dois tiros. Sérgio continua hospitalizado, com quadro clínico estável. Luciano Macedo, um catador de sucata que foi baleado no peito ao tentar socorrer a família, está em coma. Depois do enterro, parentes e amigos de Evaldo foram para a Vila Militar, onde fizeram outro protesto.

O advogado da família, João Tancredo, pedirá a transferência do inquérito da Justiça Militar para a estadual. Também ontem, a juíza Mariana Queiroz Aquino Campos, da 1^a Auditoria Militar do Rio, determinou que nove dos 10 soldados acusados do crime permaneçam presos. Um deles foi solto porque não teria atirado.

No dia 30 de abril de 2019 O Globo noticiou sobre a posição do, então presidente da república, Jair Bolsonaro: “Cinco dias após a morte do músico Evaldo dos Santos Pereira, o presidente Jair Bolsonaro classificou o caso como um “incidente” e afirmou que “o Exército não matou ninguém”. Evaldo foi morto no último domingo, quando o carro que dirigia foi fuzilado com cerca de 80 tiros disparados por militares do Exército, em Guadalupe. —O Exército não matou ninguém, não. O Exército é do povo, e não pode acusar o povo de ser assassino, não. Houve um incidente, uma morte. Lamentamos a morte do cidadão trabalhador, honesto, e está sendo apurada a responsabilidade.

No Exército, sempre existe um responsável, não existe essa de jogar para debaixo do tapete. Vai aparecer o responsável —afirmou o presidente ontem, durante a inauguração do Aeroporto Internacional de Macapá. Bolsonaro disse que o caso está sendo investigado e que o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, irá se pronunciar sobre o assunto. —Uma perícia já foi pedida para ter a certeza do que aconteceu naquele momento. O Exército, na pessoa de seu comandante, o ministro da Defesa, vai se pronunciar sobre esse assunto, e, se for o caso, a gente se pronuncia também. Com os dados na mão, com os números na mão, nós vamos assumir a nossa

responsabilidade e mostrar realmente o que aconteceu para a população brasileira —disse Bolsonaro.

Pela manhã, o vice-presidente Hamilton Mourão também falou sobre a morte do músico. Em entrevista à rádio CBN, ele disse que a tragédia seria maior, não fossem os “disparos péssimos” dos militares. Na avaliação do general, “não teria sobrado ninguém” dentro do carro atingido por mais de 80 tiros, caso os disparos fossem controlados e tivessem a “devida precisão”.

Para Mourão, que classificou o episódio como uma tragédia, “erros dessa natureza” ocorrem sob pressão e sob forte emoção. —Vamos colocar a primeira coisa: houve uma série de disparos contra o veículo da família, né? Você vê que só uma pessoa foi atingida. Então, foram disparos péssimos. Se fossem disparos controlados e com a devida precisão, não teria sobrado ninguém dentro do veículo. Seria pior ainda a tragédia. Isso é um fato —respondeu o vice-presidente, ao ser questionado sobre o que levou ao fuzilamento e o que pode ser feito para evitar novos casos semelhantes.

Diferentemente do que disse Mourão, além do músico, duas pessoas foram baleadas pelos militares: o sogro de Evaldo, Sérgio Gonçalves de Araújo, de 59 anos, que foi atingido nos glúteos e continua interna do, além de um homem que passava pela rua e tentava ajudar a família, que está em coma. No carro, ainda estavam a mulher da vítima, o filho do casal de 7 anos e uma amiga.

Ainda no domingo, o Exército chegou a divulgar um comunicado informando que os ocupantes do carro fuzilado tinham disparado contra a guarnição, que “revidou à injusta agressão”. No dia seguinte, a versão foi mudada, e nove militares, presos. A família estava indo para um chá de bebê quando houve o ataque. Evaldo, que morreu na hora, também trabalhava como segurança numa creche. —Quando eles (os militares) começaram a atirar, minha tia pegou meu primo no colo e mostrou que era um carro de família, mas eles não pararam — contou um sobrinho de Evaldo. Segundo o delegado Leonardo Salgado, da Delegacia de Homicídios da Capital, os militares do Exército devem ter confundido o carro de Evaldo com o de bandidos: —Foram diversos, diversos disparos de arma de fogo efetuados, e tudo indica que os militares realmente confundiram o veículo com um veículo de bandidos. Mas, neste veículo, estava uma família. Não foi encontrada nenhuma arma com as vítimas. Tudo que foi apurado era que, realmente, era uma família normal, de bem, que acabou sendo vítima dos militares. O inquérito sobre o caso está na Justiça Militar.”⁴³

⁴³ <https://oglobo.globo.com/acervo/page/30042019>

Em todas as ações descritas acima há sempre algum saldo de mortes casuais, colaterais as ações propriamente ditas, gentes que “no lugar e hora errados” pagaram com a vida frente as ações da polícia. Duas operações de dominação e violência estão claramente evidenciadas nestes relatos.

Violências simbólicas e efetivas que, de alguma maneira, inspiram afetos de indignação para resistência, frente aos poderes de estado e policiais envolvidos.

Neste capítulo procuramos evidenciar o comportamento da imprensa “oficial” e as reações da imprensa popular ligadas as comunidades. As reações, tais como apresentadas, demonstram indignação por parte dos afetados e em seguida as operações de subjugação e alteração dos afetos produzidos por essas operações. Transformando gritos em sussurros e depois em silêncio resignado para alguns e para outros uma angústia abafada pela incapacidade de reação frente a força do poder do estado em suas ações de exclusão social mais diretas.

Essas operações de silenciamento nos remetem a banalização ou normalização da violência, aparentemente “resolvidas” no “desaparecimento” das reações populares.

De toda forma, o que podemos observar a partir destas notícias é que indignações ou afetos negativos que impulsionam reações são mobilizadas inicialmente, porém a desinformação, a desconstrução da humanidade das vítimas, as narrativas contraditórias dos acontecimentos e o temor a reação das autoridades policiais fazem retroagir tais afetos.

Assim se enxergam e não são enxergados por ninguém, os verdadeiros outsiders do sistema. Sistema que não pretende solucionar questões criminais, mas sim demonstrar sua força e poder punitivo contra os que “são inadequados em seus comportamentos e viveres”, ou demonstram insatisfação pelo “não lugar social” a que tem direito.

Vemos que os gritos de socorro, as tentativas de denúncias efetuadas por esses sujeitos e suas comunidades são prontamente silenciadas, ou deixados de lado e suas existências ignoradas ou não reconhecidas. Gritos submersos em água, inaudíveis às autoridades de ouvidos moucos por escolha e opção.

2.3 – As chacinas no Estado do Rio de Janeiro

Durante os últimos anos diversas chacinas aconteceram em comunidades carentes do Rio de Janeiro, com a participação das polícias estaduais e eventualmente apoiada por outras forças militares.

Em 09/02/2019 o jornal O Globo noticiava em sua primeira página, mas em matéria secundária, a morte de treze jovens durante uma operação policial em Santa Tereza: “Uma operação da PM nos morros do Fallet e Prazeres, em Santa Tereza, deixou 13 mortos, dez dos quais estariam na mesma casa. Eles eram de uma facção criminosa em guerra com rivais pelo controle dos morros”.⁴⁴ Queremos destacar que o jornal já os declara culpados nomeando-os em uma facção criminosa, desumanizando os jovens assassinados.

Na mesma edição, em sua décima página o jornal tem a seguinte manchete: “À sombra da suspeita. Parentes denunciam execução em ação da PM com 13 mortos”. (O Globo, pág. 10. 09/02/2019). Depreende-se destas matérias, ou manchetes, uma diferenciação intencional. Na capa do jornal 13 criminosos e no interior do jornal a possibilidade de execução de 13 inocentes. Uma clara estratégia de quem sabe que a capa do jornal é muito mais acessada do seu conteúdo. Produzindo sobremaneira a desumanização dos vitimados pela operação policial.

Para mesmo episódio o site Wikifavelas colheu e publicou os seguintes relatos: “*Como eles dizem que houve tiroteio se meus sobrinhos foram mortos com facadas na barriga? Tá aqui a certidão de óbito. Houve espancamento. Quebraram o pescoço de um dos meninos! Tá aqui o laudo do IML. Há um consenso entre nós de que houve tortura. Teve facada no coração, no pulmão*”, disse o tio, ainda jovem, de dois dos mortos”. E ainda outro depoimento: “*Os policiais pegaram os corpos rapidamente e botaram em cima das caminhonetes. Eles sentaram em cima dos corpos. Nem mesmo depois de mortos, os corpos foram respeitados. Os corpos foram levados para o hospital com policiais sentados em cima desses corpos*”, esbravejou uma jovem, já chorando.”⁴⁵

Em uma denúncia de “falha” na investigação, o site Wikifavela, relata que os PMs alegaram que removeram os corpos do local na intenção de prestarem socorro, porém todos chegaram mortos ao hospital.

Para o Intercept Brasil: “A guerra prometida no Rio já começou: era uma casa como a sua, virou o cenário de um massacre”.⁴⁶

De acordo com o apurado pelo Intercept Brasil foi uma execução de pessoas já rendidas e entregues a força policial.

Sobre a casa onde aconteceu a chacina: “*Fica no prejuízo. Faz essa merda aqui e vai embora. E a família, como é que fica? Fora o prejuízo psicológico né? Que é o mais*

⁴⁴ <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>

⁴⁵ https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_no_Fallet-Fogueteiro_-_08_de_fevereiro_de_2019

⁴⁶ <https://www.intercept.com.br/2019/02/08/rio-massacre-bope-chacina-13-pessoas/>

alto. Senhora de idade, família dos outros, todo mundo trabalhador”, explica consternado o filho da dona da casa. Sua mãe aparenta ter 60 anos e, claro, não quis falar com ninguém. Todos têm medo”.⁴⁷

Muita desinformação, ou pelo menos informações contraditórias entre o poder público e os vizinhos ou parentes das vítimas. Muito por esclarecer e tudo pouco conclusivo.

Notícia de primeira página de O Globo em 07/05/2019⁴⁸ “Revolta após morte na Rocinha” (O Globo, 2019). A manchete se refere a morte, por policiais, de um mototaxista da comunidade, companheiros de profissão haviam fechado a auto estrada Lagoa Barra por um período de uma hora em protesto a morte do colega de profissão. Dentro da mesma manchete, embaralhando os assuntos, o jornal trata da morte de oito suspeitos em comunidade da maré.

Em seu interior, já na página 14, o jornal inverte a importância das notícias e estampa no alto da página 14: “Confronto na Maré termina com oito mortos”, e ressalta que o prédio da Fiocruz foi evacuado, além de que as crianças em escolas nos arredores tiveram que se jogar no chão para se proteger dos disparos que vinham, inclusive, do helicóptero da polícia. Segundo o jornal diante das reclamações da comunidade, o governador do estado, Witzel, na época dos acontecimentos descritos teria dito que a população deveria reclamar do traficante e não do policial, buscando justificar ações da polícia que não levam em consideração as vidas humanas expostas, sendo crianças ou não, as violências do estado policial que se transformou o Rio de Janeiro, em claro regime de exceção imposto as comunidades carentes do estado.

Seguindo a matéria o jornal esta operação policial teria sido executada por agentes do CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais), que entraram na comunidade em busca de um traficante. “Houve intenso confronto, que terminou com oito mortos, todos criminosos, de acordo com a polícia” (O Globo, pág 14, 2019).

Em reação a “posição” da polícia e seus agentes, a população reclamava da intensidade e modo como se deu a operação policial e a quantidade de vítimas expostas as balas perdidas que poderiam encontrar um corpo humano em seu caminho adultos e crianças, moradores ou trabalhadores da área conflagrada com professores, alunos e toda comunidade escolar em exposição a barbárie, injustificável, da ação da polícia do estado do Rio e Janeiro.

⁴⁷ <https://www.intercept.com.br/2019/02/08/rio-massacre-bope-chacina-13-pessoas/>

⁴⁸ <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/07/05/2019>.

“Do nada, o helicóptero da polícia começou a dar tiros para baixo, bem perto da escola. Todas as pessoas que estavam ali correram. Era triste ver o choro desesperado das crianças”. X., Morador da Maré. (O Globo, pág 14, 2019).

“Alvejaram a minha casa, que é de telha, estou passando mal. Imagina como não fiquei? Achei que ia morrer. ” Y., moradora da Maré. (O Globo, pág 14, 2019).

Assim foram as reações de acordo com o jornal O Globo, em sua décima quarta página, edição de terça feira, 07 de maio de 2019.

Em matéria de Jéssica Pires, publicada em 14/05/2019 no site mareonline, ainda sobre a morte das oito pessoas na Maré foi descrita a situação na comunidade naquele período:

“Em uma semana, foram 5 ações policiais na Maré. 10 territórios atingidos pelo medo. 9 vidas interrompidas. 7 vidas marcadas e feridas, inclusive a de uma criança no Conjunto Esperança. 31 horas do cotidiano de mais de 130 mil pessoas impactado. 20 unidades de ensino e 6 unidades de saúde com funcionamento prejudicado. Em todos os dias úteis dessa semana, pelo menos uma unidade de saúde e escola tiveram seus serviços afetados. Nas 5 operações policiais, TODAS contaram com a presença da Polícia Civil e do “caveirão voador”, sendo mais uma vez naturalizado na atuação do Estado na Maré”(MAREONLINE, 2019).⁴⁹

De acordo com a matéria o instrumento legal a ser utilizado nesse tipo de ação, “Ação Civil Pública da Maré” produzido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com apoio dos moradores, organizações da sociedade civil e o Fórum Basta de Violência! Outra Maré É Possível...., que prevê a redução de danos nas ações policiais nas comunidades pertencentes a Maré, aconteçam longe dos espaços escolares, que se disponibilizem ambulâncias para acompanhar as operações garantindo pronto atendimento caso haja feridos durante a ação.

O site mareonline em outra matéria sobre a chacina no complexo da Maré publicada em 06/05/2019:

“Ainda segundo moradores, os jovens, ao serem enquadrados pelos policiais, deixaram de oferecer risco, mas ainda assim, teriam sido assassinados com indícios de execução. Dois deles levantaram as mãos e disseram “perdi” e tiveram a seguinte resposta dos agentes do Estado: “minha ordem é matar”. (MAREONLINE, 2019)

⁴⁹ <https://mareonline.com.br/uma-semana-de-acoes-violacoes-e-mortes-na-mare/>

Outro apontamento da matéria está relacionado ao “caveirão voador”, helicóptero, da polícia que aumenta sobremaneira o nível de letalidade das ações policiais, apontado como regra nas incursões da polícia no complexo.

Em 07/05/2019 o portal conectas.org também dava publicidade a ação policial no complexo da Maré: “Moradores da Maré relatam indícios de execução em ação policial que deixou 8 mortos”⁵⁰:

“Moradores relatam que as execuções dos jovens ocorreram em duas casas no Conjunto Esperança, onde, mesmo rendidos e com as mãos levantadas foram mortos. Antes de efetuar os disparos, policiais teriam dito “minha ordem é matar”. (CONECTAS, 2019)

A publicação mantém o tom de denúncias seguido pela mareonline e se apoia nas declarações dos moradores e o modo operacional das ações policiais em comunidades carentes do Rio de Janeiro para tecer seu panorama.

No dia 15/05/2020 em uma operação no complexo do Alemão a polícia do Rio de Janeiro deixou um saldo de 13 mortos e apesar da letalidade da operação o jornal O Globo, jornal da maior importância no Rio de Janeiro, se quer mencionou tal fato em suas manchetes de primeira página, legando ao conteúdo de seu interior na página 24 em matéria de Ana Carolina Torres e Gilberto Porcidonio: “Operação Policial Deixa Treze Mortos no Alemão”⁵¹.

De acordo com a matéria, uma das vítimas seria o chefe do tráfico do Pavão-Pavãozinho, mas nenhuma delas foi identificada oficialmente.

Além das oito vítimas fatais, cinco pessoas ficaram feridas e foram levadas aos hospitais, mas não resistiram aos ferimentos.

A matéria ainda faz menção aos relatos de moradores que denunciam as violências por parte da polícia:

“O ativista Raul Santiago usou seu perfil no Instagram para comentar o que estava acontecendo, em meio a pandemia uma operação policial na favela. Aqui mesmo onde falta água e a fome se faz presente... se não morrer do vírus ou de fome te matarão com tiros de fuzil” (O GLOBO, pág 24, 2020)

O jornal faz ainda uma referência a uma publicação no Twitter, da “Anistia Internacional” cobrando as autoridades de segurança respeito aos direitos humanos dos moradores.

⁵⁰<https://www.conectas.org/noticias/moradores-da-mare-relatam-indicios-de-execucao-em-acao-policial-que-deixou-8-mortos/>

⁵¹ <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>

A chacina do Parque Roseiral em Belford Roxo, acontecida em 12 de janeiro de 2021 com doze mortos, sequer foi noticiada pelo jornal O Globo em sua edição impressa, cabendo ao portal G1.com alguma menção ao assunto. O portal destaca apenas que oito corpos foram encontrados em Belford Roxo e sem maiores desdobramentos, com a seguinte manchete: “Polícia investiga assassinatos de oito homens em Belford Roxo, no RJ”. (PORTALG1, 13/01/2021)⁵².

De acordo com “A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) ” em seu site dmjracial.com, o movimento que antecede a chacina do Parque Roseiral é a instalação do 1º Destacamento Policial do 39º BPM que ficaria sediado no bairro do Roseiral, conhecido como Complexo do Roseiral.

No dia 11/01/2021 aconteceu no complexo do Roseiral uma operação policial sem precedentes na região. Uma megaoperação policial que contava com vários blindados, caveirões, uma grande quantidade de policiais, a participação de diversos grupos táticos, como o BOPE, BAC e Choque.⁵³

A IDMJR entrevistou alguns moradores conforme a seguir e servem, em alguma medida, como base para reflexão dos afetos produzidos pelas violências de estado as quais temos nos referido. A íntegra das entrevistas:⁵⁴

IDMJR: Nos conte o que vem acontecendo desde o dia 11/01 em Belford Roxo?

Morador 1: “Durante todos esses dias aqui na comunidade, ficamos refém do medo, tendo nossas casas invadidas. Sendo agredidos e sem o direito de liberdade de expressão”.

Moradora 2: “Tá muito difícil. Eles não querem repórter aqui não. Bope entrando e matando. OS moradores que estão descendo e colocando o corpo na pista!”

Morador 3: “Tem políticos envolvidos com poderes locais”.

IDMJR: Ocorreu desaparecimentos de corpos?

Morador 1: “São cenas terríveis, várias vidas ceifadas, mães impedidas de reconhecer o corpo do filho jogados em vias. A imprensa noticiou 8, mas foram 13 corpos jogados nas vias. Tem mãe que ainda procura”.

⁵²<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/13/policia-investiga-assassinatos-de-oito-homens-em-belford-roxo-no-rj.ghtml>

⁵³ <https://dmjracial.com/2021/01/21/2159/>

⁵⁴ <https://dmjracial.com/2021/01/21/2159/>

IDMJR: Vocês procuraram alguém do Estado, como o Ministério Público, para falar sobre o que vem acontecendo?

Morador 1: “O povo aqui é leigo e muitos tem medo de represálias. Meu Deus tudo muito desumano e em pleno século 21 viver a barbárie que vivemos aqui durante uma semana! O que dizem é que tudo isso não passa de um jogo político, onde pessoas desejam implantar a milícia. Desde sexta a milícia já vem atuando. Aqui eles depois da operação fizeram a barbárie e deixaram nós nas mãos de outra facção que nos aterroriza desde sexta, fazendo uma vítima na noite passada”.

Morador 3: “Mandaram o recado que aqui não tem essa de direito humano, que morador tem que ficar em casa. E se tiver de bobeira vai morrer e depois não adianta ir na Record, na TV, no Tino Júnior não”.

IDMJR: Como tem sido morar em Belford Roxo com tanta violação e violência?

Morador 1: “Tudo muito complicado, estou há dias sem dormir com medo dos meus. Não deixo sair do quintal e o meu filho mais velho e meu genro não voltam para casa há uma semana. Porque, na segunda dia 11, ao abrir o portão de casa e sair para trabalhar às 05:30 da manhã ele levou uns tapões no peito até conseguir se identificar e ser liberado. Eles já estavam aqui na comunidade desde a madrugada”.

Moradora 2: “Cada dia pior. Quando eu começar a trabalhar vou sair daqui, pois já está até mexendo com meu psicológico”.

Morador 3: “Entraram em uma casa e com cães bagunçaram tudo dizendo que é dentro de casa que tem que ficar. Não podemos sair”.

IDMJR: Vocês têm algo a dizer sobre o porquê disso tudo?

Morador 1: “A operação foi arbitrária, não estão deixando repórter entrar”.

Moradora 2: “Tem políticos envolvidos”.

Na edição de 07/05/2021 em sua principal manchete o jornal O Globo noticiava “Ação policial mais letal do Rio deixa 25 mortos em favela”.⁵⁵

“A chacina do Jacarezinho ocorreu no dia 6 de maio de 2021 e é conhecida por ser a mais letal da história do Rio de Janeiro. Durante horas, uma megaoperação levou o horror e a morte para as famílias do local, tendo executado mais de 27 pessoas e ferido tantas outras. A operação foi organizada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, mesmo após a proibição de operações policiais nas favelas durante a pandemia através de decisão liminar (provisória) do ministro do STF, Edson Fachin, a ADPF 635”.⁵⁶

⁵⁵https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2021/05/07/CAB/PRIMEIRA_PAGINA/ge070521001CAB1-INFOCHPDPAGE000011059320_g.jpg

⁵⁶ https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_no_Jacarezinho_-_06_de_maio_de_2021

Esta operação policial ocorrida durante a pandemia do Corona vírus, em ato de extremada violência, demonstra o nível de significância que essas pessoas têm para o Estado. De acordo com o próprio governador na matéria referida a operação “foi pautada pela inteligência”, a despeito do elevado número de mortos. “Pelas redes sociais, moradores relataram mais mortes que as computadas, além de corpos no chão, invasão de casas e celulares confiscados”.⁵⁷

A chacina do Jacarezinho ocorreu no dia 6 de maio de 2021 e ficou conhecida como a mais letal da história do Rio de Janeiro. Logo pela manhã foi deflagrada uma megaoperação que levou o horror e a morte para as famílias do local. A operação foi coordenada pelo delegado Rodrigo Oliveira, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, DPCA, tendo executado mais de 27 pessoas e ferido tantas outras. A operação foi organizada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, mesmo após a proibição de operações policiais nas favelas durante a pandemia a através de decisão liminar do ministro do Superior Tribunal Federal, Edson Fachin, a ADPF 635.⁵⁸

No site band.com.br a seguinte manchete referenciou a operação no Jacarezinho “Ação da polícia com 25 mortos é considerada a maior chacina da história do Rio”. “Rapaz foi executado no quarto da menina de 8 anos; família viu a execução, inclusive a criança”.⁵⁹

“Primeiro o choque inicial foi a quantidade de sangue nos becos da favela. Era muita poça de sangue. A segunda casa que nós visitamos era a casa de uma família, um casal e uma criança de 8 anos. Nessa casa um rapaz foi executado no quarto da menina de 8 anos. Essa família viu a execução, inclusive a menina de 8 anos. Tinha uma poça de sangue nesse quarto, a cama dessa criança lotada de sangue, inclusive a coberta que ela usa, estava lá, nessa poça de sangue. Essa menina está completamente traumatizada”. Defensora pública do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, Maria Julia Miranda, na favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio, após a operação da Polícia Civil.

Em seu site o jornal El País, espanhol, também noticiou a chacina: “Massacre ocorre mesmo com resolução do STF que suspende operações na pandemia. Um policial civil morreu baleado na cabeça e duas pessoas ficaram feridas por tiros que chegaram a um vagão do Metrô”.⁶⁰

⁵⁷<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/operacao-jacarezinho-relato-moradores.ghml>

⁵⁸ <https://www.mprj.mp.br/adpf-635>

⁵⁹<https://www.band.uol.com.br/noticias/acao-da-policia-com-25-mortos-e-considerada-a-maior-chacina-da-historia-do-rio-16347979>

⁶⁰<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/operacao-policial-mata-25-pessoas-no-jacarezinho-em-segunda-maior-chacina-da-historia-do-rio.html>

O tamanho da violência e o índice de letalidade da operação policial apontam o desrespeito as figuras humanas que habitam esses locais, e mais ainda e a total negligência ao principal direito do cidadão que é o direito à vida.

Fecham escolas, hospitais, comércio, quaisquer outros estabelecimentos na implementação da violência assustadora organizada pelo Estado

Um conjunto de fatos que evidenciam nosso principal ponto que é a violência transcendendo regimes de exceção e democráticos. Que esses regimes, pelo menos até agora, não diferem nas operações de violência contra as camadas marginais de nossa população, variando em intensidade ao longo do tempo, mas se mantendo constante em nossa história contemporânea.

A Chacina do Jacarezinho em O Globo⁶¹, edição de 07 de maio de 2021:

“Num dos lugares mais pobres e violentos do Rio, 25 pessoas foram mortas durante uma operação policial, no Jacarezinho, na Zona Norte. Desse total, 24 vítimas não foram identificadas. Alguns corpos foram retirados em carrinhos de mão pelos próprios policiais. Um dos mortos foi o inspetor da Polícia Civil Leonardo de Mello Frias, baleado na cabeça.

Em plena pandemia e com uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) restringindo operações a casos “excepcionais”, a ação provocou críticas de especialistas de segurança e de entidades de defesa dos direitos humanos, como a Human Rights Watch, e será investigada pelo Ministério Público do Rio.

Tudo aconteceu a cerca de cem metros da Cidade da Polícia, que fica no bairro. Ao amanhecer, por volta das 5h, os policiais começaram a chegar. O agente Leonardo foi morto logo na entrada da comunidade, de um tiro que teria partido de uma laje. O motivo da operação, que durou cerca de nove horas, era uma investigação sobre arregimentação pelo tráfico de crianças de até 12 anos, que circulariam pela favela com fuzis, além de atos “terroristas” atribuídos à quadrilha, como sequestro de trens da Supervia.

Durante o confronto, o desespero se espalhou pela região e passageiros em um vagão do metrô se jogaram no chão, mas não foi possível evitar que dois fossem feridos por estilhaços. Dois policiais foram baleados. E uma terceira pessoa foi atingida por um tiro no pé dentro de casa.

A violência da manhã também pegou de surpresa uma noiva, que se preparava para ir para o cartório, e uma gestante em trabalho de parto teve que enfrentar o tiroteio

⁶¹ <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/07/05/2021>

para ir ao hospital. Foi a operação mais letal da história do Rio. A marca anterior era de uma ação no Complexo do Alemão, em 2007, quando 19 pessoas morreram.

Um levantamento do GLOBO, com base nos microdados do Instituto de Segurança Pública (ISP), revela que, desde então, o dia mais letal em decorrência de operações policiais foi 15 de outubro do ano passado, com 25 homicídios, registrados em oito ações em locais diferentes do estado.

Por nota, o governador do Rio, Cláudio Castro, disse que “lamenta as vidas perdidas na operação”, e garantiu que houve longo e detalhado trabalho de inteligência por dez meses. Em entrevista coletiva na Cidade da Polícia, o delegado Rodrigo Oliveira, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), que coordenava a operação, defendeu o trabalho policial: —Não comemoramos esse resultado. “Ene” armas foram apreendidas. Não vamos nos furtar. Não é razoável supor que crianças sejam aliciadas pelo tráfico. Eles aliciavam filhos de trabalhadores.

Ex-secretário nacional de Segurança Pública, o coronel reformado da PM José Vicente da Silva Filho criticou o planejamento e disse que não foram levados em consideração o potencial de reação dos bandidos e a segurança da população. —Não importa que (os mortos) sejam bandidos ou não. Nesse caso, morreu um policial. É uma operação mal planejada. Nunca vi em nenhum lugar uma operação com tamanha quantidade de mortos; me parece uma operação lá no Afeganistão —afirmou.

Foram apreendidos 16 pistolas, seis fuzis, uma submetralhadora, uma escopeta e 16 granadas. À tarde, moradores fizeram um protesto, alegando que nem todos os mortos eram criminosos e, depois, limparam vielas da comunidade sujas de sangue”.

“Miséria, abandono e violência marcam a comunidade: Com quase 38 mil moradores, de acordo com o último Censo do IBGE, de 2010, o Jacarezinho tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade do Rio, ocupando a 121ª colocação entre 126 bairros. Atrás, ficam apenas Manguinhos, Maré, Acari/Parque Colúmbia, Costa Barros e Complexo do Alemão.

Ainda no Jacarezinho, 15% da sua população vivem abaixo da linha da pobreza e 85% em favela, conforme divulga o Instituto Pereira Passos (IPP). Lá, a renda per capita é de R\$ 177,98, a 4ª mais baixa do município. Para se ter uma ideia do abismo para outras áreas, na Lagoa a renda per capita é de R\$ 2.955,29, segundo o último IDH. Além da miséria, outra marca triste do lugar é a violência.

Em 2012, a comunidade foi ocupada pelas forças de segurança para a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Em setembro de 2019, a base da UPP foi desmobilizada, levando embora junto as esperanças dos moradores por dias de paz. Os

“bondes” dos Jacarezinho, em que bandidos atravessam o bairro armados, são conhecidos pelo pavor que espalham.

No dia 19 de outubro do ano passado, em plena pandemia, um grupo protagonizou uma fuga cinematográfica durante ação da PM na favela ao sequestrar um trem de serviços da Super-Via. Era por volta das 7h quando dez bandidos armados abordaram dois maquinistas, obrigados a levá-los até a Mangueira.

Um ano atrás, quando distribuía cestas básicas, a ONG Rio de Paz precisou sair por conta de uma troca de tiros entre agentes do Bope e traficantes.

Em agosto de 2019, dois homens que instalavam câmeras de segurança foram atraídos por traficantes com a desculpa de um serviço na favela. Terminaram julgados por um tribunal do tráfico e executados. Os bandidos assassinaram um deles por suspeitarem que tivesse ligação com a milícia em Nova Iguaçu, enquanto o outro foi morto porque acompanhava o colega.

Ontem, os policiais informaram que o inquérito da DPCA apura o sumiço de corpos de pessoas executadas no local. Um vídeo, de 2019, dá o clima de tensão no bairro: num treino carregando fuzis, policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) correm pelas ruas cantando sobre “matar traficante”.

Até 1920, o lugar, uma antiga chácara entre o Rio Jacaré e a fábrica Cruzeiro (depois General Eletric), era ocupada por casebres. A população cresce com a chegada das indústrias. A partir de 1950, segundo o IPP, com um adensamento considerável, um dos donos do terreno foi à Justiça para retirar os moradores. Mas eles ganharam e ficaram no local que recebeu obras de infraestrutura em 1980 e 2000. Mas a sensação por lá ainda é de lugar esquecido pelo poder público. A lixeira em que se transformou a linha férrea é só um dos retratos do abandono”.

“Ação policial na vila Cruzeiro deixa 22 mortos”⁶², assim estava estampada a manchete do jornal O Globo do dia 25/05/2022, a segunda operação mais letal da polícia do Rio de Janeiro, mais uma vez sob o comando do governador Claudio Castro e que tem de novidade o apoio da PRF, Polícia Rodoviária Federal. O comandante do BOPE afirmou que “a ação emergencial foi de inteligência e estava planejada a meses”.⁶³

Ainda que com o elevado número de mortos, as autoridades estaduais envolvidas sustentam a versão de que, apesar de emergencial, a operação foi planejada e teve seu êxito.

⁶²https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2022/05/25/CAB/PRIMEIRA_PAGINA/ge250522001CAB1-INFOCHPDPAGE000011157361_g.jpg

⁶³https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2022/05/25/CAB/RIO/ge250522024CAB1-INFOCHPDPAGE000011157402_g.jpg

“Quem aponta uma contra a polícia está apontando uma arma contra toda a sociedade. Isso jamais vamos tolerar. Eu luto por um Rio de paz. Toda morte é lamentável, mas todos sabemos que nossas responsabilidades impõem que estejamos preparados para o confronto”. Escreveu Castro em seu Twiter.⁶⁴

Na edição de 22/07/2022 o jornal O Globo noticiava em sua primeira página “Confronto no Alemão: medo, dor e dezoito mortos”. Assim esta edição de O Globo expunha sua narrativa sobre os fatos.

Essa ação policial contou com o efetivo de mais de 400 policiais civis e militares, empregou ainda quatro aeronaves e dez veículos blindados e as tropas de elite do CORE, BOPE, além de agentes da PRF.

“Não há saldo operacional positivo que possa suplantar a perda de vidas inocentes”. Coronel Rogério Quemento Lobasso, subsecretário de gestão operacional da Polícia Militar⁶⁵

Fizemos aqui a escolha em apresentar dados sobre chacinas, com maior número de mortos, em comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro nos últimos anos, entre 2019 e 2022, de modo a exemplificar as estratégias e formas de tratamento que são dispensados aos moradores das comunidades carentes da região metropolitana do Rio de Janeiro durante os governos Wilson Witzel e Cláudio Castro em tempos “democráticos”, de uma política onde as práticas das forças policiais do governo suspendem as normas legais e constitucionais sob a alegação de uma situação extraordinária, em uma espécie de vale-tudo na “obtenção de paz e segurança” para a população. No próximo capítulo vamos analisar os processos de resistência que emergem dos movimentos sociais e sociedade civil como um todo.

⁶⁴https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2022/05/25/CAB/RIO/ge250522024CAB1-INFOCHPDPAGE000011157402_g.jpg

⁶⁵https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2022/07/22/CAB/RIO/ge220722026CAB2-INFOCHPDPAGE000011171100_g.jpg

3 - Movimentos de Resistência, Reconhecimento e Luta

Ora apresentaremos alguns dos movimentos de resistência e luta, ainda que desigual, pelo reconhecimento e existência destes sujeitos invisibilizados socialmente pelo estado e seus conexos. Vale ressaltar que não há hierarquização de significância entre estes movimentos, apenas demonstração de alguns dentre diversos movimentos e organizações que se pautam pela luta e defesa do direito a vida e dignidade para esses cidadãos periféricos. Neste capítulo, primeiro vamos debater a resistência específica à violência de Estado. Por fim, analisar a resistência que emerge da dor causada pelas chacinas.

3.1 – Resistências e os caso emblemáticos de Amarildo e João Pedro

Não é o objetivo desta dissertação fazer um amplo debate acadêmico sobre o que é resistência e ação coletiva, algo que, sobremaneira, exigiria um esforço de diálogo com todo um campo acadêmico e científico dos movimentos sociais que não é onde este texto se insere.

À guisa de introdução, vale mencionar a tese Bringel e Pleyers, que afirmam, sobre os movimentos sociais, que vivemos “tiempos de profundas reconfiguraciones del activismo social y político”, em todo o mundo. Isso quer dizer que, na análise dos autores, em meio ao cenário de crescente força dos movimentos racistas, xenófobos, negacionistas, surgem e se fortalecem “nuevas formas de activismo que valorizan las prácticas democráticas y los bienes comunes” (2017: 17-18). Entendemos que os movimentos aqui analisados dialogam com este novo cenário.

É neste sentido que trazemos à baila o chamado “Caso Amarildo” como emblemático do que estamos a analisar. Ocorrido no Rio de Janeiro em 14 de julho de 2013, na favela da Rocinha, zona sul da cidade, Amarildo Dias de Souza, pedreiro e pai de seis filhos foi abordado durante uma operação policial da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na Rocinha e foi levado para sede da UPP local, sob o pretexto de averiguação e nunca mais foi visto com vida.

Todo o processo de lutas e resistências contra esta violência do Estado se configurou em uma grande mobilização, especialmente no Rio de Janeiro, mas também no plano nacional, no bojo das chamadas jornadas de junho de 2013. Também não vem ao caso adentrar em todos os meandros daqueles atos, cujos debates sobre o significado em si dariam uma outra dissertação. Mencionamos aqui de passagem a interpretação de Pedro Lima e Mateus Hajime (2016), pela qual o posicionamento ora enfatizando

excessivamente os aspectos positivos ora se fixando exclusivamente nas dimensões negativas é uma “infrutífera” polarização que perde “a efetiva contradição do fenômeno histórico em questão”

O desaparecimento de Amarildo Dias de Souza, é um dos episódios mais emblemáticos de violência policial no Brasil e principalmente no Rio de Janeiro nestas primeiras décadas do século XXI. Amarildo se tornou símbolo das vítimas da brutalidade do Estado e da impunidade, marca inconteste da atuação de agentes do Estado na execução das ações de segurança pública.

A versão inicial da polícia alegava que ele havia sido liberado após o interrogatório, mas imagens das câmeras de segurança não mostravam sua saída da unidade. Essa contradição nas informações fornecidas pelas autoridades gerou desconfiança e motivou uma intensa campanha nas redes sociais, com a pergunta "Onde está o Amarildo?", que ganhou grande visibilidade na mídia com matérias sobre o desaparecimento. O Jornal O Globo em 24/07/2013, dez dias após o desaparecimento, publicou em sua décima sexta página “A Rocinha quer saber: Onde está o Amarildo”.⁶⁶ A matéria discorria sobre o desaparecimento do pedreiro e tinha uma foto de meia página com a mulher de Amarildo, Elizabete e quatro dos seis filhos do casal.

A operação que deteve Amarildo, “Operação Paz Armada” havia começado um dia antes e pretendia prender os, “ficha limpa”, suspeitos de tráfico que não tem passagem pela polícia. De acordo com a matéria de O Globo 30 pessoas foram presas entre os dias 13 e 14/07/2013 na comunidade da Rocinha, durante esta operação. Ainda na mesma edição o jornal relatava os protestos dos moradores da comunidade da Rocinha inconformados com o desaparecimento de Amarildo.

Na edição de 01/08/2013 O Globo em sua décima oitava página destacava um protesto no bairro de Copacabana realizado pela Organização da Sociedade Civil “Rio de Paz”, que em ato público levou a praia dez manequins cobertos por um pano branco que simbolizavam os mais de 35 mil desaparecidos no Estado do Rio de Janeiro desde 2007. Amarildo foi lembrado neste evento com uma grande faixa onde estava escrito “ Onde está o Amarildo? ”.

Em 02/08/2013 o portal Terra de internet noticiaava ”SP: protesto contra o desaparecimento de Amarildo tem 13 detidos”.⁶⁷ De acordo com o site uma manifestação ocorrida em São Paulo com a presença de cerca de 300 pessoas se posicionava contra o

⁶⁶ <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>

⁶⁷<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/sp-protesto-contra-o-desaparecimento-de-amarildo-tem-13-detidos,380dbb2979930410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>

desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza no Rio de Janeiro, contra o governador Geraldo Alckmin e pedindo a desmilitarização da polícia. O que de alguma maneira representa o caráter nacional do caso Amarildo.

Em 14/08/2013, trinta dias após o desaparecimento de Amarildo O Globo publicava em sua décima primeira página “Os muitos Amarildos”, *Dados do ISP revelam que, em média, 15 pessoas desaparecem a cada dia no Estado do Rio de Janeiro*. A matéria destacava que o caso Amarildo entrava para o rol das estatísticas de violência e desaparecimento no Estado do Rio de Janeiro. Além do que a Anistia Internacional tinha lançado em sua página do Facebook uma campanha de mobilização para exigir das autoridades de justiça o esclarecimento do caso Amarildo, ainda que a população envie fotos segurando um cartaz onde se lê a pergunta “Onde está Amarildo? ” Na mesma matéria o jornal destaca o protesto realizado pela Organização da Sociedade Civil Rio da Paz, na escadaria da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), contra o grande número de pessoas desaparecidas no Estado. Nesta manifestação os atores com camisas brancas manchadas de vermelho simbolizando o sangue das pessoas mortas, foto na mesma página. A matéria ainda destaca a declaração do coordenador, à época, da “Rio da Paz”, Antônio Carlos Costa: “A estatística oficial de homicídios dolosos está aquém da realidade. O Rio está coberto de cemitérios clandestinos. A Baía de Guanabara está repleta de corpos ocultados. Há um número incontável de desaparecidos ”.

As investigações posteriores revelaram que Amarildo foi torturado e morto por policiais militares dentro da UPP da Rocinha. O inquérito da Polícia Civil e o Ministério Público concluíram que a tortura foi utilizada como método de obtenção de informações sobre atividades criminosas na comunidade, embora Amarildo não tivesse antecedentes criminais. Segundo as denúncias, os policiais utilizaram choques elétricos e sufocamento com saco plástico, técnicas comuns em sessões de tortura. Após a morte, seu corpo foi ocultado, possivelmente jogado no mar com a ajuda de traficantes da região, o que impossibilitou sua recuperação até hoje.

A repercussão do caso levou à denúncia e condenação de 25 pessoas, entre elas o então comandante da UPP, major Edson dos Santos. Diversos policiais foram condenados por crimes como tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. As condenações, embora significativas, não conseguiram reparar a dor da família nem resolver o problema estrutural da violência policial. O caso também expôs as fragilidades do modelo das UPPs, projeto criado em 2008 com o objetivo de pacificar favelas dominadas por facções criminosas, mas que, em muitos casos, apenas transferiu a lógica da violência do tráfico para as mãos do Estado.

Além disso, o caso Amarildo trouxe à tona questões raciais e sociais profundamente enraizadas no Brasil. A seletividade das abordagens policiais, que se concentram majoritariamente em homens negros, pobres e moradores de favelas, reflete uma política de segurança baseada na repressão e na desumanização. Amarildo, homem negro e trabalhador, foi tratado como suspeito apenas por sua condição social e lugar de moradia. Sua morte revelou como a política de enfrentamento ao crime muitas vezes se baseia em estereótipos e preconceitos que naturalizam a violência contra determinados grupos.

O desaparecimento e assassinato de Amarildo Dias de Souza foi um marco na luta por justiça e direitos humanos no Brasil. Embora tenha resultado em algumas condenações, o caso simboliza a persistência da violência policial e da impunidade no país, especialmente nas comunidades marginalizadas. A pergunta "Onde está o Amarildo?" permanece como uma denúncia viva das inúmeras vítimas invisibilizadas pela lógica do extermínio e da exclusão social. O caso reforça a necessidade urgente de reformar as instituições de segurança pública, combater a tortura, fortalecer os mecanismos de controle externo da polícia e promover políticas que respeitem a dignidade e os direitos de todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição social.

Dez anos após o desaparecimento de Amarildo seu corpo ainda não foi encontrado e o Streaming Globo play lançou o documentário “ Cadê o Amarildo? ”, onde propôs revelar fatos inéditos da investigação sobre o desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza.

Em ato em Copacabana, em frente ao Copacabana Palace, foi lembrado os dez anos do desaparecimento e morte de Amarildo. Familiares estavam com uma camiseta onde estava escrito “Amarildo dez anos. Você esqueceu.... Nós não”⁶⁸.

É fundamental para a nossa análise demonstrar que os casos emblemáticos, embora sejam exceção dada a repercussão, não pertencem apenas ao passado, mesmo que recente, e ocorrem também na atuação conjuntura dos governos Witzel e Castro. Nesse sentido, trazemos aqui a violência contra o menino João Pedro e a indignação se organizou em sequência.

Em 18 de maio de 2020 o menino de 14 anos João Pedro Pinto foi vitimado durante uma operação da polícia do Estado do Rio de Janeiro, na comunidade do Salgueiro no município de São Gonçalo. “João Pedro brincava com os primos quando foi atingido

⁶⁸<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/07/13/protesto-na-praia-de-copacabana-marca-os-10-anos-da-morte-do-pedreiro-amarildo.ghtml>

nas costas por um fragmento de tiro de fuzil. Ele e seus dois amigos estavam no chão no momento, tentando escapar do confronto. A casa onde estava ficou com mais de 70 marcas de tiros”.⁶⁹ Assim o site da Organização da Sociedade Civil “Justiça Global” noticiava o início do drama da família frente ao sofrimento da perda.

Em 30 de maio de 2020 o portal UOL noticiava uma manifestação contra a violência policial após a morte de João Pedro. Os manifestantes se juntaram em frente ao Palácio Guanabara e colocaram uma faixa: “Vidas negras e faveladas importam”. Moradores de comunidades do Rio protestaram contra a violência policial e o racismo em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo do estado.

Após o término do ato, policiais militares dispararam balas de borracha e bombas de efeito moral contra os manifestantes.

“Após o término do ato, policiais militares dispararam bombas de efeito moral e balas de borracha contra os manifestantes... Ativistas presentes afirmaram nas redes sociais que os manifestantes se comportavam de maneira pacífica até a ação da PM começar. A Globo News flagrou um policial apontar um fuzil para a cabeça de um homem que havia sido abordado durante o ato”.⁷⁰

Mais uma operação, policial, contra a indignação dos familiares e memória dos mortos em operações policiais de inconsequente letalidade, em desrespeito e desumanização dos envolvidos, uma demonstração da contínua violência física e simbólica contra a população periférica da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O Portal Brasil de Fato noticiou em seu portal em 26 de maio de 2020 “Ato reúne mais de 800 organizações para denunciar a violência do Estado nas favelas”⁷¹

O portal Brasil de Fato anunciava um ato online nacional nas redes sociais pelo sétimo dia da morte João Pedro Mattos Pinto. Ao todo, 800 entidades participaram da mobilização organizada pela Coalizão Negra Por Direitos.

Em clara demonstração de indignação após a absolvição dos policiais envolvidos na morte de João Pedro. Com cartazes pedindo justiça e aos gritos de “não nos calaremos” e “a polícia mata e o judiciário enterra”, os manifestantes, entre eles familiares e amigos, caminharam entre a avenida Erasmo Braga, onde fica a lateral do prédio do Tribunal de Justiça, até a avenida Presidente Antônio Carlos, onde fica a frente do edifício.

⁶⁹<https://www.global.org.br/blog/movimentos-sociais-do-rio-protestam-contra-decisao-judicial-que-absolveu-policiais-pela-morte-do-jovem-negro-joao-pedro/>

⁷⁰<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/31/rio-tem-manifestacao-contra-violencia-policial-apos-morte-de-joao-pedro.htm>

⁷¹ <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/26/ato-reune-mais-de-800-organizacoes-para-denunciar-a-violencia-do-estado-nas-favelas/>

Enfim, uma vez passada esta breve digressão sobre um caso emblemático cuja resistência logrou romper com a resignação, provocando uma indignação que movimentou toda a sociedade, abalando o sistema político e levando a grande mídia a debater o caso, passaremos aos vários movimentos de resistência que, mesmo sem o sucesso desta mobilização emblemática, fazem a resistência às violências policiais no cotidiano de suas ações, e isso já há vários anos, marcando presença na cena pública fluminense e brasileira.

3.2 – Resistência à violência do Estado em geral

A própria imprensa de luta ou publicações digitais, local e reverberadoras das denúncias populares contra as operações do aparato de coerção do estado investido nas polícias civil e militar lançam luzes, como vimos no capítulo anterior, sobre as ações conduzidas de forma violenta nas comunidades periféricas do Rio e Janeiro. Articulam-se e denunciam essas atrocidades e desrespeitos impostos aos moradores das áreas em conflito, pontuando de forma direta as inadequações das ações tanto no campo físico, como no campo espacial desconsiderando a proximidade de moradias, escolas ou outras áreas habitadas tratando violências e mortes como simples efeitos colaterais as “necessárias” invasões as comunidades carentes.

Estes veículos de comunicação comunitários são de grande importância nos registros e veiculação dos sentimentos embutidos nos (não) cidadãos e despossuídos de direitos civis básicos como a vida, a dignidade e o respeito individual e coletivo imprescindíveis a construção da consciência e reconhecimento individual e comunitários. Sujeitos de luta e sujeitos as humilhações impingidas ou permitidas pelo poder estatal, quando justificadas as violências em nome da paz silenciosa, como na canção do O Rappa: “Paz sem voz não é paz, é medo”.

A violência institucional no Brasil através do aparato coercivo de suas polícias é um problema crônico, marcado de forma indelével pelas desigualdades sociais, pelo racismo estrutural e objetivamente pela impunidade em detrimento das ações operadas pelos órgãos de segurança pública na contramão dos direitos humanos.

As ações repressivas do Estado brasileiro, na maioria das vezes direcionadas às populações negras e periféricas, resultam em mortes, desaparecimentos e violações sistemáticas de direitos. Diante desse cenário, diversos movimentos sociais têm se organizado para denunciar abusos, exigir justiça e promover mudanças estruturais nas políticas de segurança pública do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é um dos estados brasileiros mais marcados pela violência policial, especialmente nas favelas e periferias. As operações policiais, frequentemente realizadas com uso excessivo da força, resultam em mortes de civis — muitas vezes jovens, negros e moradores de comunidades pobres. Diante desse cenário, diversos movimentos sociais surgiram para denunciar abusos, prestar apoio às famílias das vítimas e lutar por uma segurança pública baseada nos direitos e dignidades humanas.

O caso do pedreiro Amarildo de Souza, desaparecido após ser levado por policiais da UPP da Rocinha em 2013, se tornou um símbolo da violência do Estado e impulsionou ainda mais os movimentos de resistência. Episódios como a chacina do Jacarezinho, em 2021, e a operação na Vila Cruzeiro, em 2022, com dezenas de mortos, reforçam a urgência de mudanças profundas nas práticas de policiamento.

Esses movimentos atuam não apenas em protestos de rua, mas também na produção de dados, como o Fogo Cruzado, e na ocupação de espaços públicos e digitais. Organizações como a Justiça Global e a Redes da Maré também colaboram com pesquisas, relatórios e ações internacionais de denúncia.

Os movimentos de combate à violência policial revelam a potência da resistência popular frente ao autoritarismo estatal. Eles lutam por um novo modelo de segurança pública, que respeite a vida, valorize as comunidades e reconheça os moradores de favelas como cidadãos plenos de direitos.

Diante desse cenário, diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm se mobilizado para denunciar abusos, apoiar famílias de vítimas e pressionar por reformas nas políticas de segurança pública. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência é uma das iniciativas mais destacadas, reunindo familiares de vítimas e ativistas na luta por justiça e mudanças estruturais. O Movimento Moleque, atuante na Maré e em outras comunidades, promove a conscientização sobre direitos e combate à violência institucional.

Organizações como a Justiça Global, o Instituto Sou da Paz e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública desempenham papéis cruciais na produção de dados, visibilidade internacional dos casos e pressão por reformas nas corporações policiais. A Rede de Observatórios da Segurança Pública, coordenada pelo CESeC, monitora e analisa políticas de segurança com ênfase na violência policial.

No âmbito institucional, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou a Ouvidoria de Combate à Violência Policial, visando identificar, investigar e processar denúncias relacionadas a abusos em abordagens policiais. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu medidas para coibir a violência em operações

policiais no Rio, incluindo o uso proporcional da força e a implementação de câmeras nas viaturas.

Esses movimentos e iniciativas são fundamentais na construção de uma segurança pública que respeite os direitos humanos e valorize a vida, especialmente das populações mais vulneráveis. Eles não apenas denunciam as injustiças, mas também propõem caminhos para uma cultura de paz e respeito à cidadania nas comunidades fluminenses.

Mães de Acari:

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência:

É incontornável reconhecermos a importância feminina, mães, na luta pela justiça frente aos mortos em operações policiais em favelas no Rio de Janeiro, operando afetações de amor, memória e indignação na explícita manutenção da vida na lembrança e na luta pelo não esquecimento dos que se foram de forma violenta em ações do Estado. Não permitir que o passado seja apropriado pelo Estado vencedor e que as memórias dos assassinados não sejam apagadas pelos caminhos institucionais e democráticos de coerção e poder.

Em uma reflexão sobre a obra de Walter Benjamin, Vinícius Wingler Borba Santiago em sua tese de doutoramento faz a seguinte consideração apropriada a esses eventos.

“[...] as lembranças do passado lampejam incessantemente no presente das mães e cada lampejo desse passado representa um instante de perigo, o perigo de deixar esse passado ser apropriado e transformado em um instrumento da classe dominante, dos “vencedores” da história.”⁷²

Já há algum tempo a região metropolitana do Rio de Janeiro tem sido interpretada, através de um discurso sobre segurança pública, em uma chave de compreensão que coloca as comunidades carentes, favelas, como territórios produtores de violência e criminalidade e que precisa ser controlado a qualquer custo pelas forças do Estado, ainda que com efeitos colaterais como a mortes e desaparecimentos de inocentes adultos e crianças. A sistemática violência do Estado através de seus aparatos de coerção e controle tem submetido estas populações a constantes angústias e imprevisibilidade da possibilidade de existência.

A favela se estabelece como território conflagrado, em disputa constante, entre a necessidade e direito de sobrevivência de sua população e as operações de controle social operadas pelo poder público, operações que transformam os moradores das comunidades

⁷²https://www.academia.edu/74916620/A_economia_sacrificial_do_Estado_na%C3%A7%C3%A3o_o_luto_p%C3%BAblico_das_m%C3%A3es_de_v%C3%ADtimas_da_viol%C3%A3ncia_de_Estado_no_Brasil?n_av_from=38f2367f-d94a-4ade-a946-23ee4c865448

carentes em “outro” social permitindo, as vezes estimulando, sua aniquilação para o “bem” da sociedade. A população de moradores das favelas segue em constante estado de exceção sem cobertura de Leis ou instituições de proteção. Observando os discursos de defesa da democracia sem que em nada isso tenha efeitos práticos em suas vidas, democracia ou ditadura nas favelas mudam pouco os modos de operação do Estado na lida com essas populações. Os números descritos no capítulo anterior corroboram essa impressão.

Movimentos como a “[Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência](#)”.

O movimento da Rede surgiu em 2003, ano em que ocorreram quatro chacinas em diferentes partes do estado do Rio de Janeiro, todas praticadas por policiais militares. As participantes da Rede são majoritariamente mulheres negras, moradoras de diferentes favelas do Rio de Janeiro e mães de vítimas de violência⁷³.

O movimento Rede continua em atividade com páginas em mídias sociais e propondo a organização frente as violências de Estado. No ano de 2025 o movimento publicou em sua página⁷⁴ que entre os dias 14 e 17 de maio do mesmo ano, ocorrerá em Florianópolis o VII Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado.

A Rede vem discutindo e se pronunciando em defesa da APDF 635, ADPF das Favelas, junto ao FPOPSEG, Fórum Popular de Segurança Pública do Rio de Janeiro questionando as formas de atuação das forças do Estado onde denunciam “operações policiais em horário escolar, ausência de ambulâncias para atendimento médico durante as operações, uso de helicópteros como plataforma de tiros e invasão de casas e lojas sem mandato”.⁷⁵ Ações das polícias do Estado que configuram ilegalidades em seus modos de atuação em violação de direitos e desrespeito as dignidades humanas.

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência se descreve como “um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se constrói pela soma, com preservação da autonomia, de grupos de comunidades, movimentos sociais e indivíduos, que lutam contra a violência do Estado e as violações

⁷³https://www.google.com/search?q=rede+de+comunidades+e+movimentos+contra+a+viol%C3%A3o&a=do+estado+do+rio+de+janeiro&oq=&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqCQgAEEMYJxjqAjIJCAAQIxgnGOoCMgkIA RAjGCcY6gIyCQgCECMYJxjqAjIJCAMQIxgnGOoCMgkIBBAjGCcY6gIyCQgFECMYJxjqAjIJCAYQIxgnGOoCMgkIBxAjGCcY6gLSAQkxNDkzajBqMTWoAgiwAgHxBVx_LjPHmG_y&sourceid=chrome&ie=UTF-8

⁷⁴ <https://www.facebook.com/redecontraviolenciarj>

⁷⁵ <https://www.facebook.com/photo?fbid=1080647100768305&set=a.467125958787092>

de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres”, e tem entre seus objetivos “Estimular e promover movimentos permanentes nas comunidades, de prevenção e denúncia da violência estatal, propiciando seu relacionamento e apoio mútuo”.

Outro movimento de significância no combate e resistência a violência policial no Rio de Janeiro é “Redes da Maré”, que atua no conjunto de favelas da Maré, que tem uma população aproximada de 124.000⁷⁶, localizada na zona norte do Rio de Janeiro.

A Redes da Maré desenvolve projetos em várias áreas como segurança pública, educação, assistência social e outros na busca de melhoria da qualidade de vida dos moradores do complexo. Produz boletins relativos aos assuntos de segurança e ações policiais como “Direito à Segurança Pública na Maré – Edição especial de olho na ADPF 635⁷⁷.

“São décadas de negligência na área da Segurança Pública no Conjunto de favelas da Maré, seja por abandono ou atuações violentas, os governos dos últimos 30 anos apostaram em projetos políticos de enfrentamento bélico através das operações policiais sem resultados eficazes no decorrer dos anos.⁷⁸ O crime não pode ser combatido com a promoção de mais violência e mais crimes, sempre direcionados contra as favelas e periferias. As operações policiais que violam direitos fundamentais não impactam apenas moradores de favela, mas desafia toda a sociedade, as instituições e sobretudo a Constituição Brasileira”.⁷⁹

A Redes da Maré atua, principalmente, na prevenção e desenvolvimento humanos na comunidade. Disponibilizando uma série de atividades, informações e possibilidades de reconhecimento e visibilidade sociais, assim como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência denuncia as ações de caráter violento perpetradas pelo Estado em seus espaços de vivência.

A “Casa Fluminense” com ênfase na baixada, região metropolitana do Rio de Janeiro, também propõe uma série de ações mitigadoras para as causas e consequências dos desrespeitos aos direitos humanos em ações da “força” do Estado. Promove fóruns como o “Fórum Rio 2024, Cidades Sob Pressão”, ocorrido em junho de 2024 com uma

⁷⁶ <https://www.data.rio/datasets/PCRJ::censo-2022-popula%C3%A7%C3%A3o-e-domic%C3%ADlios-por-bairros-dados-preliminares/explore?showTable=true>

⁷⁷ <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimDireitoSegPublicaADPF25.pdf>

⁷⁸ Silva, Eliana Sousa. O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas. Eliana Sousa Silva ; orientadora: Denise Pini Rosalem da Fonseca, 2009.

⁷⁹ <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimDireitoSegPublicaADPF25.pdf>

agenda que previa entre outros o debate sobre “Memória e educação popular: estratégias para proteção da vida”.⁸⁰

A organização foi constituída como uma associação civil sem fins lucrativos, autônoma e apartidária, tendo a rede de conexões e interesses como seu fundamento essencial. Atua como um núcleo conectivo de pessoas e movimentos comprometidos com a promoção de iniciativas colaborativas que visam a proteção e defesa de direitos e dignidades humanas.

Essas redes se estabelecem como Organização da Sociedade Civil, OSC, e se propõem a articulação de vários movimentos com objetivo comum de cessar as operações policiais no formato em que se apresentam, ademais proporcionar possibilidades de desenvolvimento humanos pelos caminhos de solidariedade e empatia.

A Cozinha Solidária uma iniciativa do MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que se iniciou em março de 2021, busca cumprir a função social de combate a fome. A partir de 2023 essas iniciativas retomaram protagonismo, resultando na redução dos índices de insegurança alimentar.

As Cozinhas Solidárias desempenham um papel fundamental de oferecer alimentos as populações desassistidas e socialmente excluídas dos grandes centros urbanos.

“Em pouco mais de dois anos, já foram servidas mais de 5.800.000 quentinhos e mais de 3.800.000 quilos de alimentos distribuídos para que milhares de famílias garantam, ao menos, uma refeição rica em nutrientes por dia”.⁸¹

A organização da sociedade civil Justiça Global atua diretamente sobre as questões de defesa dos direitos humanos, através de denúncias e articulações institucionais. Fundada em 1999, tem em seu histórico a participação como “Amicus curiae”, amigos da corte”, em tradução livre, é uma figura jurídica que permite a intervenção de terceiros não partes no processo, com o objetivo de fornecer informações ou subsídios ao órgão julgador. Essa figura visa ampliar a compreensão do caso e auxiliar na tomada de decisão, especialmente em questões complexas ou de grande interesse público, na Liminar do STF que suspende operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro no âmbito da ADPF635.⁸² Ademais, obteve em 2019 status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, fórum central para as discussões que envolvem questões econômicas, ambientais

⁸⁰ <https://forumrio.org/>

⁸¹ <http://cozinhasolidaria.com/#imprensa>

⁸² <https://www.global.org.br/quem-somos/>

e sociais internacionais, formulando recomendações para os membros do fórum e da ONU.

“Com o objetivo de enfrentar as violências praticadas pelo Estado — ou por agentes privados com sua anuência — e promover uma agenda de reparação e de não-repetição, a Justiça Global atua para combater o racismo e a violência policial, erradicar a tortura e outras violações em espaços de privação de liberdade, fomentar o desencarceramento a partir da revisão de políticas criminais e fortalecer a atuação de organizações, movimentos sociais, familiares de vítimas e sobreviventes do sistema prisional”.⁸³

A organização busca transformar lutas locais em ações globais, pautada pelo compromisso com uma sociedade livre de racismo, machismo e discriminações.⁸⁴

O Instituto Sou da Paz atua na produção de dados e propostas para políticas de segurança públicas humanizadas e observantes dos direitos humanos.

Outra forma de resistência está em ouvirmos diretamente as vítimas, através de suas perdas, da violência do Estado. Pessoas que perderam parentes próximos, filhos, maridos, pais e outros.

Finalizando esta seção mais geral, na próxima vamos abordar as iniciativas de resistência específica às chacinas perpetradas pelas forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro.

3.3 – Nomeando às vítimas: um exercício necessário de resistência

Muitas batalhas foram e continuam sendo travadas no campo institucional e nas ruas pelos parentes das vítimas da violência policial no Rio de Janeiro, algumas juntando as muitas dores da perda sejam elas mães, pais, parentes e amigos dos assassinados pelas operações policiais do Rio de Janeiro. Em 17/08/2023 o site de O Globo publicou “Ao menos 16 famílias de vítimas da violência do Estado participam de manifestação em frente ao Palácio Guanabara”.

A manifestação em frente ao Palácio Guanabara, na Zona Sul do Rio, sede oficial do Governo do Estado juntou familiares, amigos e pessoas indignadas com os números da violência policial, com a participação, inclusive, de alguns artistas que se manifestaram pelo fim da violência.

De acordo com o site:

“Thiago Menezes Flausino

⁸³ <https://www.global.org.br/blog/programa/violencia-institucional-e-seguranca-publica>

⁸⁴ https://wikifavelas.com.br/index.php/Justi%C3%A7a_Global

Priscila Menezes, mãe de Thiago, compareceu ao protesto. Há duas semanas, no dia 7, seu filho estava em uma moto com um amigo, na Cidade de Deus, quando policiais militares atiraram contra eles. O estudante levou cinco tiros e morreu. Para justificar a ação, os agentes afirmaram que a dupla iniciou os disparos, o que está sendo apurado e entra em conflito com a versão de testemunhas e parentes: o menino não tinha envolvimento com crimes. Durante fala na manifestação, Priscila destacou o descaso das autoridades em relação às mães de vítimas, que são maioria na luta por memória e justiça.

— Matam nossos filhos, mas as mães deles estão aqui pedindo Justiça. O que aconteceu com meu filho não foi uma abordagem, foi uma execução. Ninguém vai trazer meu filho de volta. Ele nunca mais vai andar comigo. Nunca mais vou acordá-lo na hora do treino. Meu filho era educado, carinhoso, estudava.....

Ketlhen Romeu

A designer de interiores, de 24 anos na época, foi baleada em 8 de junho de 2021, quando saia da casa da avó no Lins, na Zona Norte. A rua onde ela estava na companhia da avó foi, de repente, cenário de um tiroteio entre a polícia e criminosos. A família de Kethlen, que estava grávida de sete meses quando morreu, acusa os agentes de terem começado os disparos.

Marcus Vinicius da Silva

Bruna Silva, mãe de Marcos Vinicius da Silva, usa há seis anos o uniforme manchado de sangue do filho em protesto. Ele foi morto, em 2018, a caminho da escola, no Complexo da Maré. Os tiros partiram de um conflito entre a polícia e traficantes. Na época, o menino chegou a ser levado, em estado grave, para o Hospital Getúlio Vargas, na Penha, onde passou por uma cirurgia para retirar o baço, mas não sobreviveu. Na manifestação desta quinta, Bruna se pronunciou:

— O mínimo que o governador Cláudio Castro poderia fazer é receber as mães de favela e periferia, que estão cobrando respostas. Ele quer por um muro blindado em volta das comunidades, mas por que não investe em saúde e educação? Nossos filhos se foram, mas as mães deles estão aqui.

Crime brutal: Antes de ser carbonizada, professora chorou implorando 'a todo tempo' para não a matarem, disse suspeito à polícia

Willian Vasconcelos e Samuel Bonfim Vicente, pai e filho mortos

Willian e Samuel foram mortos em 25 de setembro de 2021. Pai e filho estavam numa moto a caminho de uma UPA no Complexo do Chapadão, quando foram atingidos por policiais militares. Os agentes disseram que estavam em patrulhamento e reagiram a tiros disparados pela dupla. O caso foi levado à corregedoria da PM naquele ano.

Rafael da Silva Cunha

A vereadora Mônica Cunha, mãe de Rafael, é uma das principais lideranças de famílias de vítimas da violência do Estado. Em 5 de dezembro de 2006, o rapaz, recém-liberto de uma unidade socioeducativa, foi assassinado por policiais no Riachuelo, Centro do Rio. Nenhuma investigação foi aberta sobre o caso. Três anos antes, quando ele foi apreendido por um assalto, Mônica criou o “Movimento Moleque”, para mães de crianças que foram ameaçadas, atacadas ou mortas pela polícia. Durante a manifestação, a vereadora reforçou:

— O governador não pode autorizar essas mortes que acontecem todos os dias. Olha a quantidade de familiares que estão aqui hoje e ainda é pouco porque nem todas conseguiram chegar até aqui. Estamos aqui pra dizer que esse ato que não é de fuzil na mão como eles entram nas nossas casas e favelas que queremos justiça. No Brasil não tem pena de morte, mas o racismo estrutural legitima essas ações, mas nós não vamos aceitar mais. Se tiram os nossos filhos, tiramos o sossego deles.

José Henrique da Silva

O barraqueiro foi morto em uma operação da Polícia Militar na Comunidade da Vila do João, no Complexo da Maré, no dia 27 de setembro de 2022. Ele estava indo entregar mercadorias quando foi atingido numa barraca. Os agentes tentaram enquadrá-lo como criminoso na época, mas a família reforçou que o homem não tinha nenhum envolvimento com crimes.

Paulo Roberto Pinho

Fátima Pinho, mãe de Paulo, viu o filho dar os últimos suspiros, deitado nos braços dela, após ter sido asfixiado por PMs no Complexo de Manguinhos. Em 2014, ela se juntou com Ana Paula Lima, também mãe de vítima, e, juntas, fundaram o coletivo "Mãe de Manguinhos", que acolhe famílias que perderam entes em ações da polícia.

Hanry Silva Gomes da Siqueira

Márcia Jacintho, mãe de Hanry, está há 20 anos à espera de justiça pela morte de seu filho, na época com 16 anos. Ele foi morto por policiais militares, no Morro do Gambá, e teve a morte forjada por eles para parecer um traficante. Márcia investigou sozinha o crime e conseguiu provas da inocência do filho, situação que levou os agentes à condenação pela Justiça.

Johnatha de Oliveira Lima

Também presente no evento, Ana Paula Lima, mãe de Johnatha, está há quase uma década na luta pela memória do filho, morto em Manguinhos. O rapaz, de 18 anos, estava voltando para casa, em 2014, quando levou um tiro pelas costas. Depois de um

tempo, comprovou-se que a bala partiu do revólver de um PM. Os agentes tentaram enquadrar o menino como criminoso, mas, com provas, Ana Paula conseguiu inocentar o menino das acusações.

Amarildo Dias de Souza

Há 10 anos, Amarildo, com 43 anos à época, foi levado por policiais militares e nunca mais foi visto. O desaparecimento aconteceu em 14 de julho de 2013, na parte alta da Rocinha. Agentes da UPP local o colocaram numa viatura e levaram à sede da unidade. Oito agentes foram condenados em duas instâncias a penas de até 13 anos pela sessão de tortura que culminou na morte do ajudante de pedreiro, que virou símbolo da luta contra a brutalidade — e a impunidade — policial.

Outras famílias presentes a manifestação:

Vinicius Roberto de Souza Penha, Thiago da Costa Correia, Pablo Henrique da Silva Rangel, José Henrique da Silva, Wallace Ramos da Silva, Leone Luiz Serpa Fonseca e Michel Antônio De Oliveira da Silva⁸⁵

O site do jornal *Lemonde Diplomatique Brasil* publicava em 10 de maio de 2024 “Quando o Estado mata, quem acolhe?”⁸⁶

A matéria chama atenção para Carta Final do I Encontro Internacional das Mães de Vítimas da Violência do Estado realizado em São Paulo em maio de 2016: “Nós somos MÃes Negras, MÃes Indígenas, MÃes Trabalhadoras, MÃes Pobres, MÃes de Favelas, MÃes Periféricas: Nós somos MÃes Guerreiras!” O jornal trata, ainda, da construção em 2022 da Rede Transnacional de pesquisas sobre Maternidades destituídas, violadas e violentadas, REMA, que é uma rede nacional e internacional de pesquisa, acolhimento e transmissão de saberes frente às violências e violações praticadas contra mulheres em suas diversas experiências de maternidades.⁸⁷

O portal ICL Notícias em 04 de janeiro de 2025 “Em protesto contra Paes, mães de vítimas de violência pedem volta de homenagem aos filhos.”⁸⁸

O ato aconteceu na Lagoa Rodrigo de Freitas, em repúdio à ordem do prefeito do município do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, de retirar o tradicional mural da organização “Rio da Paz” em memória das crianças mortas por bala perdida, na semana anterior. O prefeito alegou que o memorial não teria pedido autorização para ocupar o espaço público da Lagoa.

⁸⁵ <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/08/17/ao-menos-16-familias-de-vitimas-da-violencia-do-estado-compareceram-em-manifestacao-no-palacio-guanabara-relembre-casos.ghtml>

⁸⁶ <https://diplomatique.org.br/quando-o-estado-mata-quem-acolhe-maternidade-violencia/>

⁸⁷ <https://rema.uff.br/apresentacao/>

⁸⁸ <https://iclnoticias.com.br/em-protesto-contra-paes-maes-homenagem-filhos/>

A manifestação aconteceu no mesmo local onde havia o memorial. Lá, parentes das crianças e voluntários da Organização da Sociedade Civil Rio da Paz empunharam as mesmas 49 fotos das vítimas, mortas entre 2020 e 2024, durante o governo Cláudio Castro, que foram arrancadas pela prefeitura. Os manifestantes, também empunharam uma faixa com a seguinte mensagem: “morte de crianças: a face mais hedionda da guerra”.

Em uma pesquisa do portal Nexo, publicada em 07 de março de 2025: “ Como agem as famílias vítimas da violência do Estado. ”⁸⁹ Após uma reflexão sobre a conclusão do mesmo e com o acúmulo de leituras nos quais nos debruçamos seguimos com a opinião de que a dinâmica entre familiares-vítimas e o sistema de justiça ocorre de maneira prejudicial às famílias, intensificando seu sofrimento.

O Estado, por meio de suas práticas violentas, acentua a dor das vítimas, seja pela violência institucional, pelos estigmas sociais ou pelas dificuldades impostas ao processo de luto. Com a negação à memória e ao luto se escondem as histórias familiares e os projetos de vida das pessoas que foram assassinadas e por consequência as histórias familiares que deixaram de ser construídas. A dor e as alegrias que poderiam ser, mas que foram destruídas pela violência estatal e suas “estratégias de segurança” pública.

Na mesma matéria do portal Nexo sobre a conclusão da pesquisa: “Mesmo diante das limitações do sistema, identificamos estratégias fundamentais dos familiares-vítimas para garantir a sobrevivência processual do caso, como a construção de uma biografia moral positiva da vítima, a midiatização do caso, a produção de provas robustas e a interlocução dos familiares com os atores do sistema de justiça. ”⁹⁰

3.4. Resistência às chacinas: Desafios e lutas que familiares enfrentam após o assassinato dos seus filhos e parentes. Direito ao luto, direito a memória.

Santa Tereza.

As 13 mortes ocorridas em 08 de fevereiro de 2019, após operação policial, geraram protestos imediatos na população local. De acordo com o site UOL “Famílias dizem que rapazes estavam rendidos.”⁹¹

⁸⁹ <https://www.nexojornal.com.br/violencia-estado-familia-das-vitimas-mobilizacao>

⁹⁰ <https://www.nexojornal.com.br/violencia-estado-familia-das-vitimas-mobilizacao>

⁹¹<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/11/pm-inocente-policiais-no-caso-das-15-mortes-em-operacao-no-fallet.htm>

A operação da Polícia Militar ocorreu dois dias após a região registrar intensos confrontos entre as facções Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro. De acordo com a polícia, a região passava por uma disputa de traficantes por territórios. Para intervir na disputa, a PM deflagrou uma operação "tendo como principal preocupação a preservação de vidas", segundo disse a corporação na ocasião.

No entanto, sete pessoas morreram dentro de uma casa no Fallet que foi cercada durante a operação. As vítimas tinham entre 15 e 22 anos. A comunidade diz que a PM promoveu uma chacina na favela. Pedro Daniel Strozenberg, ouvidor-geral da Defensoria Pública do estado, afirmou em fevereiro que havia fortes indícios de fuzilamento durante a ação dos PMs.

A Polícia Militar disse que os agentes reagiram a disparos. Parentes das vítimas mortas na casa afirmaram que os rapazes já estavam rendidos quando foram mortos pelos policiais. Eles relataram que houve correria com a chegada da polícia na favela e que um grupo entrou na casa para se esconder. Uma mãe que perdeu dois filhos na operação relatou à Defensoria Pública do Estado que os garotos foram torturados por 40 minutos antes de serem mortos por PMs. Os irmãos de 17 e 22 anos morreram na casa deles onde viviam com a mãe. Parentes confirmaram o envolvimento deles com o tráfico de drogas, mas negaram que estivessem armados durante a chegada da polícia no imóvel.

A Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Rio de Janeiro, que acompanha o caso, informou que parentes dos rapazes relataram marcas de facada nos corpos.

O Ministério Público do Rio teve acesso a um vídeo que mostra um carro do Batalhão de Choque da PM em frente à casa do Fallet onde foram localizados os mortos. Nas imagens, é possível ver os suspeitos sendo colocados na caçamba da viatura que seguiu para o hospital. "Eles foram jogados no carro de qualquer jeito. Isso é socorro?", questionou a mãe de um deles que não teve o nome revelado.

Famílias cobram por justiça⁹²: Enquanto as investigações se arrastam sem nenhuma conclusão, as famílias das vítimas da chacina do Fallet cobram que haja justiça e enfrentam dificuldades para superar as mortes e sobreviver. A reportagem do UOL conversou com parentes de quatro dos nove mortos na casa na entrada da comunidade. Os relatos mostram um cenário de falta de assistência, problemas de saúde mental e sofrimento.

⁹² <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/07/chacina-do-fallet-um-ano-apos-15-mortes-caso-caminha-para-impunidade.htm>

Maria perdeu dois filhos, de 16 e 18 anos, na operação policial. Já Joana lida com a morte de um filho e de um sobrinho durante a ação. Ambas acompanham de perto o caso. Os nomes delas foram alterados para preservar suas identidades. Ambas relatam terem enfrentado dificuldades em consequência da perda. "Fiquei hipertensa, tenho transtorno de ansiedade e síndrome do pânico", diz Maria, que desenvolveu os problemas de saúde mental após as mortes. Até hoje não consegue falar dos filhos sem chorar copiosamente. Ela só conta com assistência psicológica porque uma terapeuta que trabalha no mesmo prédio que ela decidiu atendê-la de graça.

"Aquela fase do ódio pelo que fizeram com os meus filhos passou. Eu só quero justiça. Se não por mim, para que outras mães não passem por isso [...] preciso saber que a justiça existe e que ela não é cega como muita gente diz.

Joana, por sua vez, foi obrigada a fugir após receber ameaças de policiais e de traficantes do Morro da Coroa. Ela chegou a ser admitida no Provita (Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas), deixando o estado do Rio. Porém, acabou desistindo quando, meses depois do crime, o governo federal suspendeu os recursos para o custeio das famílias protegidas.

"Passei muita necessidade e resolvi sair", conta. Após o UOL mostrar que o programa podia deixar de funcionar no Rio, o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos voltou atrás e decidiu voltar a repassar os recursos para o Provita.

Ela também cobra um desfecho para o caso: "O Estado tem que dar uma resposta para a gente. Tem várias falhas [na investigação] e elas vão ser acobertadas", lamenta.

As duas mães contam que revivem a perda toda vez que veem notícias de crianças e adolescentes mortos por policiais no Rio. No ano passado, o estado teve um recorde histórico de mortes cometidas por policiais. Foram 1.810 mortos —crescimento de 18% em relação a 2018.

"Isso me dá muita revolta", conta Joana. "Ontem mesmo eu estava chorando com o caso do menino Arthur [criança de cinco anos baleada na cabeça durante operação da PM na zona norte do Rio]". Maria diz que as outras filhas —de três e oito anos— mudam de canal quando uma notícia desse tipo é exibida na televisão. "Quando vejo outra mãe passar por isso, aquela dor não dói só nela. Dói em mim também", resume.

Jacarezinho.

O ativista Louback faz uma bateria de perguntas sobre a chacina do Jacarezinho ocorrida em 06 de maio de 2021: "Eram necessárias tantas mortes? Quais são os

protocolos da polícia? Foram aplicados? E onde estão as outras políticas públicas, a cultura, o lazer... Porque a única política pública que chega (à favela) é a do confronto". E moradores e defensores dos direitos humanos —sempre insultados por Bolsonaro— dizem que mesmo que as vítimas traficassem drogas tinham o direito a ser detidas, julgadas e, se preciso, condenadas e presas.⁹³

Para os moradores da comunidade as operações policiais são um dos pesadelos familiares nas favelas. Fernanda, de 42 anos, conta que cada vez que começa uma operação policial ela corre para casa para ficar com seus filhos. O menino é quem mais preocupa esta mulher que escolhe esse nome para se proteger. "Tenho muito medo de deixá-lo sozinho em casa porque, com 15 anos, é muito corpulento". Quando se é brasileiro jovem, negro e pobre, a suspeita dispara. " (El País, 2021)

A primeira forma de resistência que vamos abordar é o Memorial que foi inaugurado em homenagem aos 28 mortos na chacina do Jacarezinho⁹⁴. Assim estampava a manchete do site do "Voz das Comunidades em 06/05/2022. Passados um ano da chacina na comunidade do Jacarezinho foi inaugurado um memorial em homenagem as vítimas da operação policial acontecida naquela comunidade com os nomes dos mortos em uma solenidade com vários manifestantes.

Durante a cerimônia de inauguração do memorial, parentes e amigos estavam presentes. A irmã de criação de duas vítimas, Richard Gabriel, de 23 anos e Isaac Ferreira, de 22, que morava na mesma casa que ela, já que sua família não era de lá. Declarou que "É muita tristeza depois de um ano ainda sem nenhuma justiça! Eu acho que isso nunca vai mudar. A gente que mora aqui até desacredita que algo vai ser feito. Se fosse na Zona Sul, seria totalmente diferente". Como foi dito por um dos manifestantes e publicado na mesma página do site:

Nesse primeiro aniversário de muitos que estão por vir, de que isso não vai ser mais um dia. Não foi só mais uma operação, que, na verdade, foi uma chacina. Não foi só mais uma manhã, mas um dia que a gente vai lembrar todo ano. Eu, enquanto estiver aqui, vou lembrar todo ano. Nem que seja por uma faixa, por fogos, por uma caminhada... Eu vou lembrar todo ano. Porque eu não vou e não podemos normalizar esse tipo de ação, sobretudo no nosso território. O que fica é: isso aconteceu, não pode mais acontecer e temos que lembrar para que não mais aconteça".

⁹³<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/nao-vai-embora-vao-me-matar-a-radiografia-da-operacao-que-terminou-em-chacina-no-jacarezinho.html>

⁹⁴<https://vozdascomunidades.com.br/destaques/memorial-e-inaugurado-em-homenagem-aos-28-mortos-na-chacina-do-jacarezinho/>

Uma semana após a inauguração, de acordo com o site G1, o memorial foi derrubado pela polícia.

Em nota, a Secretaria de Polícia Civil informou que, por meio da 25^a DP (Engenho Novo) e da Core, retirou "o memorial ilegal construído em homenagem aos **27 traficantes**, grifo nosso, mortos em confronto durante operação na comunidade do Jacarezinho, ocorrida em 6 de maio de 2021".

Vejamos a quase imediata reação da polícia do Estado do Rio de Janeiro e do governo como um todo, através de suas lideranças tanto no executivo quanto no parlamento estadual, em apagar os nomes dos mortos e a violência da operação. Aqui "legitimados" no cumprimento do dever contra ao que eles chamam "apologia ao tráfico de drogas".

No mesmo site, G1, diversas imagens foram disponibilizadas demonstrando a violência e truculência policial ante a homenagem às vítimas da chacina e a seus familiares que, incrédulos, observavam a operação de destruição do memorial com a utilização de marretas e do "caveirão", que mais que simbolicamente representa o braço da força e coerção nas comunidades carentes do Rio de Janeiro. A dor das famílias e da comunidade não foi suficiente para parar a violência do Estado.

É de fato aterrador observar o desrespeito com que são tratadas essas pessoas em suas angústias e dores. O que seria então experienciar essas violências e desrespeitos? Em quais afetos se transformariam essas ações? Aqui retomamos a ideia original da indignação para a resignação frente ao poderoso inimigo, ou a indignação mediada pelos aparatos institucionais de luta.

Penha.

Em 24 de maio de 2022 na Vila Cruzeiro, no complexo da Penha, com 23 mortes as reações foram, conforme noticiado no portal UOL notícias⁹⁵.

"Um grupo de moradores protestou, na tarde de hoje, após operação policial no Rio de Janeiro, que já contabiliza 22 mortos e sete feridos. A manifestação ocorreu na frente da emergência do Hospital Estadual Getúlio Vargas, que concentra o atendimento aos baleados desde o começo da manhã. O grupo tentou fechar a linha do BRT, que passa na avenida Braz de Pina, mas foi impedido por policiais militares. Agentes do Batalhão

⁹⁵<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/24/rio-moradores-fazem-protesto-aos-operacao-policial-com-21-mortos.htm>

de Choque, usando motocicletas, chegaram em alta velocidade ao local. Houve bate-boca com os manifestantes, que se deslocaram e formaram um bloqueio em um dos acessos ao hospital, mais próximo do Complexo da Penha”.

Em matéria publicada em seu site o jornal comunitário Voz das Comunidades publicou em 25 de maio de 2022 sobre a chacina da Penha: “As marcas da letalidade dos agentes policiais na chacina ocorrida na região conhecida como Matinha, no Complexo da Penha, na última terça-feira (24) ainda repercutem nesta quarta-feira (25). A ação brutal coordenada pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Federal (PF) deixou 23 pessoas mortas e seis pessoas feridas, focialmente, segundo a Polícia Civil.

Entre as vítimas dessa intervenção que está sendo investigada pelo Ministério Público Federal (MPF), estão o mototaxista Ricardo José Cruz Zacarias Jr, que participava de uma manifestação contra a brutalidade dos agentes, e o ex-marinheiro Douglas Costa Inácio Donato, que saiu para levar um amigo para casa de moto e não retornou.

O ramo de trabalho de Ricardo é uma das mais tradicionais dentro das comunidades cariocas. A tendência profissional surgiu pela necessidade dos moradores, pois o difícil acesso às ruas e a negativa de atendimento dos aplicativos nas viagens são condições comuns e que apenas os moto-táxis conseguem driblar. Em protesto pela morte do colega, os trabalhadores organizam uma manifestação na comunidade.

Já a morte de Douglas, segundo os familiares e noticiado pelo portal jornalístico Uol, aconteceu durante as primeiras horas da chacina policial. De acordo com as informações, o ex-marinheiro trabalhava atualmente em uma loja de calçados e almejava ingressar na carreira de vigilante.

No site anistia.org, um ano após a chacina⁹⁶ uma demonstração da continuidade da política de segurança do governador Claudio Castro “A Anistia Internacional Brasil exige que se cessem imediatamente as ações de violência e terror perpetradas em Manguinhos, no Complexo do Alemão e no Complexo da Penha, neste dia 24 de maio de 2023. Após exatos 365 dias da segunda chacina mais letal do estado do Rio de Janeiro, que vitimou 25 pessoas na Vila Cruzeiro, ações policiais voltam a ocorrer nesta quarta-feira (24) lá no Complexo da Penha e em mais duas áreas da cidade, violando os direitos à segurança, educação, saúde, entre outros, de milhares de moradores e moradoras, cercados por tiros nas portas de suas casas”.

⁹⁶ <https://anistia.org.br/informe/chacina-vila-cruzeiro-terror-violencia-medo/>

Conforme noticiado até o momento, os batalhões da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro têm operado nos Complexos da Penha e do Alemão desde a madrugada, tendo deixado pelo menos cinco mortos. Moradores relatam a presença de helicópteros e intensos tiroteios que impediram que saíssem para trabalhar.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, pelo menos 17 unidades escolares do Complexo da Penha foram impactadas, prejudicando 5.411 alunos. No Complexo do Alemão, 19 escolas e 5.654 estudantes foram afetados. Clínicas de saúde e atendimento socioassistencial também tiveram suas atividades suspensas. Mais uma vez, a política de segurança pública de Cláudio Castro viola frontalmente o direito à educação de milhares de crianças e adolescentes, levando medo e insegurança. Todo os números, incluindo os de vítimas, ainda podem estar subnotificados, conforme informações da Defensoria Pública à Anistia Internacional Brasil, considerando que os tiroteios seguem sem previsão de cessar”.

Em 30 de maio de 2022: Movimentos sociais convocam ato por justiça para Genivaldo e a Vila Cruzeiro nesta 4^a⁹⁷: “O ato desta quarta-feira também vai cobrar justiça para as pelo menos 23 vítimas da chacina policial cometida numa comunidade suburbana da capital fluminense. A ação na Vila Cruzeiro tornou-se a segunda maior chacina da história Rio de Janeiro, perdendo apenas para a do Jacarezinho, outra favela carioca, ocorrida em 6 de maio de 2021.

Um ano depois, as investigações sobre 24 das 28 execuções realizadas por agentes do Estado no Jacarezinho foram arquivadas sem solução. Houve apenas quatro denúncias formalizadas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. E, no dia 11 deste mês, policiais destruíram um memorial erguido em homenagem às vidas ceifadas na chacina.

Além de criminosas pelas práticas de execução sumária e violações contra populações que vivem em áreas pobres das grandes cidades, operações como a da Vila Cruzeiro e do Jacarezinho ocorrem em afronta à decisão do STF que proibiu ações do tipo durante a pandemia. No último dia 27 de maio, o Supremo também determinou que o estado do Rio de Janeiro deve ouvir o Ministério Público e a Defensoria, a Ordem dos Advogados do Brasil e realizar audiência pública para debater o plano estadual de redução de letalidade decorrente de intervenção policial (leia aqui).

Após o massacre na Vila Cruzeiro, o governador Cláudio Castro (PL-RJ) anunciou que as forças policiais fluminenses deverão usar câmeras nos uniformes. O artefato foi

⁹⁷<https://www.sintrajud.org.br/movimentos-sociais-convocam-ato-por-justica-para-genivaldo-e-a-vila-cruzeiro-nesta-4a/>

importante para a condenação do assassino de George Floyd, o ex-policial Derek Chauvin.

Alemão.

Já em reação a chacina no Complexo do Alemão ocorrida em 21/07/2022 as manifestações ocorreram no dia seguinte a chacina, com velas acesas em punho amigos, parentes das vítimas e representantes das associações de moradores do Complexo do Alemão fizeram um protesto na noite de 22/07/2022 em razão das mortes consequentes da violenta ação policial ocorrida na comunidade no dia anterior.⁹⁸ De acordo com o site do jornal Folha de São Paulo “cerca de 500 pessoas se reuniram em uma quadra esportiva conhecida como Quadra Vivi, segundo estimativa da associação de moradores.

Elas acenderam velas em solidariedade às vítimas e também seguravam faixas com os dizeres "vidas negras importam", "menos polícia, mais escolas" e "pobreza não é crime".

Em sua manchete no site a DW Brasil: “Massacre chamado de operação policial”⁹⁹. Estampada uma enorme foto do protesto com manifestantes segurando uma faixa com os dizeres “ Fora das favelas policias assassinas! ”. A época em seu twiter a ONG Anistia internacional publicava “ Quem vai parar o governador Claudio Castro e sua política de segurança pública desastrosa e violadora de direitos no Rio de Janeiro? Basta de brutalidade a favela quer viver!¹⁰⁰

No mesmo “post” uma filmagem, pela organização da sociedade civil Voz das Comunidades mostrava cenas do complexo do Alemão onde moradores com panos brancos nas mãos pediam paz na comunidade e o fim da violência policial.

Outros episódios que evidenciam as violências do aparato de coerção do Estado do Rio de Janeiro serão apresentados abaixo em ordem cronológica conforme a seguir:

O assassinato de Cláudia Silva Ferreira, baleada durante uma operação policial no morro da Congonha em Madureira, zona norte do Rio de Janeiro em 16/03/2014.

⁹⁸<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/velas-acesas-marcam-ato-por-mortos-no-complexo-do-alemao.shtml>

⁹⁹<https://www.dw.com/pt-br/complexo-do-alem%C3%A3o-foi-um-massacre-chamado-de-opera%C3%A7%C3%A3o-policial/a-62564122>

¹⁰⁰https://x.com/anistiabrasil/status/1550161719217061888?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweembed%7Ctwterm%5E1550161719217061888%7Ctwgr%5E183c748c162858ba21a2e1efc7b456339dae7cf9%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.dw.com%2Fpt-br%2Fcomplexo-do-alem%C3%A3o-foi-um-massacre-chamado-de-opera%C3%A7%C3%A3o-policial%2Fa-62564122

A mulher foi baleada no pescoço e nas costas durante um suposto confronto da polícia com marginais, traficantes. De acordo com o noticiário da época, Claudia tinha saído de casa para comprar o café da manhã quando foi baleada pelos policiais. Para além disso, Claudia foi colocada no porta malas da viatura policial e enquanto o veículo seguia seu percurso na Estrada Intendente Magalhães, ela rolou e ficou e ficou presa ao parachoque do veículo, sendo arrastada pelo asfalto. Um cinegrafista amador gravou a cena, mas os policiais envolvidos foram absolvidos no julgamento agora em 2024¹⁰¹

No dia 26 de março do mesmo ano manifestantes se juntaram em uma marcha que saiu do Largo do Machado em direção ao Palácio Guanabara, pedindo justiça! Empunhavam uma faixa com os dizeres “Não foi acidente”, “Não esqueceremos”. De acordo com o Portal G1, Thais Lima, filha de Cláudia disse que “os policiais que estavam no local acharam que Cláudia tinha envolvimento com o tráfico, daí os tiros disparados contra ela”.¹⁰² Nenhum dos policiais envolvidos nesta operação foi condenado.

Em outro caso o menino Eduardo de Jesus, 10 anos, foi morto com um tiro na cabeça enquanto estava na porta de casa na comunidade do Areal no do Alemão. Apesar das alegações dos policiais envolvidos no crime de que havia uma troca de tiros na ocasião, testemunhas locais desmentiram essa versão. Como noticiado no site do jornal El País: “Esta zona, na comunidade do Areal, é uma das mais tranquilas. Ninguém ouviu tiroteio nenhum neste dia”, explica um jornalista do *Voz das Comunidades*, que vem acompanhando de perto a guerra entre traficantes e policiais no Alemão.¹⁰³

Ainda o jornal El País nesta mesma página noticia: “Um grupo de uns 300 moradores do Complexo do Alemão voltou a se manifestar na tarde desta sexta-feira contra a onda de violência que vem ocorrendo há mais de 90 dias e que causou a morte de quatro pessoas nos últimos dois dias, entre elas o garoto Eduardo Jesus Ferreira, de 10 anos. O ato, pacífico, foi realizado por cidadãos munidos de panos brancos e cartazes que pediam paz e justiça, mas foi **reprimido por agentes da Polícia Militar**, grifo nosso, com bombas de efeito moral e sprays de pimenta”. Fazendo valer a força contra a indignação popular diante do assassinato do menino. Não permitindo sequer o avivamento da memória das vítimas da polícia do Estado do Rio de Janeiro, transformando parte da indignação em angústia e medo. Outras plataformas de jornalismo como o site G1,

¹⁰¹ <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/22/caso-claudia-ferreira-mulher-foi-baleada-e-arrastada-por-viatura-mas-pms-foram-absolvidos/>

¹⁰² <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-ato-de-repudio-e-revolta-contra-morte-de-claudia-silva-no-rio.html>

¹⁰³ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/politica/1428077169_424197.html

também noticiaram esta manifestação. Em 2015 a justiça arquivou o processo contra o policial militar que teria efetuado o disparo que vitimou o menino Eduardo Jesus Ferreira.

A morte por “bala perdida” da menina Agatha Félix, na comunidade da Fazendinha no Complexo do Alemão, ocorrida em 20 de setembro de 2019, com um tiro nas costas enquanto estava dentro de uma Kombi, acompanhada da avó, revoltou as pessoas da comunidade. “Uma das mães que estava na praça ontem à noite, mas que não quis se identificar, criticou a forma como a polícia age na comunidade. “Não é de qualquer jeito que se entra na comunidade. A rua estava lotada. Do nada se ouviu uma rajada. Todos que estavam nas ruas saíram correndo e se esconderam. A dor da mãe da Ágatha é a mãe de todos nós do Alemão”.¹⁰⁴

De acordo como jornal El País em seu site, um ato de protesto se iniciou por volta de 13h na estrada do Itararé, em frente à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Alemão, e seguiu em cortejo até a capela onde a família velava o corpo de Ágatha. “Nós exigimos justiça”, gritavam os manifestantes repetidas vezes. A frase escrita em uma grande faixa levada por moradores e ativistas dava o tom do protesto: “Parem de nos matar”. Era a enésima vez que pediam para que o direito à vida, o mais elementar dos que a Constituição garante, fosse respeitado nas periferias.¹⁰⁵

“Policiais invadiram hospital para tentar pegar bala que matou Ágatha”. Carta Capital em sua edição de 03/de outubro de 2019.¹⁰⁶

“Justiça e sociedade ignoram morte de Ágatha, diz advogado da família” Portal UOL em sua publicação de 09 de novembro de 2024.¹⁰⁷

Em 23/07/2019 o G1 publicou uma foto da manifestação nas escadarias de entrada da ALERJ, com cartazes que diziam “Parem de nos matar!”, “1249 mortes pela polícia”, entre outros. Foram derramadas sobre a escadaria tinta vermelha representando o sangue das vítimas da polícia do Estado. No Aterro do Flamengo foram cravadas ao chão 57 cruzes simbolizando as vítimas de violência policial. Todas as placas representavam as vítimas de balas perdidas disparadas em confrontos entre policiais e traficantes - ou entre os próprios traficantes - em comunidades do Rio de Janeiro entre 2007 e 2019.¹⁰⁸

¹⁰⁴<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/menina-de-8-anos-morre-vitima-de-bala-perdida-no-complexo-do-alemao>

¹⁰⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569186636_712007.html

¹⁰⁶ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/policiais-invadiram-hospital-para-tentar-pegar-bala-que-matou-agatha/>

¹⁰⁷<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/11/09/advogado-de-agatha-e-mp-vao-recorrer-justica-e-sociedade-ignoram-morte.htm>

¹⁰⁸<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/rio-tem-manifestacao-apos-morte-da-menina-agatha-felix.ghtml>

Considerações Finais

Nesta dissertação procuramos, principalmente, contribuir com o debate sobre a violência policial no Rio de Janeiro e os movimentos de resistência. A pesquisa revela que a violência policial contra moradores de periferia, especialmente jovens negros, viola direitos humanos e representa uma grave negação do reconhecimento, essencial para a formação da identidade individual e coletiva dessas populações.

Nossas observações foram em direção a violência praticada por agentes do Estado, dos aparelhos de segurança e coerção, contra as populações periféricas, como homens, mulheres e jovens negros e pobres da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Acreditamos que essa violência não é apenas uma questão de violação de direitos humanos, mas também uma forma de negação do reconhecimento, que é fundamental para a construção da identidade de cada indivíduo e do grupo ao qual ele pertence. Em outras palavras, relaciona a violência policial à negação do reconhecimento social, impactando diretamente a identidade e a dignidade das pessoas afetadas.

Os dados apresentados, através das matérias e publicações em sites, demonstram que a violência policial não é um desvio pontual, mas parte de uma política de controle social sustentada por uma estrutura desigual e por representações sociais estigmatizantes.

A ação do Estado atua na manutenção de uma ordem excludente, na qual o reconhecimento social e jurídico é seletivo e marcado por raça, classe e território. A ausência de reconhecimento não gera apenas sofrimento individual, mas compromete a própria coesão social e a legitimidade das instituições democráticas. A perpetuação da violência estatal contra grupos vulnerabilizados mina os laços de confiança entre Estado e sociedade, reforçando ciclos de exclusão e indignação (HONNET 2013).

Propomos aqui um destaque ao papel fundamental dos movimentos sociais e coletivos de familiares de vítimas, que têm desempenhado uma função central na denúncia das violações, na construção de memória e na luta por justiça. Essas iniciativas são formas concretas de resistência e reivindicação, que confrontam a lógica da desumanização desses corpos imposta pelo Estado.

Procuramos identificar e enumerar, pelo menos em parte, as formas de resistência e reivindicação por justiça por parte da sociedade civil, de familiares de vítimas e de movimentos sociais que denunciam as violações, constroem coletivamente as memórias e exigem justiça frente as ações policiais descritas. Essas lutas visam restaurar a memória, a dignidade e o valor moral de vidas que foram perdidas e invisibilizadas ou transformadas em vidas de menor importância.

Referências Bibliográficas

- KIERKEGAARD, Søren Aabye, 1813-1855. K59d Diário de um sedutor ; Temor e tremor ; O desespero humano / Søren Aabye Kierkegaard ; traduções de Carlos Grifo, Maria José Marinho, Adolfo Casais Monteiro. — São Paulo : Abril Cultural, 1979.
- BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. Sobre o Estado : Cursos no Collège de France (1989-92) tradução Rosa Freire d'Aguiar — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014.
- CAMPOS, M. S.; ALVAREZ, M. C. Políticas Públicas de Segurança, Violência e Punição no Brasil (2000 – 2016). In: Miceli, S.; Martins, B. (Orgs.). Sociologia brasileira hoje. 1ed. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2017
- RANCIÈRE, Jacques, 1940-O ódio à democracia / Jacques Rancière ; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2014.
- SOARES, Luiz Eduardo. Meu casaco de general; 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Organização e prefácio Marcio Seligmann; tradução Gabriel Valadão Silva. Porto Alegre, RS: L&PM, 2021.
- ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. A Balaiada: luta por cidadania no Maranhão Imperial (Artigo). In: *Café História*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-balaiada-luta-por-cidadania-no-maranhao-imperial/>. Publicado em 28 set. de 2023. ISSN: 2674-5917.
<https://jornal.usp.br/actualidades/a-revolta-da-chibata-e-sua-importancia-na-historia-do-brasil/> 13/12/2016 -Atualizado: 24/04/2017 as 13:14
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2019.
- HONNET, Axel. Luta por reconhecimento. 2. ed. São Paulo: 34, 2009
- KEHL, Maria Rita. Ressentimento. São Paulo: Boitempo, 2020.
- WEBER, Max, 1864-1920. Ciência e política : duas vocações / Max Weber; prefácio Manoel T. Berlinck; tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. — São Paulo : Cultrix, 2011.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2024

Sites:

<https://jornal.usp.br/actualidades/a-revolta-da-chibata-e-sua-importancia-na-historia-do-brasil/> 13/12/2016 -Atualizado: 24/04/2017 as 13:14

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. A Balaiada: luta por cidadania no Maranhão Imperial (Artigo). In: *Café História*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-balaiada-luta-por-cidadania-no-maranhao-imperial/>. Publicado em 28 set. de 2023. ISSN: 2674-5917.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/numero-de-encarcerados-triplicou-entre-2000-e-2019-no-pais-diz-depen/>

https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/central/devagas/LEVANTAMENTO_SISTEMA_PENITENCIARIO_2012.pdf

<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-taxa-de-crescimento-anual-da-populacao-brasileira-atinge-menor-nivel-da-historia.ghtml>

<https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-mostra-que-o-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo/>

<https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>

https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/central/devagas/LEVANTAMENTO_SISTEMA_PENITENCIARIO_2012.pdf

<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-taxa-de-crescimento-anual-da-populacao-brasileira-atinge-menor-nivel-da-historia.ghtml>

<https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-mostra-que-o-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo/>

<https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>

https://basefilosofica.com.br/p/400013109_a-obediencia-feliz-atualizacao-lobsequium-espinozista

https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/documentos/prisao-de-escravizados#:~:text=Calabou%C3%A7o%20%C3%A9%20um%20tipo%20de,ou%20para%20escravizados%20fugidos%20apreendidos.

<https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>

https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_do_Fallet-Fogueteiro_-_08_de_fevereiro_de_2019

<https://www.intercept.com.br/2019/02/08/rio-massacre-bope-chacina-13-pessoas/>

<https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/07/05/2019>.

<https://mareonline.com.br/uma-semana-de-acoes-violacoes-e-mortes-na-mare/>

<https://www.conectas.org/noticias/moradores-da-mare-relatam-indicios-de-execucoes-em-acao-policial-que-deixou-8-mortos/>

<https://dmjracial.com/2021/01/21/2159/>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/13/policia-investiga-assassinatos-de-oito-homens-em-belford-roxo-no-rj.ghtml>

https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2021/05/07/CAB/PRIMEIRA_PAGINA/ge070521001CAB1-INFOCHPDPAGE000011059320_g.jpg

https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_do_Jacarezinho_-_06_de_maio_de_2021

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/operacao-jacarezinho-relato-moradores.ghtml>

<https://www.mprj.mp.br/adpf-635>

<https://www.band.uol.com.br/noticias/acao-da-policia-com-25-mortos-e-considerada-a-maior-chacina-da-historia-do-rio-16347979>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/operacao-policial-mata-25-pessoas-no-jacarezinho-em-segunda-maior-chacina-da-historia-do-rio.html>

https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2022/05/25/CAB/PRIMEIRA_PAGINA/ge250522001CAB1-INFOCHPDPAGE000011157361_g.jpg

https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2022/05/25/CAB/RIO/ge250522024CAB1-INFOCHPDPAGE000011157402_g.jpg

https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2022/05/25/CAB/RIO/ge250522024CAB1-INFOCHPDPAGE000011157402_g.jpg

https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/2022/07/22/CAB/RIO/ge220722026CAB2-INFOCHPDPAGE000011171100_g.jpg

https://www.academia.edu/74916620/A_economia_sacrificial_do_Estado_na%C3%A7%C3%A3o_o_luto_p%C3%BAblico_das_m%C3%A3es_de_v%C3%ADtimas_da_viol%C3%A3o_Ancia_de_Estado_no_Brasil?nav_from=38f2367f-d94a-4ade-a946-23ee4c865448

https://www.google.com/search?q=rede+de+comunidades+e+movimentos+contra+a+viol%C3%A3o+Ancia+do+estado+do+rio+de+janeiro&oq=&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqCQgAACMYJxjqAjIJCAAQIxgnGOoCMgkIARAjGCcY6gIyCQgCECMYJxjqAjIJCAMQ

IxgnGOoCMgkIBBAjGCcY6gIyCQgFECMYJxjqAjIJCAYQIxgnGOoCMgkIBxAjGC
cY6gLSAQkxNDkzajBqMTWoAgiwAgHxBVx_LjPHmG_y&sourceid=chrome&ie=U
TF-8

<https://www.facebook.com/redecontraviolenciarj>

<https://www.facebook.com/photo?fbid=1080647100768305&set=a.467125958787092>

<https://forumrio.org/>

<http://cozinhasolidaria.com/#imprensa>

<https://www.global.org.br/quem-somos/>

<https://www.global.org.br/blog/programa/violencia-institucional-e-seguranca-publica>

https://wikifavelas.com.br/index.php/Justi%C3%A7a_Global

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/sp-protesto-contra-o-desaparecimento-de-amarildo-tem-13-detidos,380dbb2979930410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/07/13/protesto-na-praia-de-copacabana-marca-os-10-anos-da-morte-do-pedreiro-amarildo.ghtml>

<https://vozdascomunidades.com.br/destaques/memorial-e-inaugurado-em-homenagem-aos-28-mortos-na-chacina-do-jacarezinho/>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/velas-acesas-marcam-ato-por-mortos-no-complexo-do-alemao.shtml>

<https://www.dw.com/pt-br/complexo-do-alem%C3%A3o-foi-um-massacre-chamado-de-opera%C3%A7%C3%A3o-policial/a-62564122>

https://x.com/anistiabrasil/status/1550161719217061888?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwc%amp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1550161719217061888%7Ctwgr%5E183c748c162858ba21a2e1efc7b456339dae7cf9%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.dw.com%2Fpt-br%2Fcomplexo-do-alem%C3%A3o-foi-um-massacre-chamado-de-opera%C3%A7%C3%A3o-policial%2Fa-62564122

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/22/caso-claudia-ferreira-mulher-foi-baleada-e-arrastada-por-viatura-mas-pms-foram-absolvidos/>

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-ato-de-repudio-e-revolta-contra-morte-de-claudia-silva-no-rio.html>

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/politica/1428077169_424197.html

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/menina-de-8-anos-morre-vitima-de-bala-perdida-no-complexo-do-alemao>

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569186636_712007.html

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/policiais-invadiram-hospital-para-tentar-pegar-bala-que-matou-agatha/>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/11/09/advogado-de-agatha-e-mp-vao-recorrer-justica-e-sociedade-ignoram-morte.htm>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/rio-tem-manifestacao-apos-morte-da-menina-agatha-felix.ghtml>

<https://www.global.org.br/blog/movimentos-sociais-do-rio-protestam-contra-decisao-judicial-que-absolveu-policiais-pela-morte-do-jovem-negro-joao-pedro/>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/31/rio-tem-manifestacao-contra-violencia-policial-apos-morte-de-joao-pedro.htm>

<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/26/ato-reune-mais-de-800-organizacoes-para-denunciar-a-violencia-do-estado-nas-favelas/>

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/08/17/ao-menos-16-familias-de-vitimas-da-violencia-do-estado-compareceram-em-manifestacao-no-palacio-guanabara-relembre-casos.ghtml>

<https://diplomatique.org.br/quando-o-estado-mata-quem-acolhe-maternidade-violencia/>

<https://rema.uff.br/apresentacao/>

<https://iclnoticias.com.br/em-protesto-contra-paes-maes-homenagem-filhos/>

<https://www.nexojornal.com.br/violencia-estado-familia-das-vitimas-mobilizacao>

<https://www.nexojornal.com.br/violencia-estado-familia-das-vitimas-mobilizacao>

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/relatorio-indica-que-rj-vive-escalada-da-violencia-neste-inicio-de-ano#:~:text=Foram%2042%25%20no%20m%C3%AAs%20passado,%2C7%25%20do%20total\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/relatorio-indica-que-rj-vive-escalada-da-violencia-neste-inicio-de-ano#:~:text=Foram%2042%25%20no%20m%C3%AAs%20passado,%2C7%25%20do%20total).)

<file:///C:/Users/cngfr/Downloads/Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%202024.pdf>

[https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_policiais_no_Rio_de_Janeiro_-_Estatiza%C3%A7%C3%A3o_das_mortes,_mega_chacinas_policiais_e_impunidade_\(relat%C3%B3rio\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_policiais_no_Rio_de_Janeiro_-_Estatiza%C3%A7%C3%A3o_das_mortes,_mega_chacinas_policiais_e_impunidade_(relat%C3%B3rio))

[https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_policiais_no_Rio_de_Janeiro_-_Estatiza%C3%A7%C3%A3o_das_mortes,_mega_chacinas_policiais_e_impunidade_\(relat%C3%B3rio\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_policiais_no_Rio_de_Janeiro_-_Estatiza%C3%A7%C3%A3o_das_mortes,_mega_chacinas_policiais_e_impunidade_(relat%C3%B3rio))

<https://www.scielo.br/j/spp/a/9qbsP3C64CX4f4kkXZPTmqQ/#:~:text=No%20decorrer%20dos%20anos%2070,se%20em%20uma%20propor%C3%A7%C3%A3o%20assustadora.>

<https://www.scielo.br/j/spp/a/9qbsP3C64CX4f4kkXZPTmqQ/#:~:text=No%20decorrer%20dos%20anos%2070,se%20em%20uma%20propor%C3%A7%C3%A3o%20assustadora>